

Ata nº02/2025

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sito em Chaves, com início às nove horas e quinze minutos e término às dezassete horas e trinta minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem do Dia -----

Ordem do Dia: -----

PONTO 1 – APRECIÇÃO e VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 3 - ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2025. INFORMAÇÃO N. 12/DDEF/2025; -----

PONTO 4 - PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2024. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 11/DDEF/2025; -----

PONTO 5 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES, NO ÂMBITO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO. PROPOSTA N.º 59/GAPV/2025; -----

PONTO 6 – RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE PREVENÇÃO DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS. PROPOSTA Nº 2/2025; -----

PONTO 7 - RELATÓRIO CANAL DE DENÚNCIA – INTERNA / EXTERNA 2024 – MUNICÍPIO DE CHAVES; -----

PONTO 8 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS. PROPOSTA N.º 58/GAPV/2025; -----

PONTO 9 - CERCICHAVES – COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS CO INCAPACIDADE, CRL. RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024. INFORMAÇÃO /DEASS/ Nº189/2025; -----

PONTO 10 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 67/GAPV/2025; -----

PONTO 11 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE TRANSPORTE GRATUITO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR. PROPOSTA N.º 14/GAPV/2025; -----

PONTO 12 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE CADERNOS DE FICHAS E DE ATIVIDADES ESCOLARES GRATUITOS. PROPOSTA N.º 15/GAPV/2025; -----

PONTO 13 - SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO DO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 17/GAPV/2025; -----

PONTO 14 – ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS ANEXA AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS, EM VIGOR NO MUNICÍPIO DE CHAVES – TAXA DE OCUPAÇÃO DE SOLO E DO SUB-SOLO DO DOMÍNIO PÚBLICO E PRIVADO DO MUNICÍPIO. PROPOSTA Nº 22/GAPV/2025; -----



PONTO 15 – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADE DE LIMPEZA URBANA E ESPAÇOS VERDES (ULUEV) E UNIDADE DE ÁGUA, SANEAMENTO E ÁGUAS PLUVIAIS (UASAP). PROPOSTA N.º 23/GAPV/2025; -----

PONTO 16 - ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (EAVVD-RAP) “UM NOVO COMEÇO” – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024. INFORMAÇÃO /DEASS/Nº117/2025; ----

PONTO 17 – APRECIAÇÃO DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS RELATIVOS AO IMI CONCEDIDOS À EMPRESA METALOME, LDA., NO ÂMBITO DO PIM “CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL PARA FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS” - INFORMAÇÃO Nº 27/DDE/2025; -----

PONTO 18 – APRECIAÇÃO DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS RELATIVOS AO IMI CONCEDIDOS À EMPRESA A. S. METAIS, LDA., NO ÂMBITO DO PIM “INOVAÇÃO PRODUTIVA – EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE 08/SI/2020” - INFORMAÇÃO Nº 30/DDE/2025; -----

PONTO 19 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DA “ESCOLA PRIMARIA DE SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE”, EM VISTA À PROSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA FREGUESIA. DONATÁRIA: FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE. PROPOSTA N.º 32/GAPV/2025; -----

PONTO 20 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DO IMÓVEL SITO NA “CALÇADA CARMELINA EM AGRELA”, EM VISTA À PROSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA FREGUESIA. DONATÁRIA: FREGUESIA DE ERVEDEDO. PROPOSTA N.º 70/GAPV/2025; -----

PONTO 21 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA – ESCOLA PRIMÁRIA DE CAPELUDOS. PROPOSTA N.º 56/GAPV/2025; -----

PONTO 22 - PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – NA RUA DE SANTO AMARO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 11/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 133/DPM/2025; -----

PONTO 23 - COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA RUA DA CARREIRA DA VILA, MADALENA, FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES, PROCESSO Nº 9/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 47/DPM/2025; -----

PONTO 24 – COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA EM 533, FREGUESIA DE ANELHE, PROCESSO Nº 1049/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 52/DPM/2025; -----

PONTO 25 – COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NO CAMINHO VELHO DO SEARA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – PROCESSO Nº 154/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 134/DPM/2025; -----

PONTO 26 – PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA RUA TOMÉ DE TÁVORA E ABREU, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 223/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 194/DPM/2025; -----

PONTO 27 – PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE – NA RUA PRINCIPAL (CM 1062), CASAS DE MONFORTE, FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS – PROCESSO Nº 201/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 215/DPM/2025; -----



PONTO 28 – MARCAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOA COM MOBILIDADE CONDICIONADA – NA RUA DO PARAÍSO, AREGOS, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO Nº 101/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 101/DPM/2025; -----

PONTO 29 – COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA ESTRADA MUNICIPAL 505, NO CRUZAMENTO COM A EN 103, FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO, PROCESSO Nº 96/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 89/DPM/2025; -----

PONTO 30 – COLOCAÇÃO DE GUARDA/RAIL DIREITOS CONECTADOS – NA RUA DO MIRADOURO E NA RUA PRINCIPAL NAS EIRAS, FREGUESIA DAS EIRAS SÃO JULIÃO MONTENEGRO E CELA – PROCESSO Nº 99/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 94/DPM/2025; -----

PONTO 31 – PEDIDO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOA COM MOBILIDADE CONDICIONADA – NA RUA DE CASAS DOS MONTES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 172/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 186/DPM/2025; -----

PONTO 32 – PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DO CAMPO E NO CRUZAMENTO ENTRE ACESSOS LOCAIS, FREGUESIA DE FAIÕES – PROCESSO Nº 177/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 193/DPM/2025; -----

PONTO 33 – PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS PESADOS – NA AVENIDA DA REPÚBLICA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 229/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 229/DPM/2025; -----

PONTO 34 – PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DIREITA, NO CRUZAMENTO COM A RUA DA TULHA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 270/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 238/DPM/2025. -----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Altamiro da Ressurreição Claro**, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Chaves. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, José Francisco de Resendes Carreiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Pinto Dias Lopes, Francisco António Pinho Peixeiro e Ricardo Vassal Coutinho. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, João Luís Gonçalves Rodrigues, Gilberto Gomes Alves, Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira e Jaime Esteves Abreu. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel, Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira, Lúcia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha –



Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) – Luís Saraiva Garcia, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins – Sara Cristina Trinta Morais, em representação de Santa Leocádia – Amândio Veríssimo Machado, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras) – Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vila Verde da Raia – Pedro Miguel Rodrigues Fernandes, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: -----
Rogério Alberto Amorim Reis Moura, pelo PS, Michele Alexandra Rodrigues Costa, pelo PSD, André Fontoura Faria, pelo PSD, Manuel Guerra Afonso, pelo PS, Maria Adalgisa P. F. da Silva Babo, pelo PS, Pedro Miguel Vieira Miranda, pelo PSD, Joana Maria Machado Borges, pelo PS, Maria Ramos Rodrigues, pelo PSD, Eurico Luís Pereira Anes Azevedo, pelo PSD, Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, pelo PS, Anabela Maria Neves Martins, pelo PSD. -----
Faltaram: António Jorge de Sousa Pinto de Barros, pelo PS, Lara Beatriz Pinheiro de Melo, pelo PS, e Isaura das Dores Gomes de Sousa, pelo PSD. -----

Pelo Presidente da Mesa, Altamiro da Ressurreição Claro, foi declarada aberta a reunião, quando eram nove horas e vinte minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a Ordem do Dia previamente elaborada. O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra, disse: -----

“Bom dia. Cumprimento o senhor Presidente da Câmara, os membros da Mesa, os a senhora e senhores Vereadores. Saúdo as senhoras e os senhores Membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, o público presente na sala e toda a equipa de apoio ao funcionamento desta Assembleia Municipal. Vamos dar início à reunião. Como já verificaram, temos muitos Pontos na Ordem de Trabalhos e sem querer limitar nada nem ninguém, vamos procurar ser diligentes e objetivos e aproveitar o tempo o melhor possível. -----

Passo a palavra ao primeiro Secretário da Mesa, Anselmo José Martins, para nos dar conhecimento do expediente que deu entrada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. Muito obrigado.” -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

No uso da palavra, o primeiro Secretário da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse: -----
Muito bom dia a todos, cumprimento formalmente o senhor Presidente da Mesa, cumprimento a minha colega Secretária, cumprimento o senhor Presidente da Câmara, a senhora e os senhores Vereadores, cumprimento os Membros eleitos, as senhoras e os senhores Presidentes de Junta, pessoal de apoio, público presente e comunicação social. Passo à leitura do expediente. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra, disse: -----

“Muito obrigado senhor Secretário, a Assembleia Municipal tomou conhecimento de todo o expediente que deu entrada nos Serviços de Apoio. Quero informar que em alguns destes convites nós marcamos



presença, noutros não nos foi possível estar presentes, vamos procurando, dentro das nossas possibilidades, responder ao maior número de convites que são dirigidos à Assembleia Municipal.” -----

No período de Antes da Ordem do Dia, seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados Municipais:

Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

“Bom dia a todos. -----

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Secretário e senhora Secretária, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Presidentes de Junta, pessoal de apoio, caros Membros desta Assembleia. -----

Foram solicitadas informações ao senhor Presidente da Câmara sobre avenças e consideramos a resposta inaceitável ao nosso pedido de informação. -----

O senhor Presidente da Câmara ou revela alguma dificuldade na leitura e interpretação das questões colocadas, que não acredito, ou, propositadamente, decidiu não responder às mesmas, muito concretamente. -----

Quantos colaboradores em regime de avença foram contratados na qualidade de Presidentes das Juntas da Freguesia? -----

Quantos colaboradores contratados, em regime de avença ou tarefa, passaram, sequencialmente, a integrar o mapa de pessoal com a celebração de contratos individuais de trabalho? -----

Quantos colaboradores em regime de avença têm postos de trabalho instalados: horário atribuído, computador e email da Câmara Municipal, telefone, etc.? -----

São estas as questões que gostaríamos que fossem respondidas, num prazo razoável de oito dias, caso contrário o PSD reserva-se o direito de agir em conformidade.” -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, respondeu às questões que foram colocadas pela senhora deputada desta Assembleia: -----

Muito bom dia a todos, senhor Presidente da Mesa, primeiro e segundo Secretários da Mesa, distintos Vereadores e distinta Vereadora da Câmara Municipal, excelentíssimos senhores Membros da Assembleia Municipal, líderes das bancadas, representantes de Membros que não integram as bancadas representadas dos Partidos, senhoras e senhores Presidentes de Junta, público aqui presente e também comunicação social que aqui se faça representar. Tinha dito em determinado momento que íamos ter uma campanha eleitoral marcada pela insinuação, pela baixa política, já percebemos que é por aí que o PSD avançar, percebemos claramente isso, mas estamos preparados para esse combate. Antes de responder às questões que foram colocadas, quero dizer que, provavelmente, o mentor destas soluções, ele próprio tem mais de vinte avenças celebradas com diferentes Câmaras do PSD, só do PSD, é curioso! Se nós quisermos conhecer a informação e vossas excelências também a podem conhecer, e já vou dizer quem tem toda essa informação para poderem naturalmente tirarem as conclusões necessárias. Há um conjunto de instrumentos de transparência a que vossas excelências podem aceder, e aqueles que têm um conhecimento particular e que revelam uma excelente capacidade de interpretação, também podem fazê-lo, basta querer e estarem motivados, e vou dizer três instrumentos que podem ser consultados. Como sabem há uma coisa que se chama portal da base GOV em que todos os contratos, sem exceção, bens e serviços, empreitadas e de entre os serviços estão as tarefas e as avenças. E nós tivemos a oportunidade de enviar contrato a contrato, ou seja, para que não restasse absolutamente dúvidas nenhuma, numa lógica de plena transparência nós partilhamos com vossas excelências os contratos todos, independentemente de muitos estarem cessados, ou seja, independentemente de os contratos não estarem neste momento em vigor, têm condições para conhecer individualmente todos os contratos que este executivo fez, todos sem exceção, e a minha pergunta é, qual desses contratos é que os senhores não concordam com ele? Qual deles? Qual é o prestador de serviços? Qual é a resposta e qual é o serviço que é aportado que vossas excelências não concordam com eles? Porque, eu assim percebo o mérito das questões. Se a questão tiver a ver com contratos de prestação de serviços que o Município faz desnecessariamente, sem utilidade, sem ter havido uma necessidade evidente, eu até posso perceber, mas depois há outra contradição que me parece inaceitável que é, todas essas decisões foram precedidas de uma coisa que se chama autorização prévia e essa autorização prévia foi concedida pela



Câmara Municipal de Chaves e, curiosamente, foi feita por unanimidade! É curioso! E unanimidade, significa que foi votada pelos Membros que representam neste Órgão Executivo, hoje, o PS e o PSD. É curioso, não é? Mas avancemos nesta minha explicação. Para além desta base GOV, onde estão todos os contratos, e nós tivemos oportunidade de enviar a documentação um a um, pedindo a vossas excelências que tenham cuidado com as informações de caráter pessoal e reservado. Mas, ainda assim, e porque entendemos que todos os Órgãos têm de ser escrutinados, Assembleia Municipal, Câmara Municipal e nesta estrita competência da Assembleia Municipal que deve escutinar a ação do Órgão Executivo, e nós estamos absolutamente de acordo com esse princípio, queria dizer-lhe que tem toda a informação lá disponível, toda, agora não usem é documentos como instrumentos para fazer política, porque política faz-se com ideias, com projetos, com propostas, assim é que se faz política. Mas bem, quanto à estratégia vossas excelências definirão qual é o caminho! Portanto, ainda sobre isso, para além da base GOV, se os senhores Membros desta Assembleia dessem devida atenção a todas as prestações, a todos os relatórios, e vamos ter a oportunidade de analisar o relatório relativamente ao exercício 2024, perceberão que todos, sem exceção, têm lá um capítulo que diz contrato de prestação de serviços e dentre eles, tem lá avenças e poderão lá ver com propriedade todos os elementos essenciais, de todos os contratos de avença que o Município celebrou, designadamente quais, quando começaram, quando terminaram, qual foi o período, qual foi o valor anual da respetiva prestação e também a necessidade a que visaram responder. Portanto, se tiverem curiosidade, eu até vou, depois, quando for na apresentação do relatório, indagar a página e vou identificá-la para vossas excelências conhecerem. Mas o que pode ser feito em 2024, pode ser feito em 2023, em 2022, em 2021 e em 2020, portanto, duas fontes de informação absolutamente essenciais. Para além disso, há outra coisa que vocês conhecem que é o Balanço Social. No Balanço Social que é o documento que agrega toda a informação sobre Recursos Humanos num determinado período temporal, que é o anual, tem toda a informação, quantos trabalhadores tem, quantos entraram e quantos saíram, quais são as suas categorias funcionais, por género, por idade, por habilitações literárias, a informação está toda lá. Portanto, não façamos deste Órgão, um Órgão para fazer chicana política, isso não é aceitável e, portanto, se calhar, a primeira reflexão é olhar para casa, olhar para dentro e ver qual é a prática que se faz, que é, sobretudo, quem está impedido de fazer contratos de avença, continuar a fazê-los e só com Câmaras do PSD. É curioso, não é? Acusam-nos a nós de sectarismo e depois, a verdade, é que nós temos evidências mais que evidentes, se quiser, eu dou-lhe uma listagem com mais de vinte, mas vossas excelências se quiserem, consultam na base GOV, inserem o número de contribuinte e percebem o que eu estou aqui a dizer. ----- Depois dizer o seguinte, provavelmente sabem que nós não podemos contratar Presidentes de Junta em regime de prestação de serviços, em avença, portanto, fica esta resposta, já está dada aqui. E depois também não de tarefa! Agora, a pergunta mais importante é o que é que os move? O que é que pretendem? E, portanto, eu devolvo essa pergunta, naturalmente podendo completar toda a informação, e teremos todas as condições para poder prestar essa informação, não no prazo de oito dias, porque não me parece que isso resulte de nenhuma lei, nem de nenhum preceito legal, sinceramente, não vejo isso em lado nenhum e, portanto, naturalmente a decisão vai ser tomada da nossa parte. Agora, estaremos disponíveis para completar a informação, como é óbvio, com certeza. Agora, dizer-lhes que se quiserem fazer chicana política, essa é a vossa opção. Obrigado. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara e, na pessoa deles todos os presentes. Vou falar, sobre saúde. para informar, penso que já é do conhecimento que caiu o projeto dos Cuidados Intermédios no Hospital de Chaves, lembram-se quando dizia que tomara que se assegurassem os internamentos? É bom recordar isso, que não basta falar em projetos sem recursos humanos, o Hospital de Chaves vai-se esvaziando. É bom perguntar, e na lista do Partido Socialista à Câmara, até há uma médica que é responsável pelo serviço de urgência, perguntem-lhe as consequências de substituir por tarefeiros a maior parte, ou uma parte que se aproxima de 50% dos postos de trabalho, por exemplo, de medicina interna no serviço de urgência. Perguntem-lhe como é que isso se traduz numa baixa qualidade do atendimento e do acompanhamento dos doentes e perguntem aqueles que pensam naquele erro que eu volto a reafirmar a CDU, volto a reafirmar que a Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, depois a funcionar com médicos tarefeiros.



Perguntem porque têm a quem perguntar? Esse é o primeiro assunto. O segundo assunto é sobre a paz, nós temos um novo foco de tensão entre a Índia e o Paquistão, que muito nos deve preocupar para aqueles que estão desatentos, são duas potências com armas nucleares. Temos a situação da Palestina e eu recorde esta Assembleia, que tão rápida foi a invocar e a denunciar a invasão da Ucrânia reuniu, analisou, apresentou Moções perante o genocídio de Gaza, silêncio! Não houve uma iniciativa que não fosse da CDU, de denunciar aquilo que é um genocídio, que devia envergonhar o mundo, que devia envergonhar, por exemplo, o Presidente do Conselho Europeu, que tão rápido é a denunciar outras situações e, tão pouca firmeza tem para denunciar o genocídio em Gaza. E fica o desafio à Assembleia que, tal como no passado, tomou e corretamente uma posição sobre a situação na Ucrânia, porque é que não a toma por iniciativa dos seus principais partidos em relação ao genocídio de Gaza, às milhares e milhares e milhares de crianças mortas, às dezenas de milhares de crianças que ficaram sem pai ou sem mãe? Às dezenas de milhares de crianças que são amputadas pelas bombas, às dezenas de milhares de crianças que estão subnutridas. Finalmente, amanhã, comemora-se o Dia do Trabalhador e é importante uma reflexão, quando a CDU elege como elemento estruturante da campanha eleitoral, a questão dos salários, curiosamente o filósofo José Gil, dá uma entrevista ao Expresso que vem hoje, pouco mais ou menos na edição on-line em que denuncia como é, que os trabalhadores podem ter um mínimo de felicidade se são pobres trabalhando e na mesma na mesma edição do Expresso vem os lucros da Iberdrola, da EDP, do Santander, que continuam a acumular milhares de milhões de lucro que depois o Governo ao baixar o IRC, aumenta e exponencia esses lucros poupando-os à contribuição para os impostos da nação. Era importante que se refletisse sobre isso para evitar, convulsões sociais que se avizinham perante uma situação que começa a ser insustentável de os salários de quem trabalha, de não permitirem uma vida digna. Muito obrigado. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhores Secretários, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, senhora e senhores Vereadores, caros Membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta, trabalhadores e pessoal de apoio, cidadãos flavienses e comunicação social se presente os meus cumprimentos. Como todos sabemos, aproximam-se eleições legislativas é, portanto, este o tempo de as diferentes forças políticas, partidos e seus protagonistas candidatos, prepararem programas políticos, auscultarem as populações, assumirem compromissos e, promessas para a ação presente, mas sobretudo para a realização futura. No nosso território e Concelho, não obstante, o passar de sucessivos governos e sem prejuízo de este último ainda em funções, ter anunciado a rápida e cabal resolução dos inúmeros problemas que diariamente afligem o nosso SNS e, a todos nós, as dificuldades perduram e o nível de resposta dos serviços de saúde permanece insatisfatório. -----

Queremos por isso neste que é um momento político particular e, importante para o País e, para todos nós relembrar e reiterar diante de todas as forças políticas e não podendo, de forma alguma, olvidar que a Aliança PSD-CDS, nos brindou com nada mais nada menos que a senhora Ministra da Saúde, ainda em exercício como cabeça de lista no nosso círculo eleitoral. Que esta Assembleia Municipal com a aprovação da esmagadora maioria dos seus Membros pugnou e, pugna pela criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, pelo funcionamento da Urgência Pediátrica do Hospital de Chaves durante 24 horas, 365 dias por ano e, pela abertura já aqui falada do Serviço de Cuidados Intermédios. Sobre esta última a Unidade de Cuidados Intermédios é com profunda indignação que, constatamos que passaram uns anos e tudo continuou exatamente na mesma, as obras foram concluídas, o investimento foi feito, os recursos físicos ficaram disponíveis e, a mesma não entrou em funcionamento porque o Ministério da Saúde, não se, dignou dotá-la de recursos humanos que a permitissem poder laborar. Mas não é apenas esta Unidade, foi recentemente publicado pelo Ministério da Saúde a 17 de abril, salvo erro, o mapa de vagas para o SNS, nele só conseguimos constatar um completo desajuste, quer ao nível dos cuidados de saúde primários, quer em termos de cuidados hospitalares, entre aquelas que são as já mais que anunciadas e, conhecidas carências e, necessidades das nossas Unidades e a míngua que para aqui, para as nossas estruturas está prevista. Não sei se é o que parece, mas o que parece é, que, não querem saber de nós para nada e, se é verdade que não tenho participado, nem pretendo, nem prevejo, fazê-lo nas ações de campanha que o PSD, tem levado a efeito por estas nossas terras, não consigo



deixar de confessar uma certa curiosidade em presenciar a desfaçatez com que a senhora cabeça de lista, ainda Ministra, que tanta responsabilidade tem e nada de nada por nós fez se dirige aqui neste território, por ela desprezado ao todos nós e aos nossos concidadãos. Perdoem o discurso prosaico, “*mas que grande lata*”. Venham pois melhores tempos outros responsáveis e por favor, senhor Presidente, diga-nos como estamos, não deixe de pugnar por aquilo que sabemos que também defende e que nós neste Órgão, estoicamente e, com alargadíssimo consenso ano após ano, temos reivindicado. Muito obrigada. -----

João Luís Gonçalves Rodrigues, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores, Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, staf de apoio, público em geral e comunicação social aqui presente. A minha pergunta vai ao encontro, de um edital que eu consultei por necessidade própria, aprovado pela Lei 75/2013, penso que é a que está em vigor, em que diz que no artigo 15, executar as obras por administração direta ou empreitada, que é da competência do senhor Presidente da Câmara. Assim sendo, pergunto ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, quantas obras por administração directa a Câmara Municipal de Chaves, presidida por vossa excelência, realizou? Assim, o Grupo Municipal do PSD solicita a vossa excelência uma listagem dessas obras, acompanhada do respectivo projeto, respectivo centro de custos e respetivas deliberações camarárias realizadas pela administração em direto. Muito obrigado. -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----
*“Muito bom dia, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhora e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores Deputados Municipais, caros cidadãos presentes e que nos acompanham. -----
Intervenho hoje neste espaço Antes da Ordem do Dia com profundo sentido de reconhecimento e de responsabilidade. -----
É com orgulho que assistimos, enquanto representantes eleitos, ao vigor com que o Município de Chaves tem vindo a afirmar-se no plano local, regional, nacional e até europeu. -----
Vivemos num tempo em que as autarquias, mais do que nunca, se colocam na linha da frente do desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental. -----
E Chaves é disso exemplo. -----
No último trimestre — e são múltiplos os exemplos que o demonstram — a nossa cidade foi palco de acontecimentos e conquistas verdadeiramente notáveis: -----
Começo por destacar o novo Complexo Termal Aquae Saltem, com um investimento superior a 2,4 milhões de euros e que eleva a nossa oferta turística e de saúde a um patamar ímpar no país. Um equipamento que não só respeita a herança termal romana de Chaves, mas que a reinventa com inovação e sofisticação. -----
O Complexo Termal Aquae Saltem, inaugurado em março de 2025, é uma adição recente à oferta termal de Chaves e ainda não há dados específicos disponíveis sobre o número de visitantes que recebeu desde a sua abertura. No entanto, podemos fazer referência ao balneário termal onde se insere este Complexo e a afluência às Termas de Chaves. -----
Dados recentes indicam que, em 2024, o balneário flaviense registou um novo recorde de afluência, com 13.612 aquisitas ao longo do ano, o que representa um aumento expressivo de 17,4% face a 2023. Este crescimento sustentado é resultado de uma estratégia clara de valorização do termalismo, com forte aposta na qualidade dos serviços, na modernização das infraestruturas e na diversificação da oferta, indo ao encontro das expetativas de um público cada vez mais exigente. -----
Importa também sublinhar o impacto positivo desta dinâmica na economia local, com reflexos diretos na hotelaria, na restauração, no comércio e no emprego, consolidando as termas como um dos principais ativos estratégicos para o desenvolvimento sustentado do concelho de Chaves e da região do Alto Tâmega e Barroso. -----*



Neste contexto, a inauguração do Complexo Termal Aquae Saludem vem afirmar-se como uma peça-chave de diferenciação e inovação. Equipado com piscinas hidrodinâmicas ao ar livre, duches sensoriais, sauna, banho turco e uma proposta imersiva de bem-estar, este novo espaço eleva a fasquia da oferta termal, posicionando Chaves na linha da frente do turismo de saúde e bem-estar em Portugal e na Europa. Estou certa de que esta nova valência será determinante para continuarmos a atrair visitantes nacionais e internacionais, e acredito que, em 2026, estaremos aqui a celebrar, com o mesmo entusiasmo e orgulho que hoje sentimos, novos recordes de participação e reconhecimento — reflexo de um concelho que aposta com visão no seu património, na inovação e nas pessoas. -----

Seguidamente, o Aquanatur Palace, com a sua sala imersiva de 360º, posiciona-nos na vanguarda europeia do turismo sensorial e da valorização do recurso água. Este espaço inovador, que alia tecnologia, arte e património, é muito mais do que um centro expositivo — é uma verdadeira experiência imersiva, onde os visitantes são convidados a sentir, a compreender e a respeitar a água como elemento central da nossa identidade coletiva. -----

Através de projeções envolventes, sons, cheiros e efeitos visuais que recriam dinâmicas naturais como o vento ou a humidade, o Aquanatur Palace oferece um percurso único, educativo e emocional, destacando a riqueza hidrotermal da região do Alto Tâmega e Barroso, desde a época romana até à atualidade. ----- Este investimento é, assim, um tributo ao nosso território, às suas singularidades geológicas e históricas, mas também um exemplo claro de como o turismo do futuro se constrói a partir da sustentabilidade, da inovação e do respeito pela natureza. -----

Chaves mostra, mais uma vez, que sabe preservar o passado e projetar o futuro com audácia e visão estratégica. -----

A participação ativa do Município em fóruns como o Congresso Regional da Ordem dos Médicos, o Fórum de Turismo do Alto Tâmega e Barroso ou as reuniões do Comité de Acompanhamento do NORTE 2030, mostra uma autarquia que não é apenas executora, mas também pensadora e estratega do seu próprio futuro. -----

Importa ainda destacar o apoio e reconhecimento à comunidade e sua excelência local: -----

A receção às bailarinas da Forma – Estúdio de Dança de Chaves, laureadas internacionalmente e localmente; -----

A receção e acompanhamento próximo e intenso, ao longo de 1 semana, à comitiva da Missão País, que tocou o coração de toda a comunidade; -----

A presença na plantação de árvores com as escolas, no Carnaval das crianças, ou na celebração da história de Vidago. -----

Cada uma destas ações, das mais grandiosas às mais simbólicas, revela um Município que está presente. Que escuta, que valoriza e que constrói com os seus. -----

Um Município onde o poder político e a gestão autárquica têm rosto humano e visão clara. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista não pode deixar de sublinhar este percurso. Reconhecemos o trabalho feito, mas acima de tudo, reafirmamos o nosso compromisso com o futuro. -----

Um futuro de mais justiça territorial. -----

De mais investimento com impacto social e económico; -----

De mais cultura, saúde, juventude e coesão. -----

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, -----

Chaves está a demonstrar que é possível crescer com identidade. -----

Que é possível inovar com raízes. -----

Que é possível transformar sem esquecer quem somos. -----

E o Partido Socialista continuará a ser parte ativa e construtiva desse caminho. -----

Porque acreditamos que Chaves merece mais e melhor e está no bom caminho. -----

Muito obrigada” -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo PSD, no uso da palavra disse: -----

Bom dia senhor Presidente e na sua pessoa cumprimentar a digníssima Mesa, os seus Secretários, o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Membros da Assembleia, público aqui presente, colaboradores da Autarquia e órgãos de comunicação social. Em primeiro lugar, senhor Presidente da Assembleia



Municipal e senhor Presidente da Câmara, gostaria de justificar a minha ausência nas comemorações do 25 de abril, não estive presente porque não me encontrava em Chaves, mas acho que sim, abril ontem, hoje e sempre deve ser comemorado e devemos todos agradecer a liberdade que temos. Tive oportunidade, senhor Presidente de estar na inauguração de um dos espaços que aqui foi referido no passado dia 22 de março e ali mesmo felicitar o senhor Presidente pela obra em questão e publicamente o fiz também na minha página do Facebook. Chaves fica assim mais rico com dois novos espaços, fica melhor, no entanto, volvido um mês e porque fui interpelado por alguns flavienses sobre algumas questões que não soube responder e, como Membro desta Assembleia Municipal, estando nas competências da mesma o dever de fiscalização, de colocar questões e pedir esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara, naturalmente, entendo que essa é nossa obrigação de o fazer como é dever do senhor Presidente esclarecer se, porventura, for possível as questões que de seguida, em nome do Grupo Municipal colocaremos porque são questões que entendemos úteis e pertinentes sobre precisamente esses dois novos espaços que foram abertos aos flavienses e ao público em geral no passado, mês de março. -----

Portanto, no que diz respeito ao novo espaço termal designado por Aquae Saltem, que foi inaugurado no Dia Mundial da Água no dia 22 de março, considerando que a obra foi executada pela Câmara Municipal, considerando que através da consulta do preçário da Empresa Municipal, se verifica que o complexo Aquae Saltem está sob a gestão da Empresa Municipal, questionamos o seguinte: primeiro, o novo contrato de gestão celebrado entre a Câmara Municipal e a Empresa Municipal, que foi aprovado nesta mesma Assembleia no passado dia 18 de dezembro, já contempla a gestão deste novo espaço por parte da Empresa Municipal? Segundo, qual é o plano de gestão do novo complexo termal? Terceiro, como foi apurado o preçário? Quarto foi feito ou existe algum estudo de viabilidade económico/financeira? Quinto possui a ampliação do complexo termal o título urbanístico adequado? Sexto possui a ampliação do complexo termal, o título de funcionamento nos termos previstos do número 1 do artigo 20 do Decreto-Lei 142/2004 de 11 de junho? que regula o licenciamento, a organização, o funcionamento e a fiscalização dos estabelecimentos termais. -----

Em caso afirmativo, senhor Presidente o Grupo Municipal, solicita se possível, cópias desses títulos referidos, quer o título urbanístico, quer o título de funcionamento. Quanto ao outro espaço que foi inaugurado no dia 31 de março do antigo Cine Teatro e designado por Aquae Nature Palace, no qual não pude estar presente por motivos profissionais, considerando essa recente inauguração e a realização de espectáculos e ainda a realização do segundo Fórum de Turismo do Alto Tâmega e Barroso, o Grupo Municipal questiona o seguinte: primeiro foi feito ou existe algum estudo de viabilidade económico/financeira? Segundo possui espaço a obrigatória licença de utilização para a realização de espectáculos emitida na sequência das vistorias obrigatórias das entidades competentes? Terceiro, em caso afirmativo, solicitam-se as cópias, se possível das mesmas. Por fim, existe algum conflito entre a Câmara Municipal de Chaves e algum privado que seja proprietário de prédios ou imóveis que confinem com o antigo Cine Teatro? Se existe, como vai ser resolvido? E existindo esse conflito, como é que foi possível realizar, já a inauguração desse espaço? Se por ventura e sublinho existir algum conflito. Obrigado senhor Presidente. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, respondeu às questões que foram colocadas pelos senhores membros desta Assembleia. -----

Agradecido, senhor Presidente, porque, de facto, as questões são muitas e eu posso, entretanto, não ter tido a capacidade de anotação ou me esquecer, porque a memória, como sabem, é muito falível. Senhor Presidente da Mesa, senhor primeiro Secretário, senhora segunda Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, eleitos diretamente, os senhores e as senhoras Presidentes de Junta, público aqui presente, comunicação social e estrutura de apoio que, há pouco, me esqueci de saudar e naturalmente saudando e agradecendo. Vou tentar, com a informação que disponho e como as perguntas são tão administrativas e são tão técnicas, provavelmente teria que requerer a intervenção aqui de algum Diretor de Departamento, de algum Chefe de Divisão, não sei de algum técnico, mas, ainda assim, na dimensão política vou procurar responder, porque parece que é uma inquirição de direito administrativo, eu não fui mau aluno em direito administrativo, provavelmente até fui melhor aluno do quem me interpela, mas, enfim, faz parte do caminho e da avaliação que nós



fazemos de cada um, mas, isso há-de ser tema para outra discussão. Vamos então discorrer sobre as muitas considerações que aqui foram feitas e vou tentar ater-me, não deixando de fazer algumas considerações às muitas questões que foram colocadas. -----

Sobre a intervenção que aqui foi feita pelo Membro desta Assembleia Manuel Cunha, da CDU. Temos duas grandes dimensões: primeira, sobre aquilo que tem a ver com a preocupação, que é uma preocupação partilhada por esta Assembleia, e, naturalmente por mim, de forma muito particular, tem a ver com esta questão que nós todos sentimos que, apesar de reconhecermos que as intervenções de qualificação infraestrutural e de equipamento na Unidade Hospitalar de Chaves terem sido relevantes, nunca foram tão relevantes desde a sua construção na década de 80. Se calhar, rapidamente podemos chegar a um valor de mais de dez milhões de euros nos últimos seis ou sete anos, que foi lá feito, se englobarmos equipamento e infraestruturas. Agora, é verdade que o desafio principal é o desafio de garantir a prestação de cuidados de saúde, sejam cirúrgicos, sejam médicos, é um desafio que não está garantido e que está cada vez mais colocado em crise, porque, claramente, este Governo do PSD desinvestiu no Serviço Nacional de Saúde e já se percebeu que o caminho que quer seguir, é um caminho distinto. É um caminho distinto, é um caminho que tem a legitimidade daquilo que tem a ver com a eleição, mas que eu discordo em absoluto daquilo que se pretende fazer no Serviço Nacional de Saúde. Entendo que têm, cada vez mais, de ser adotadas políticas que possam proteger e afirmar o Serviço Nacional de Saúde, e não é apenas no recrutar recursos humanos, há mais coisas a fazer, na minha perspetiva. Primeiro, é acabar com esta ideia que a Ordem dos Médicos tem de que há médicos a mais. A Ordem dos Médicos continua a reafirmar que há médicos a mais, pois eu acho que há médicos a menos, é a minha opinião. Temos que acabar um pouco com esta visão de que a Saúde é propriedade da Ordem dos Médicos, não é. A Saúde é propriedade dos cidadãos e, portanto, é outra coisa que temos que alterar, na minha perspetiva. -----

Depois, percebendo que pode haver na Saúde diferentes níveis, com diferentes acessos para diferentes públicos, eu admito perfeitamente que nós possamos ter na Saúde, o Serviço Nacional de Saúde estruturante como condição de acesso e de garantia do direito mais básico da igualdade que é o direito à Saúde. A seguir, que tenhamos privados, que tenhamos setor social, eu acho que isso é tudo necessário, é fundamental numa economia de mercado e num País moderno e de futuro. Agora, não podemos, é, na minha, perspetiva continuar a utilizar e a permitir que o Serviço Nacional de Saúde seja utilizado por parte de alguns privados, isso é que nós não podemos permitir, isso é o que acontece muitas vezes. Todos nós temos múltiplas situações em que percebemos claramente o quê? Que o SNS é uma plataforma de agenciamento e de prestação de cuidados diferenciados para um conjunto de outros prestadores, isso é que não pode acontecer, na minha perspetiva. E, portanto, isso é um problema mais macro numa dimensão mais micro naquilo tem a ver com a Unidade Hospitalar de Chaves. Eu defendo e continuo a defender que a única forma de acabarmos com esta espiral de desconsideração por parte do Governo, mas também daquilo que é a ULS e tem a ver com uma mudança estrutural. Eu defendo a Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso por uma questão muito fundamental, porque só mudando o paradigma, só mudando as condições, recomeçando, é que nós podemos mudar o caminho. O caminho está definido e, por isso, eu percebo os riscos, entendo-os, mas, quiçá, numa discussão mais profunda, perceberemos que, se calhar, os riscos não são tantos assim! Basta que se façam algumas coisas a montante! A montante, no contexto atual, com os pressupostos atuais, acredito que sim, mas há muito a fazer na Saúde. Queira-se fazer essas medidas, porque eu acredito que os instrumentos que existem com remuneração, com diferenciação, com diferenciação pelo desempenho, com atração pelo interior, com garantia de carreira para os mais jovens, acredito que era possível termos uma Unidade Local de Saúde, complementar, integrada, articulada e fazendo uma coisa que é essencial, porque verdadeiramente o que nós todos queremos, é que haja um upgrade na Saúde. O que nós queremos no essencial é que a aposta não seja só na dimensão da cura, porque nós esquecemo-nos sempre da prevenção, ou seja, esquecemos que o mais importante é não estar doente. Há um trabalho enormíssimo, gigantesco a fazer a montante que é na prevenção. Acho que temos um caminho muito grande a fazer, porque, hoje, as prevalências de doenças são terríveis e se nós continuarmos a ter a mesma resposta aos mesmos problemas, nós não vamos ter soluções, temos que mudar o paradigma, mudar a solução. E, portanto, investir muito mais na prevenção. A cura é fundamental, com certeza, os desafios são grandes, os desafios financeiros são muito, muito exigentes, mas é fundamental que nós consigamos



mudar o paradigma, porque um dia destes não vai haver recursos financeiros capazes de dar suporte à indústria farmacêutica, isso vai ser impossível. Todos nós sabemos que existem doentes que consomem um milhão de euros por ano, não estou a dizer que não tenham direito, a questão é como é que o serviço é sustentável? Este é o grande problema e no caso concreto do nosso Hospital não tenho ainda a resposta clara. Falei com o Presidente do Conselho de Administração e com o Diretor Clínico que está acima do Diretor de Serviços, e ele não disse nada disso, o que disse é que estava a trabalhar numa solução e que, na perspetiva dele, que inicialmente era contra a solução, diz que agora é a favor e que faz todo o sentido. Agora fica a dúvida, mas o que nós precisamos, e aproveitando as considerações muito oportunas e substantivamente consistentes do Membro desta Assembleia Municipal, Brigitte Bazenga, do PS, que agora é o tempo, é o tempo dos Partidos, do PS e do PSD, que têm a ambição de ganhar as eleições, têm a ambição de constituírem Governo, é o tempo de dizer ao que vêm na Saúde, é o tempo. Portanto, neste momento é nos programas, mas depois é na ação que eles podem fazer a diferença, ou então vamos continuar a dizer que são a mesma coisa. Embora interprete que, de facto, indicarem como cabeça de lista a Ministra da Saúde que tem tido um desempenho, eu diria sofrível para não ser mais qualificativo na adjetivação, não sei se quer dizer alguma coisa, quererá dizer que, afinal, vão apostar na Saúde no Distrito de Vila Real? É isso o que significa? Mas depois ouço falar a senhora Ministra enquanto candidata a dizer que a linha do Corgo é que vai ser! Ela sabe o que é a linha do Corgo? Eu acho que não sabe! A linha do Corgo começa em Chaves e prometeu que ia ser feita, bem, daqui a cinquenta anos, talvez! E, portanto, também nós falamos muito com todos e falamos com vossas excelências, falamos com todos os profissionais de Saúde que querem falar connosco, falamos com a Médica que faz parte da lista à Câmara, mas, infelizmente, não é a Câmara que gere a Saúde, é o Ministério da Saúde. Portanto, por mais informação que nós tenhamos, por mais ideias que nós tenhamos, por mais propostas que nós façamos, verdadeiramente a capacidade de gestão é do Governo. A nós, e eu quando digo a nós, incluo aqui todos, incluo aqui a Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, os cidadãos, as associações representativas, as associações profissionais, todos nós temos aqui um papel importante que é um papel de pressão, de compromisso, de afirmação e isso é um papel que nós temos que fazer todos, então o momento certo é agora no voto, é agora no momento de fazer a votação, temos que perfeitamente assinalar quem é que nós achamos que é capaz de cumprir essas nossas aspirações ou quem não é capaz? E, portanto, eu acho que quanto ao demais, parece-me que é o caminho que temos que tomar. Quanto à questão, mais de macropolítica e política internacional e que tem a ver com questões mais relacionadas sobre a defesa e salvaguarda do valor fundamental que é a vida e a dignidade da condição humana, nessa perspetiva, eu alinho nessa proposta. Como sabem, eu não posso votar na Assembleia Municipal e naturalmente se alguma proposta vier nesse sentido relativamente àquilo que é todos os genocídios que estão a acontecer no mundo, estão a acontecer vários, está a acontecer na Ucrânia, estão a acontecer mais casos na minha avaliação mais lata, na África, também há um genocídio quase permanente, é que esquecemos sempre a África. Muitas vezes nós achamos que o mundo é a Europa, o mundo não é a Europa e nós tendemos muitas vezes a olhar para o mundo na perspetiva Europeia. Pois bem, se quer, existem três, quatro, ou cinco casos de situações inadmissíveis que, sob o ponto de vista jurídico, não sejam subsumíveis a esse conceito, mas, a verdade, é que temos comunidades que estão a ser assassinadas todos os dias, muitas vezes por questões religiosas, nuns sítios são cristãos e noutros sítios são de outras religiões e, portanto, eu estou disponível, eu próprio para que todas essas situações sejam identificadas e tomemos uma posição idêntica para todas as situações, porque, na minha perspetiva, não há bons ou maus em função da sua cor ou da sua religião, para mim é da situação em concreto. Eu sobre isso tenho esta opinião que há muito tempo defendo e que naturalmente quero continuar a acompanhar, porque o bom ou o mau é em função das ações. -----

Queria também acompanhar aquilo que foi a interpretação do Membro desta Assembleia, Brigitte Bazenga, do PS, sobre as questões e as considerações que fez aqui sobre a Saúde. É importante que nós possamos influenciar à nossa medida enquanto cidadãos, enquanto dirigentes partidários, enquanto militantes dos partidos que nós possamos influenciar as nossas estruturas para que as propostas, eu não digo as propostas dos nossos candidatos pelo Distrito de Vila Real, não, eu digo as propostas dos respetivos partidos que possam incorporar também aqui compromissos, territorializados. E, portanto, nós precisamos quer o PSD, quer o PS, que os nossos partidos possam incluir relativamente à Saúde uma diferenciação e uma discriminação efetiva. Porque, se por um lado, o PS fez um investimento importante,



aproveitando os instrumentos financeiros que havia na requalificação física! Se é verdade que também fez recrutamento de recursos humanos e hoje os recursos humanos da Unidade Local de Saúde são mais do que eram no passado, há algum incremento em todas as áreas, nos Médicos, nos Técnicos Superiores, nos Enfermeiros, nos Assistentes Operacionais, nos Assistentes Técnicos, temos todos a certeza que são insuficientes e eles são mais evidentes e frágeis no Hospital de Chaves. Portanto, eu acho que temos que continuar, este é o momento, façamos nós esse contágio para que os nossos partidos possam, verdadeiramente, nas ações, nos atos, nos projetos, e não apenas nas palavras, diferenciar os cuidados de Saúde nos territórios mais exigentes, como é este de Chaves e do Alto Tâmega. -----
Depois, queria dizer ao Membro desta Assembleia, João Luís, do PSD, presumo que quando eu estava a falar de edital, estava a falar da publicitação da delegação de competências, presumo que era isso que estava a reportar, dizer que sim, é verdade que o Município tem duas formas de fazer obras. As obras públicas têm a mais comum e mais habitual e que tem mais expressão, que é empreitadas na sequência de contratos prévios, procedimentos prévios à contratualização, designadamente cumprindo como tem que ser o código da contratação pública e, depois, faz obras por administração direta. -----
Mas quando o senhor Membro desta Assembleia fez estas interpelações, rapidamente me veio à memória três ou quatro exemplos profissionais. A Câmara de Chaves tinha um engenheiro que era Chefe de Divisão, pelos vistos, anda agora pelas bandas do PSD, e que pedia um projeto quando era preciso pintar duas linhas no chão, essa era a razão principal de incumprimento da sua missão. Nós temos na Cidade muitas situações em que é necessário remarcar e pintar a sinalização horizontal, fazer duas listas no chão, queria um projeto, por exemplo. Rebocar um muro, queria um projeto. Requalificar uma casa de banho, queria um projeto. A certa altura eu disse, das duas uma, ou os serviços operacionais servem para resolver situações pontuais de manutenção ou de pequena intervenção, porque para termos projeto, nós fazemos empreitada, porque é mais rápido, é mais capaz. Portanto, a minha resposta está clara, eu presumo que provavelmente essa pergunta tenha sido influenciada por este técnico que continua a defender que é necessário projeto, eu entendo que não. Se entender eu terei oportunidade detalhada de dizer quais foram as intervenções que foram feitas pela Divisão de Recursos Operacionais, que tem como missão fundamental executar obras de administração direta e terei oportunidade no relatório, mas se vossa excelência quiser, eu posso consultá-lo e dizer aqui, estão detalhadas todas as intervenções que esta Unidade fez e, da leitura, perceberão que não é preciso projeto para nada. Porquê? Porque os trinta trabalhadores que estão afetos à Divisão de Recursos Operacionais fazem no essencial estas tarefas, uns, têm como missão fazerem reparação dos pavimentos, ou seja, tapam os buracos que são resultado das reparações da rede de água ou da degradação da via. Temos duas equipas e essas duas equipas têm entre oito a dez pessoas. Temos uma equipa mais profissional que tem um camião a que chamamos tapa-buracos e tem outra equipa mais transversal que também tem o mesmo número de trabalhadores, e dirão, porquê? Porque uma funciona não só na Primavera e Verão, só quando em condições climáticas favoráveis e a outra funciona todo o ano com dez trabalhadores. Para além disso, temos mais uma equipa com cinco ou sete pessoas que têm como missão e só com essa missão fazer a manutenção de todo o parque escolar e parque habitacional da área social. Como compreenderão, nas escolas que são muitas, todos os dias é preciso substituir uma torneira, um vidro, uma dobradiça, reparar uma parede ou fazer uma pintura todos os dias, se quiserem e se tiverem verdadeiramente curiosidade, eu posso enunciar em detalhe de todas as tarefas que são feitas, estão no relatório, as intervenções mais relevantes, que são de manutenção. Depois, temos também a equipa que faz a manutenção de tudo o que é edifícios municipais, temos mais quatro ou cinco que são eletricitas, fazem com certeza apoio a tudo o que tem a ver com questões de natureza elétrica que acontecem nos muitos edifícios municipais, agora ainda mais com a integração da saúde, da educação e da área social. Depois, temos também uma equipa pequenina que dá apoio aos eventos, como perceberão, num Concelho, numa Cidade como é Chaves e com a profusão de iniciativas culturais, desportivas e institucionais, é preciso ter uma equipa que garanta a logística, que coloque toda a logística e a retire, imaginarão que, por exemplo, preparar uma sessão do 25 de Abril é preciso alguns trabalhadores para colocarem e retirarem a logística. E, portanto, no essencial, esta Divisão de Recursos Operacionais não faz obras que precisem de projeto, a resposta a esta pergunta é muito simples, não há centro de custos, não há projeto por uma razão muito simples, porque estas equipas todas fazem obras de manutenção, não fazem obra de investimento. Se fizessem obras de investimento, se, por exemplo, fizessem um edifício se, por exemplo, fizessem a ampliação do



edifício, naturalmente, tinham que ter projeto e tinham que ter centro de custos, portanto, a resposta é muito simples, das duas uma ou o técnico dirigente andou três a quatro anos sem saber o que andava a fazer e devia conhecer melhor a legislação ou alguém o informou mal, peço desculpa, mas estou disponível para uma informação suplementar. -----

Depois queria quanto à intervenção do Membro desta Assembleia Municipal, Melissa Lopes, do PS, dizer que sim, eu posso dizer que temos alguma vaidade e orgulho, podemos não ter inaugurado, nós não fizemos inaugurações, dadas as restrições que a Comissão Nacional de Eleições tinha relativamente à inauguração. Perceberam que não foi inauguração, foi apenas uma abertura destes dois equipamentos, provavelmente ainda faremos a inauguração, fica aqui esta ideia, que pode vir a ser concretizada. Nem o Aquae Salutem, nem o Aquae Nature Palace foram objeto de inauguração, o que nós fizemos, foi abrir portas, permitir que pudesse, numa fase inicial, serem conhecidos, porque, como sabem, permitimos que todos aqueles que quisessem e que pudessem inscrever-se, pudessem visitar os espaços para os conhecer, com um breve enquadramento da intervenção e, sobretudo, da função e do propósito e dizer que são dois espaços absolutamente qualificantes. Eu acho que nós temos uma Cidade e um Concelho, hoje, que compete de forma muito digna com qualquer Capital de Distrito do nosso País. Não somos Capital de Distrito, mas temos, neste momento, ativos, recursos, equipamentos que complementados com outros que certamente acontecerão, vamos ter capacidade de continuar a atrair milhares e milhares de pessoas. Hoje, ninguém pode negar uma coisa que é absolutamente inegável, Chaves está na moda, Chaves tem milhares e milhares de turistas todos os dias durante a semana e ao fim de semana, isso é absolutamente inegável. E, portanto, qualquer pessoa vos dirá, se andam menos na rua, que isso acontece todos os dias e, por exemplo, ter dados indicadores que são estes que eu transfiro, termos equipamentos que são visitados por milhares e milhares de pessoas. Eu vou dar só um dado, primeiro mês do Aquae Salutem, foi visitado e usufruído por quatro mil pessoas, eu repito, quatro mil pessoas. Aquilo que é o espaço multiusos e ao mesmo tempo Palácio da Água é um espaço absolutamente diferenciador que tem diferentes funções, tem uma função ligada a um espaço multiusos para que possam acontecer lá eventos municipais, de diferentes naturezas culturais e dentre esses: musicais, artes performativas e podem acontecer também iniciativas desta natureza, por exemplo, reuniões, seminários, congressos e outros tipos de atividades. Lembrei-me foi de uma coisa, agora eu não sei se este Centro Cultural tem a licença de utilização? Será que tem? Vamos ver, vamos procurar saber! Vamos também indagar, foi assim uma coisa que me surgiu do nada. Como estava a dizer, esse espaço também tem outra função importantíssima pedagógica e turística, é um espaço que vai convidar e convida os nossos jovens à descoberta da Ciência, da Biologia, da Química, da Física, da Hidrologia, mas também um espaço do Aquavalor que vai crescer para que os nossos jovens e os nossos públicos percebam o que está a ser feito na área da Ciência e da Investigação e, certamente, é mais um ativo importante, para quê? Para que Chaves continue a ser um destino absolutamente singular no que diz respeito ao turismo, não que nós entendamos que o turismo é o único segmento de estruturação da nossa economia local.

E, portanto, dizer que são equipamentos absolutamente fantásticos, altamente qualificantes que não são réplicas, cópias de outras que aconteceram noutros Concelhos, porque no passado sabe o que é que acontecia? Os Autarcas copiavam-se uns aos outros, portanto, temos muitas situações em que temos piscinas que são iguais em todo o País e temos centros culturais que são iguais a outros Países e temos pavilhões que são iguais aos de outros Países, todos iguais e depois se um tem problema, os outros todos tiveram problemas exatamente idênticos, porque ninguém melhorou nada. Portanto, no caso concreto, são dois equipamentos que são distintivos, singulares, que estão associados à nossa marca e a nossa marca são a história e a água, são essas as nossas marcas! Isso ninguém nos tira, esta singularidade e esta diferenciação, ninguém nos tira, e vai fazer com que Chaves tenha esta resiliência e esta capacidade de afirmação que tem sido a marca dos últimos anos e que, tão bons resultados deu, eles são evidentes. E para quem diz que em Chaves não acontece nada, é porque anda cego ou não quer ver, porque basta ver o turismo, basta ver o que acontece na investigação, no conhecimento, basta ver o que acontece no ensino superior, basta que ver o que acontece nas nossas Freguesias, basta ver o que acontece na requalificação das nossas vias, basta ver o que os nossos equipamentos culturais têm crescido, enfim, eu acho que cego é mesmo aquele que não quer ver, mas, enfim, isso já o nosso saudoso Nobel da Literatura fez aí um ensaio sobre a cegueira, pode ser que alguém o queira ler. -----



Depois, no que respeita à intervenção do Membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, do PSD, dizer que tenho pena que o PSD nacional não acompanhe a sua visão sobre o 25 de Abril, porque, sinceramente, eu acho que o nosso Governo se envergonha do 25 de Abril. Aquela intenção de cancelar as celebrações do 25 de Abril são indignas dos Capitães de Abril, absolutamente indignas. Então, como é que um País que é Portugal, é mais exigente no respeito pela memória e pela obra do Papa, todos nós entendemos que teve um papel, uma intervenção, uma palavra e uma dedicação excecionais, e nós, Portugal, temos uma expressão de delimitação das nossas atividades superiores ao que tem Itália? Isto é um posicionamento inaceitável, não se consegue perceber, a única explicação que eu consigo encontrar, é que veio ao de cima o que realmente pensam, porque se envergonham do 25 de Abril e, na minha perspetiva, 25 de abril sempre! Portanto, nessa perspetiva do 25 de Abril, acompanho as suas palavras, reafirmo-as e amplifico-as porque, de facto, o 25 de Abril é preciso, é necessário, ele está presente, ainda é atual e está ainda por cumprir na sua plenitude. Curiosamente, muitos dos postulados de Abril estão nas encíclicas Papais, é curioso! Um Governo que não celebra Abril, na minha perspetiva, é contra os fundamentos da própria Igreja. Mas em relação às muitas perguntas que fez, algumas delas, elas serão respondidas no momento oportuno, enfim, de uma forma pontual, mas, ainda assim, queria dizer o seguinte: A mim estranha-me que um cidadão comum tenha feito estas perguntas, das duas uma ou é um cidadão muito informado ou então o cidadão de que nós aqui falamos é sempre o mesmo? Sinceramente, eu tenho falado com muita gente, com muitas pessoas, como compreenderão, flavienses, turistas, amigos de diferentes partes do País, a verdade é que não fizeram nenhuma das perguntas que vossa excelência fez aqui, nenhuma delas. Curiosamente, o que quiseram saber, foi: como é que tiveram a ideia? Onde é que foram buscar a inspiração? E que solução é esta tão inovadora? Como é que vocês conseguiram fazê-la? É mesmo o primeiro em Portugal Continental ou não? É. E isto é mesmo água termal? Mas cheira a cloro? Depois temos que explicar que para o equipamento poder funcionar, e aqui vai uma resposta a uma pergunta que fez, sim, tem autorização da delegação de saúde, sim, tem essas autorizações e, portanto, foi mesmo e tem análises periódicas e controle da Delegação de Saúde, tem que controlar todos os parâmetros físico-químicos. E fazem mais perguntas, e quantas pessoas já foram? Como é que eu posso visitar? E os preços? Como é que são? Enfim, fazem muitas perguntas, mas, curiosamente não me fizeram nenhuma das perguntas que vossa excelência fez! Parecem-me perguntas de um Administrativo ou de um Urbanista, mais ninguém, a sério! Eu não sabia que vossa excelência era urbanista ou jurista e, por isso, é que eu discorro sobre a questão da autoria moral, mas pronto, enfim, é a minha opinião, claramente admito que não seja aquela que corresponde à verdade, mas fica esta minha reflexão em voz alta. Mas queria dizer que estas perguntas serão todas respondidas, pois bem, eu pensei que perante o gáudio da população, desta celebração e desta iniciativa e daquilo que foram as palavras de vossa excelência, quer na presença física, quer nas redes sociais, não venha aqui reiterar essa posição, mas não, veio aqui levantar outras questões para insinuar que haverá aqui alguma ilegalidade ou alguma fragilidade. Pois bem, a vossas excelências direi, tudo o que estiver de incorreto, corrigiremos, tudo, sem exceção, sendo certo que para nós o essencial é a função que procura ter e à necessidade que visa naturalmente dar resposta. Eu vou dar aqui uma informação, sabem que os Municípios e as Autarquias têm uma coisa que se chama isenção subjetiva. Não é? Nós não estamos dispensados de cumprir a lei, mas não temos que ter os títulos que têm os particulares e, portanto, se calhar a parte da resposta é capaz de vir por aqui, mas pronto, enfim, veremos como é que a resposta será dada e como chega a vossa excelência. Agora, eu queria descansar todos os Membros desta Assembleia Municipal e através de vossas excelências os cidadãos lá fora. Este equipamento é para continuar, é para ser afirmativo, é para continuar a gerar valor. E quando nos pergunta sobre aquilo que é o contrato de gestão? Não queria dizer isto, mas vou dizer, porque cheios de incompetência do passado estamos nós, porque nós chegamos à Câmara Municipal e percebemos que a Empresa Municipal foi constituída em 2004 e esteve em ilegalidade até há uns meses atrás. Sabe por quê? Porque quem fez a escritura fê-la mal feita, eu não sei quem foi, mas fê-la mal feita, foi escritura que não foi passível de registo na Conservatória e, na altura, a mesma coisa aconteceu com a Escola Profissional, quem fez a escritura fê-la mal feita, e tantos laivos de competência, porquê? Porque, eu não queria contar novamente a história, a empresa municipal não foi constituída com dinheiro, a Câmara não pôs o dinheiro para fazer o capital social, pôs lá o quê? Solo público que trouxe à Assembleia Municipal que transformou em solo de domínio privado. E quais foram esses solos? Olhe, foi, por exemplo, o espaço onde estão hoje as Termas Romanas. Então



a Câmara sabendo que tinha cedido esse solo à Empresa Municipal das Termas Romanas, ainda assim, não se coibiu de fazer a obra que lá fez, isso era legal ou era ilegal? Quem é que está ligado a ilegalidades? Mas bem, a nossa visão, a nossa função nunca foi de ilegalidade, foi discutir oportunidades, é isso que nós queremos fazer. E, portanto, queria também dizer sobre essa matéria que quando, por exemplo, há uns meses aqui disseram e que votaram contra um contrato programa de vinte mil euros, eu, a seguir, dei-me ao trabalho de ir consultar o histórico, e sabem qual é o histórico de contratos de programa ou de apoios financeiros à Empresa Municipal durante o tempo do PSD? Foi de duzentos mil euros, de cento e oitenta mil euros, de cento e sessenta mil euros e votaram contra e ficaram todos espantados perante vinte mil euros, é essa coerência que vossas excelências aqui prestam? Uma coisa no passado, outra coisa no presente e o futuro a Deus pertence. -----

Mas, ainda, sobre algumas questões que aqui colocou e as respostas sobre aquilo que tem a ver com a viabilidade económico/financeira, pois bem, eu direi a vossa excelência que relativamente ao Aquae Saludem, a Piscina Termal ao ar livre, que a fundamentação económico/financeira foi exatamente aquela que o PSD fez durante os dezasseis anos que estive na Câmara, serve-lhe de resposta? Mas também queria dizer-lhe o seguinte, o Aquae Saludem e a geotermia vão conseguir o que todos ambicionamos, eu espero que também o PSD o ambicione, que é dar sustentabilidade económica/financeira a esta Empresa Municipal e retirar em definitivo o estacionamento da mesma. É este o objetivo, este é o propósito, porque o estacionamento não faz nenhum sentido estar na Empresa Municipal, na minha opinião. A Empresa Municipal tem que gerir equipamentos ligados às termas e ao bem-estar, enfim, àquilo que tem a ver com esta dimensão mais do turismo. E, portanto, dizer que estamos muito satisfeitos com o primeiro mês, não só com o número de aquistas, mas também com a receita correspondente e, portanto, provavelmente traremos dentro em breve aquilo que, na nossa perspetiva, é um caso de sucesso e não vão ser estas perguntas que vão certamente pôr em causa esta nossa ambição ou esta nossa alegria, será para contentamento de alguém? Não sei de quem! -----

Aquae Nature Palace, pois bem, eu vou começar pelo fim, lembre-se que a pergunta foi se há algum contencioso com algum vizinho? À Câmara Municipal não chegou nenhuma exposição escrita, não chegou nenhum processo contencioso, posso, no entanto, partilhar com vossas excelências alguma informação, há uma situação que tem que ser objeto de contratação e de fundamentação. Haverá um confinante e o confinante tem a ver com o Palacete Botelho, penso que é assim que se chama, haverá ali uma questão relacionada com uma saída de uma exaustão e que, porventura, haverá ali uma situação de direito de servidão de vistas que não estará salvaguardada, o edifício terá ganho o direito de servidão de vistas e que agora não estaria a ser respeitada. Pois, é muito curioso que este senhor seja o mandatário da candidatura do PSD! É muito mais curioso! Parece que a motivação estamos todos a ver qual é? E estou a dizer que isto vai depender de confirmação, mas é apenas a informação que eu tenho sobre esse assunto, mas eu quero aqui, perante vossa excelência, dizer-lhe o seguinte, eu, enquanto Presidente da Câmara, defenderei de forma exigente tudo o que são os interesses do património municipal e a defesa dos interesses dos nossos concidadãos, tenham a certeza absoluta, seja ele o mandatário ou não, seja ele quem for. Se acharmos que o Município tem razão, e quando chegar o momento e pelos vistos ainda não chegou, nós fá-lo-emos com certeza, assim como temos feito. Eu pensei que vossa excelência vinha perguntar, por exemplo, como foi possível, ao fim de dezasseis anos de inércia do PSD, recuperar um património material e imaterial que ali esteve? Eu pensei que vossa excelência vinha falar do antigo Cine Teatro que foi comprado em 1999, era, à data, Presidente da Câmara, aqui o nosso distinto Presidente da Mesa, no qual de 2001 a 2017 não pregaram lá um prego, pelo contrário, permitiram a degradação, sabem qual foi a sensação que eu tive a primeira vez que em 2018 entrei naquele edifício? Pensei que tinha explodido lá uma granada, uma bomba de fragmentação, porquê? Porque os tetos estavam completamente esventrados, aquilo parecia uma zona de guerra e, de facto, foi desta forma que o PSD cuidou do legado do Cineteatro. E, portanto, eu acho que não merecem ser outra vez reconduzidos, porque é assim que tratam os nossos legados. Mas, ainda sobre esta matéria, eu pensei que as perguntas iam ser sobre, por exemplo, como é que conseguiram então garantir no centro da cidade o licenciamento e a aprovação pelas entidades todas e vou respondendo à sua questão pelas entidades todas, naturalmente a de mais exigência é a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, como é que conseguiram garantir autorização de um espaço para que possa funcionar como multiusos e que possa ter mil seiscentas e setenta pessoas? Como é que conseguiram garantir isso?



Como é que conseguiram garantir tantas saídas de emergência? Como é que foi possível? Eu pensei que a pergunta era essa, como é que foi possível garantir que através dos edifícios vizinhos e de propriedade privada fazer acordos, designadamente com quem? Com os CTT, por exemplo, como é que foi possível? Como é que isso aconteceu? E hoje está tudo formalizado e podemos também partilhar com vossas excelências essa informação. Porque, quiçá, se o processo de aquisição tivesse tido alguns cuidados na dimensão administrativa e jurídica, provavelmente algumas das questões estariam salvaguardadas, mas não foram. Depois, queria ainda dizer sobre este assunto outra coisa, todas as licenças e autorizações que não existem serão obtidas. Mas o que aconteceu lá não foi uma inauguração, o que se passou nesse espaço foram eventos do Município e, portanto, a questão da necessidade de ser um recinto com licença para esse efeito, na minha perspetiva, não colhe, são eventos Municipais promovidos pelo Município e que são de cariz institucional. Mas, ainda assim, se porventura e perante estes alertas, que nós entendemos como alertas e não com outra intenção, houver necessidade de corrigir algum aspeto administrativo ou documental, ele será feito, com certeza, porque perante a identificação de alguma desconformidade, a nossa obrigação é corrigi-la. Mas, para mim, o essencial não é esta questão burocrática, intermédia, instrumental, para mim, o essencial nos dois casos, é termos dois equipamentos e os dois em conjunto, porventura, têm um investimento na casa dos sete milhões de euros, e gostaria de descansar vossas excelências, não devemos nada, não fizemos nenhum empréstimo para estes equipamentos, como era vossa tradição, não precisámos de contratar nenhum empréstimo para que estes dois equipamentos que custaram no conjunto mais de sete milhões de euros, para que pudessem ser executados. Portanto, o que revela é visão e boa gestão quanto a estes aspetos administrativos e os “quiproquós” que levantou aqui, eles serão todos esclarecidos, como tem que ser necessariamente, sendo certo, que já fui dando aqui algumas respostas. Eu não sei se respondi a tudo, não tenho mais nenhum apontamento, mas sim, mas se vossas excelências me lembrarem, se houver mais alguma questão a poder ser abordada, responderei. Muito obrigado. -----

Pedido de esclarecimento: -----

José António dos Santos, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, os senhores Secretários, o senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, público em geral. -----

As atividades curriculares disciplinares e não disciplinares no primeiro ciclo, realizam-se entre as 9 da manhã e o meio-dia e, das 14:00h às 16:00h, ou excepcionalmente entre as 13 horas e trinta minutos e as 15 horas e trinta minutos, as actividades de enriquecimento curricular normalmente deverão ser depois deste horário, acontece que e, segundo sei, precisava de um esclarecimento à informação que tenho é que se no próximo ano lectivo vai haver alguma alteração relativamente a isto, isto é, se as atividades de enriquecimento curricular vão entrar em horário que habitualmente e normalmente está estipulado para as atividades curriculares disciplinares e não disciplinares? Se isto vier a acontecer caso o senhor Presidente confirme, eu direi o seguinte: As rotinas destas crianças do primeiro ciclo que têm a ver com as atividades curriculares, disciplinares e não disciplinares, a começar às 9 da manhã, se este horário for alterado para introduzir as actividades facultativas de actividades de enriquecimento curricular irão, pôr em causa muitas situações de rotinas, que as crianças têm com as atividades escolares, irá influenciar negativamente o seu rendimento e irá interferir diretamente com a vida das famílias, se houver alteração nos horários, eu, pressuponho que vai haver alguns constrangimentos. Era isto que eu gostaria de saber se isto realmente é verdade e se vier a acontecer, eu alerto que isto irá trazer consequências negativas para crianças no seu desenvolvimento educativo e, para as famílias. Obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia, **Altamiro da Ressurreição Claro**, informou os Membros de que a segunda Secretária da Mesa, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins pediu para usar da palavra como membro eleita e por isso iria deixar o seu lugar na Mesa. -----

Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, pelo, **PS**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos, começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e o meu colega Secretário. Cumprimentar o senhor Presidente da Câmara e no senhor Presidente da Câmara, os



restantes Membros que constituem esta Mesa, nomeadamente também os senhores Vereadores e um cumprimento especial à senhora Vereadora, cumprimentá-los a todos em geral, não me esquecendo também dos nossos Presidentes de Junta, dos Grupos Parlamentares, dos trabalhadores que nos apoiam e fazem o apoio logístico com muita dignidade, Cumprimentar o público em geral e a comunicação social. Permitam-me congratular-me com os equipamentos aqui tão bem apresentados, permitam-me fazer uma inconfidência, já tive a experiência pessoal das nossas piscinas Aquae Salutem. Tenciono fazer os turnos a tarde e o período da noite, auferindo, como todos podemos auferir, desses momentos de lazer e relaxamento. Também tive já o privilégio de estar no Aquae Nature Palace, que achei um espaço com grande dignidade, onde podemos efetivamente, por o nosso imaginário de poesia e outras sensibilidades que queiramos ter. Fundamentalmente, aquele local de eventos vai ser um local que nos dignifica acrescentando o fazer valer a pena vir a Chaves. -----

O 25 de Abril, também, foi uma cerimónia que nos orgulhou, o 25 de Abril, continua a ser o meu Deus, não só como mulher, também com a liberdade que me permite, que, me permitiu mesmo sendo o parente pobre e, fazendo parte do parente pobre de uma família em que nasci em berço de ouro, mas efetivamente para estudar, teve que ser a minha mãe a tomar a iniciativa e Chaves, para mim é um dos meus grandes amores porque só me deu oportunidades, oportunidade de estudar, oportunidade de vir a tirar um curso. Mas hoje, são as questões inerentes à Saúde. Não posso declinar a minha responsabilidade como cidadã nem como profissional enfermeira. Oíço muitas vezes falar aqui de saúde e nesse aspeto permitam-me, orgulhosa de ser enfermeira, tenho a convicção que muita da responsabilidade em saúde em relação à promoção da saúde, à prevenção da doença e muitas vezes à reabilitação, de todos os aspetos em relação ao cuidado, depende das enfermeiras. Foi no investimento da formação em enfermagem que, efetivamente, e honra seja feita a quem a promoveu que efetivamente nós temos nos nossos serviços, nos nossos hospitais, nos nossos centros de saúde, em todas as áreas onde é possível cuidar das pessoas, profissionais já muito bem formados e que muitas vezes são esquecidos. Não vou esquecer, também, os outros profissionais, os técnicos auxiliares de saúde, que me orgulho muito que lhes tenha sido dada uma carreira e, portanto, que lhes tenha sido dada esperança profissional. -----

Quando falamos em Saúde, a maioria de nós não estamos a falar em saúde, estamos a falar em doença e estamos a falar concretamente em modelo biomédico, o modelo biomédico cada vez impera mais e impera no sentido de haver tantas, tantas, tantas especialidades, especialidades médicas das quais me orgulho e das quais acho que fazem muita falta, eu sou uma defensora acérrima da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, porquê? Primeiro, porque alargar o âmbito da saúde sem haver uma gestão de proximidade, não traz nenhum benefício, nem para a cultura dos nossos cidadãos e concidadãos, como também não traz o privilégio de serem cuidados com diferenciação e com personalização, ou seja, com proximidade. Não me parece que até em termos de gestão, de gestão financeira e de gestão estratégica, seja uma boa política. Orgulho-me muito que todos os partidos do Alto Tâmega e Barroso se tenham unido nesta luta, orgulho-me muito e congratulo-me com isso. -----

Voltando à enfermagem, obviamente que eu sei é de enfermagem e, gostaria muito de os convidar a fazer um exercício que é o seguinte: Enfermagem não é, uma unidade curricular, menor da medicina, bem pelo contrário, médicos são médicos, enfermeiros são enfermeiros e entristece-me quando me dizem, a Isabel dava uma boa médica, não sei, eu sou enfermeira, se calhar não dava nada, considero-me uma excelente enfermeira e faço esse exercício diariamente em termos de estudo e em termos de investimento. Em termos de complementaridade de conhecimento e de literacia em saúde, lembrar, que qualquer País que quer promover a saúde, tem de investir nos cidadãos e em programas de promoção da saúde. As iniciativas do nosso Executivo, com a construção de equipamentos promotores de entretenimento no acesso às artes são a melhor forma de promover a saúde e torná-la uma garantia para a maioria da população. Devemos promover a saúde e prevenir a doença, numa primeira fase. -----

A visão hospitalocêntrica, mantém-se. Gostava muito que fossemos a concetualização de uma Unidade Local de Saúde. Uma Unidade Local de Saúde, tem que privilegiar os cuidados primários e, tem que lhes dar poder, não é o poder ficar centralizado, novamente nas Unidades Hospitalares. -----

Temos que trabalhar em complementaridade funcional. faltam profissionais de Saúde? Claro que sim, claro que faltam profissionais de Saúde, faltam médicos? Claro que sim. Eu até me revejo no discurso do Dr. Manuel Cunha. Nesta questão da Unidade Local de Saúde, acho que há uma divergência que tem a ver com o conteúdo funcional. Com o conteúdo funcional do Doutor Manuel Cunha, ser médico e eu ser



enfermeira. Eu acho que sei muito mais de saúde que o Doutor Manuel Cunha e o Doutor Manuel Cunha, de certeza que sabe muito mais de doença e concretamente da sua especialidade. Enfermagem é cuidar das pessoas ao longo do ciclo vital, cuidar das pessoas com saúde e quando contraem a sua doença. E desculpe Doutor Manuel Cunha, presunção e água benta, cada um toma a que quer. Um dia alguém me chama no hospital de Chaves e diz-me, senhora enfermeira, venha cá, venha cá ver um contrato, olhe vai haver produção adicional, para o Médico são cinquenta euros, para a Administrativa são dois euros e trinta e sete cêntimos, para a Enfermeira são dois euros e para a Assistente Operacional um euro, claro que me remeti para um silêncio sepulcral e lembro-me da formação que tenho feita à minha custa, da qual me orgulho foi preciso a minha mãe e o meu pai virem para Chaves, para uma casa de pasto, não imaginam muito bem o que é ser seis mulheres numa casa de pasto, há cinquenta e seis anos atrás, mas a minha mãe enfrentou muito bem e eu digo isto também com todo orgulho, não se vai arrepender, vai ser o dia da Mãe, eu fico sempre emocionada, meu Deus, porque eu digo sempre isto, a minha mãe é o meu 25 de Abril. Podem ver como nós, os enfermeiros somos tratados. Exigem-nos mestrados, doutoramentos, temos que saber de tudo. Gostava que muitos profissionais que ganham e roçam o mercenarismo, tivessem que ler o que nós temos que ler, que tivessem que saber de tudo, fossem abordados no Hall, faço um bocadinho essa apologia, quando quero classificar os senhores enfermeiros e lhes digo, eu devo ser uma enfermeira muito simpática, porque eu não vejo nenhum utente de Trás-os-Montes e Alto Douro dirigir-se a nenhum profissional no Hall, a mim quantas vezes me chamam, orgulho-me muito disso, ó menina, venha cá, ensine-me aqui. O que é que lhes queria dizer mais? Se me assusta esta questão de haver só médicos tarefeiros na Urgência? Claro que sim. Quem é que não quer ir ao um Serviço de Urgência e ser atendido por um profissional idóneo que reflita um percurso profissional de aprendizagem, uma escola prática, quem não quer? Mas dizer-lhes que também em termos de gestão estratégica, vai ser uma mais-valia, a defesa da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, porque temos que ser nós a gerir, temos que ser nós a valorizar a cultura da nossa população e temos que ser nós a fazer melhor. Gostava de lhes deixar este testemunho, obviamente, valorizar também todos os profissionais de saúde em complementaridade funcional e, efetivamente, que consigamos cumprir os nossos conceitos porque nós efetivamente já não sofremos, nem padecemos de discursos, nós padecemos é de pôr em prática a nossa concetualização. Muito obrigada por me ouvirem. -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Obrigado, senhor Presidente, começo como observação, quem dirige os trabalhos é naturalmente o senhor Presidente da Assembleia, mas quando um Membro da Assembleia faz intervenção, é logo dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder. O mesmo não acontece com os Membros da Assembleia é, só uma observação, mas quem dirige os trabalhos é o senhor Presidente da Mesa. -----

Em resposta à observação aqui deixada pelo membro desta Assembleia, Nelson Montalvão, o senhor Presidente da Assembleia, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um pequeno esclarecimento: *“Tem sido prática nesta Assembleia, que o senhor Presidente da Câmara quando lhe são colocados muitos assuntos de uma só vez, a Mesa lhe deve dar a palavra para ele responder de imediato. Se quiserem alterar esta prática façam favor de tomar deliberação coletiva nesse sentido que eu alterarei esta metodologia. Muito obrigado.”* -----

Ainda no uso da palavra, **Nelson Paulo Gonçalves Montalvão**, pelo **PSD**, prosseguiu a sua intervenção dizendo: -----

Claro, senhor Presidente, é só uma observação, não é uma crítica, nem é um reparo apenas é só isso uma observação. Bom, Senhor Presidente, sabe as pessoas ficam com ideias logo na cabeça para responder e passado um tempo lá se vão as ideias, mas foi só esse reparo não o entendi de forma alguma, quer por mim, quer pelo Grupo, obrigado senhor Presidente. Agora, indo ao essencial da intervenção que proferi há instantes em nome do Grupo Municipal do PSD e em meu nome também pessoal, reitero aquilo que disse, quando tive a oportunidade de visitar a abertura do espaço, disse-lhe pessoalmente ao senhor Presidente da Câmara, ao senhor Presidente da Assembleia e a todos os presentes que gostei daquilo que vi, da visita guiada que nós tivemos e, reafirmo e fi-lo, também, publicamente, reafirmo, não retiro uma vírgula àquilo que disse. Questão diferente é passado um mês sendo abordado, por algumas pessoas na rua, a propósito do requerimento que o PSD fez e o senhor Presidente, alertou e muito bem,



temos que cumprir o RGPD, que é o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e, também, não vou aqui revelar quem foram os flavienses que me interpelaram. Nem vou revelar as suas profissões, não sou como o senhor Presidente bem sabe, nem urbanista, nem arquiteto, nem jurista, não sou, mas isso não me tolhe o pensamento, sendo abordado na rua e chamado à atenção para algumas pressões tipo, mas então, o que é que vocês estão a fazer na Assembleia Municipal? Não devem perguntar? Têm medo? Não, não há medo nenhum, eu não tenho medo, nem nunca penso que ninguém aqui tem medo, nem há um clima de intimidação. As questões que coloquei foram só e tão somente essas, senhor Presidente, questões para esclarecimento. Porque é minha obrigação enquanto membro desta Assembleia fazê-lo, e é meu entendimento que o senhor Presidente tem o dever de prestar, sabendo e, podendo esses esclarecimentos. Não foi de forma alguma tentar, nem que os espaços fechassem, nem tentar diminuir a obra, a obra está aí para ser usufruída pelos flavienses e não só e por quem nos visita e, ainda bem que teve quatro mil pessoas no primeiro mês e, esperemos que agora a seguir tenha cinco mil, seis mil, percebe senhor Presidente, a minha boa vontade é de colocar as questões e dizê-lo aqui transparentemente, agora não se pode é por um membro da Assembleia colocar a questão que já está a por em causa tudo, ou que foi alguém que me escreveu o texto não foi ninguém que me escreveu o texto, senhor Presidente e eu farei chegar por email, via senhor Presidente da Mesa, para chegar ao senhor Presidente da Câmara, as intervenções que aqui estão eu disse inaugurações até está entre aspas, porque eram aberturas de espaço, esqueci-me de referir as aspas, portanto, mas disse à abertura de dois novos espaços e isso é que é, é que é o fundamental, quanto às outras questões de algumas delas, alguns remos políticos que o senhor Presidente aqui trouxe à guisa que são sempre úteis, não vou responder porque quero-me centrar no essencial e não transformar isso numa discussão político-partidária, porque os espaços não merecem, os flavienses não acreditam nessa situação e acho que é completamente desnecessário, mas algumas situações foram e o senhor Presidente questionou, e bem, será que este espaço também tem licença de utilização? É uma questão pertinente, senhor Presidente, tal como as que nós aqui trouxemos, só que eu entendo que na política tanto servimos estando a exercer os cargos de poder entre aspas, como estando na oposição, este espaço foi inaugurado pela gestão do Partido Social Democrata, se calhar é de lamentar que o Partido Socialista, na oposição não tivesse colocado essa questão que o senhor Presidente, agora se lembrou e que nós aqui do PSD, trouxemos sobre vários espaços, porque desde que seja para esclarecer a opinião pública, acho que ganha toda a gente, o Executivo Municipal, os partidos na oposição, os Órgãos, dignificamos os Órgãos, as questões que estão aqui, vão ser enviadas por escrito, não são ofensivas, não pretendem mais do que esclarecer a situação e algumas delas o senhor Presidente já respondeu e, portanto, nem tudo que o PSD, fez no passado foi mau, como às vezes aqui se quer ver, porque o senhor Presidente, quando lhe dá jeito, vai evocar aquilo que o PSD fez, nomeadamente os estudos económico/financeiros ou estudos de viabilidade financeira o senhor Presidente, foi buscar quando lhe dá jeito, vai buscar as coisas do PSD, mas é normal, faz parte da política. -----

Senhor Presidente, para terminar, o senhor Presidente, falou e mais intervenções anteriores falaram sobre a questão de abril, já disse não só a minha posição e, não estive presente como já referi porque estava ausente, de Chaves, mas sei que as comemorações correram bem. O PSD, uma vez mais, marcou presença, esteve segundo me foi transmitido também por vários cidadãos, muito bem representado pelo líder da Bancada Parlamentar, Dr. Pedro Miranda. E, portanto, nós comemoramos o 25 de Abril no passado, como comemoramos hoje e no dia seguinte e, havemos de comemorar sempre o Abril não é de esquerda, não é de direita é, de quem o fez é, de quem o faz e, de quem o pratica diariamente, e não apenas, como dizia Francisco Sá Carneiro, *“não podemos encher a boca, só a falar de abril e depois na ação política, irmos contra os ideais de abril”*. As questões que aqui foram faladas relativamente à senhora Ministra da Saúde, acho que algumas das pessoas que aqui estão todas se quiserem, podem-lhe colocar essas questões, na segunda-feira, às 21:00h que ela estará em Chaves e aí podem ficar a saber mais alguma coisa. Obrigado. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, respondeu às questões que foram colocadas pelos senhores membros desta Assembleia. -----

Muito bom dia, senhor Presidente da Mesa em exercício, senhora Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, agradeço a vossa paciência,



porque, às vezes, é preciso ter um bocadinho de paciência para me ouvir, naturalmente o público e todos aqueles que dão aqui apoio a esta sessão desta Assembleia Municipal. Quero dizer que me identifico com as considerações que foram feitas aqui pelo Membro desta Assembleia Municipal e que exerce as funções de segunda Secretária, a enfermeira Isabel Seixas, todos nós temos a noção e é verdade que, muitas vezes, nós quando falamos de saúde, não falamos de saúde, falamos de doença. É, de facto, uma abordagem sempre errada, na minha perspetiva, porque, porventura, se falássemos mais de saúde se promovêssemos mais saúde, se, se fizesse mais prevenção da doença, provavelmente o foco seria menos na doença, mas, enfim, é assim que estamos todos um bocadinho quase que formatados, as estruturas, os organismos, as profissões, estão muito mais focadas na doença do que na saúde. Eu, curiosamente, ando a ler um livro que trata esta questão e é curioso como é possível fazer abordagens diferentes sobre aquilo que nós achamos o que é a saúde e o bem-estar global, mas, enfim, são considerações para leituras, de fim de dia. Quanto à matéria em concreto, eu, corroboro aquilo que foi a visão e esta necessidade da interdisciplinaridade fundamental para que os cuidados de saúde possam ser adequados, idóneos e também eficientes. -----

Queria dizer ao membro desta Assembleia Municipal, António Santos, do PSD, que percebo a sua preocupação, dizer-lhe, no entanto, que essa competência da definição dos conteúdos das atividades curriculares não é competência da Câmara Municipal, nem de nenhum dos seus organismos, é do âmbito da autonomia das próprias escolas a competência para definição efetiva dos conteúdos nas atividades. Primeiro, se querem ou não querem atividades curriculares, é a escola que decide. Segundo, se as atividades curriculares são de inglês, matemática, ou atividades de outra natureza, designadamente, artísticas, elas são decididas pelos Órgãos da Escola, ao qual julgo saber, pelo Conselho Pedagógico, não tenho a certeza, mas são decididas no âmbito daquilo que são os Órgãos da Escola. O que nós municípios já fizemos foi uma reunião com os senhores Diretores, foi manifestar-lhe a preocupação com aquilo que é a responsabilidade do Município. Portanto, quem define o número, a natureza das atividades extracurriculares e o número de recursos são as escolas. O que nós transferimos para as Escolas são, recursos que não existem, na nossa comunidade e nas comunidades vizinhas para assegurar as atividades extracurriculares. O que nós percebemos e o Membro desta Assembleia Municipal, António Santos, perceberá que em 2022 ou em 2023, acho que foi em 2023, houve muita dificuldade em assegurar técnicos idóneos e habilitados para as atividades de enriquecimento curricular. Como sabem, nós temos vindo a adotar uma solução que é uma solução que começou por ser avença e, portanto, todos os técnicos destas áreas eram recrutados por avença, e já vou dizer que mais de cinquenta avenças eram desta área e, portanto, quando nós tivermos a oportunidade de escarpelizar as avenças, vamos chegar à conclusão engraçada, vamos chegar lá, eu não quero que cheguemos rápido, quero que cheguemos devagar, porque vamos chegar lá e vão ficar admirados, só cinquenta delas são, em cada ano, de atividades de enriquecimento curricular, elas já não são a partir de 2023 ou de 2024, porque em 2024 adotou-se a solução mais adequada para os trabalhadores, que é contrato de trabalho em funções públicas, naturalmente a termo certo. Dizer que a nossa preocupação é que no ano letivo de 2025/2026 não haja essa dificuldade, apesar de nós querermos, das escolas quererem e dos pais quererem, porque mais de metade dos alunos que frequentam o primeiro ciclo querem atividades de enriquecimento curricular. E, portanto, como é que nós, e quando falo nós, falo nós coletivo, Município, Órgãos da Escola, designadamente as Direções e as Associações de Pais podemos dar resposta a esta necessidade da comunidade e como é que nós podemos compatibilizar aquilo que são naturalmente duas necessidades legítimas, uma que tem a ver com a atividade mais nobre que tem a ver com o processo de ensino de aprendizagem, que é aquilo que está com as condições para que as crianças façam o seu processo de aquisição de conhecimentos. Mas, ao mesmo tempo, como é que nós garantimos nesta visão, mais abrangente, como é que nós garantimos que também eles têm a capacidade de poderem fazer outras aprendizagens não apenas as curriculares? E a questão que fica é, como é que nós conseguimos resolver isto? E, portanto, com este desafio dizer que essa pergunta deve fazê-la à Diretora da sua Escola ou ao Agrupamento de Escolas, porquê? Porque a competência é das Escolas, peço desculpa, eu vou dizer mais alto, a competência é das Escolas. Está aqui um Diretor que se calhar pode-me acompanhar nesta interpretação, estou enganado? Não, não, eu só estou a dizer que a decisão não vai ser nossa, a decisão não vai ser nossa. E, portanto, significa o quê? A decisão da organização não é nossa, quem vai decidir que áreas de enriquecimento extracurricular são necessárias? Quantos técnicos são necessários? E



como ela se distribui no horário diário, são as Escolas, não é o Município que o faz. Agora, há uma coisa de que não podem acusar depois o Presidente da Câmara ou ao Vereador da Educação é que não trataram atempadamente da questão, porque quando surgir o início do ano letivo, e como aconteceu em 2023/2024, nós tivemos dezenas de pais a dizerem que não tinham uma resposta que lhe estava prometida ou que era habitualmente assegurada. E eu vi muita gente dizer que a culpa era da Câmara Municipal de Chaves, quando não o era, mas a gente pacientemente foi ouvindo, foi ouvindo e em colaboração com os senhores Diretores e Diretora conseguiu-se encontrar uma solução. Portanto, o que eu digo aqui hoje, é: Temos que encontrar uma solução, uma solução que seja idónea e adequada à necessidade e que seja uma solução que corresponda àquilo que é a expectativa das crianças e dos pais. E, para isso, quem vai decidir que áreas se vão ministrar nas atividades extracurriculares, em que períodos e que cargas horárias vão ter, quem vai ser? Vão ser os Órgãos da Escola cumprindo a portaria, porque há uma portaria sobre atividades extracurriculares. É preciso que se diga que há uma portaria que define como é que se devem organizar e que áreas, enfim, tem lá os parâmetros com alguma latitude, mas estão lá e, portanto, queria dizer isto de forma muito clara para que não houvesse dúvidas, ao Município incumbirá apenas contratar. Mas, se depois definirem áreas em que não haja recursos, não se surpreenda que não haja depois atividades de enriquecimento curricular, porque depois eu direi de forma clara, quem é que foi o responsável, di-lo-ei de forma clara, porque perante os alertas se tudo ficar na mesma, depois alguém tem que assumir responsabilidades. Queria, agora nesta parte final, responder às questões colocadas pelo Membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, do PSD, dizer o seguinte: Agrada-me muito que nós tenhamos uma comunidade assim tão competente e tão interventiva e tecnicamente tão conhecida, tenho pena que essa mesma comunidade não tenha sido tão interveniente quando foi, por exemplo, no projeto das Termas Romanas, não sei aonde é que andava essa comunidade, esses flavienses, quando foi aprovado o projeto das Termas Romanas. Não sei onde é que andavam essas pessoas, sinceramente, onde é que elas pairavam e que preocupações tinham, porque eu estive em várias sessões e não os vi. E, portanto, ainda bem que eles hoje existem e estão ativos e certamente também tenho a visão que vossa excelência tem que é, vai melhorar a nossa atividade, vai com certeza permitir corrigir alguns aspetos de deficiência que, porventura, existam, porque a perfeição é apenas uma ambição e um desejo, mas certamente que nos vai permitir corrigir alguns aspetos, algumas das respostas já aqui foram dadas quanto ao enquadramento que queremos naturalmente dar. Depois, enquanto vossa excelência falava, lembrei-me de duas coisas essenciais, lembrei não só da licença de utilização deste espaço, mas lembrei-me e faço outra pergunta, saber quem é o proprietário deste espaço? Por exemplo, quem é proprietário também, por exemplo, do Balneário Pedagógico de Vidago? É que não sei quem é o proprietário! Eu acho que na altura a Câmara Municipal que era muito bem liderada na área administrativa e jurídica, construiu dois edifícios de milhões de euros em propriedade de terceiros, estamos num deles, como sabem, a Câmara não é proprietária, no sentido jurídico da palavra, deste espaço, como não é do Balneário Pedagógico de Vidago. E, portanto, para além das licenças e desses “quiproquós” administrativos, a minha questão é mais essencial, é mais substantiva, onde é que pairavam estes gurus da ciência jurídica nessa altura? Parece que só sabem direito, economia e gestão quando são os outros a gerir, quando eram os próprios esqueceram-se de tudo e, portanto, fica esta nota aqui muito particular, sem prejuízo de darmos satisfação às questões que aqui forem colocadas, mas foram apenas considerações de enquadramento que eu achei que era importante dizer só para que não nos façam de tolos, porque tolos não somos. E depois queria dizer outra coisa, aprecio esta sua reiterada opinião sobre aquilo que é a mais valia e esta importância substantiva quer do Aquae Saludem, quer do Centro Multiusos do antigo Cine Teatro e, ao mesmo tempo, também ao Aquae Nature Palace, porque vão cumprir funções essenciais na nossa comunidade de afirmação e de atração em muitas dimensões. ----- Também me agrada muito que tenha reiterado a sua visão sobre o 25 de Abril, ainda bem que, desta vez, o líder do PSD veio com uma gravata vermelha, não veio com cravo cor de laranja, nem de gravata cor de laranja, saúdo isso. ----- Senhor Presidente da Mesa em exercício, faço aqui um desafio, é que fomos convidados para uma iniciativa partidária que vai acontecer dia 5, pois bem, não sabemos o que é que terá motivado essa alteração de data, mas vossas excelências lá saberão as causas dela, provavelmente foi porque eu interpretei a circunstância de que o espaço era tão pequeno que foi preciso encontrar um espaço maior, porque as pessoas inscritas eram tantas, provavelmente tiveram que encontrar um espaço maior, mas



enfim, fica esta consideração aqui. Depois, discussões dessa natureza fá-las-emos, com certeza dentro de casa com os cidadãos, temos um espaço próprio, teremos intérpretes próprios, como já perceberam, temos muita gente que pode refletir sobre a Saúde. Acho bem que façam uma reflexão sobre a Saúde, tenho pena que essa competência não seja do Município. Muito obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa em exercício, **Anselmo José Martins**, disse, aproveitou para cumprimentar a senhora Deputada da Nação, Dra. Fátima Pinto e agradecer a sua presença nesta Assembleia. -----

Pedido de esclarecimento: -----

José António dos Santos, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
Renovo os cumprimentos à Mesa e ao Senhor Presidente. Senhor Presidente, não respondeu aquilo que eu lhe perguntei concretamente nem àquilo que eu disse, foi completamente ao lado. Eu não pus, eu não disse que eram as Escolas, que era a Câmara que decidia as atividades, isto e aquilo eu não disse isso, eu só disse o seguinte, eu vou repetir que é para depois nos entendermos. Eu só disse que há um horário de funcionamento para as atividades curriculares disciplinares e não disciplinares, das 9 horas ao meio-dia e das 14 horas às 16 horas, ou das 13 horas e trinta minutos às 15 horas e trinta minutos, conforme. Depois dentro desse horário, o que eu dizia é que não se fizesse, a coisa que é o seguinte, dentro deste horário, colocar atividades de enriquecimento curricular as AECs, nunca dentro deste horário, que é normalmente dedicado às atividades disciplinares e não disciplinares. Isto é que eu dizia que estava em causa não colocar dentro deste horário o funcionamento das atividades de enriquecimento curricular, foi somente isso. O senhor Presidente foi para outro campo, não tenho nada a ver com coisas, sei de quem é a competência pedagógica para decidir aquilo que é feito. Agora, o que eu estava a dizer é que não se pode pôr dentro deste horário, as atividades de enriquecimento curricular, elas deverão ocorrer depois das atividades curriculares e não curriculares. Pronto, mas é isso que eu quero dizer, porque isso pode por em causa o início de funcionamento das atividades regulares é isso só senhor Presidente. Muito obrigado. -----

Encerrou a discussão o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Senhor Presidente em exercício, senhora Secretária, digníssimos Vereadores e Vereadora, distintos Membros desta Assembleia Municipal, queria naturalmente cumprimentar todos com estima e proximidade, público aqui presente, também estrutura de apoio e saudar também a senhora Deputada que está aqui presente. Eu acho que verdadeiramente há um problema de comunicação entre nós os dois, sinceramente, porque eu respondi efetivamente à sua questão. Porque a resposta, a não ser que não tenha percebido que essa questão tem que ser colocada nos Órgãos da Escola, não é na Assembleia Municipal, vai-me desculpar, quem decide os horários no âmbito da autonomia das Escolas é a Escola. E, portanto, vir aqui para esta Assembleia Municipal interpelar o Presidente da Câmara sobre uma questão que é das Escolas, revela desconhecimento, desculpe, ignorância, e reitero a palavra, ignorância! E digo mais, ou má-fé. Porque, quando sabe que a questão não é da Câmara Municipal, que a Câmara Municipal não tem competência, ainda vem em segunda intervenção dizer que eu não percebi a questão, eu percebi muito bem a questão. Essa questão não é da Câmara Municipal, vai-me desculpar, tem que falar com o seu Diretor, tem que discutir isso no Conselho Pedagógico, no limite, no Órgão Deliberativo da Escola, para quê? Para que decidam o que querem fazer, porque se bem sei, as competências do Município não têm nada a ver com essa matéria. Quem define os horários da Escola, quem define onde é que ficam as atividades de enriquecimento curricular, onde é que ficam as outras atividades, quem é? É a Escola, no princípio da sua autonomia, não é o Município de Chaves, não é o Presidente da Câmara, não é a Câmara Municipal, não é o seu Vereador e, portanto, dizer aqui que eu não percebi a questão, eu percebi bem a questão. A minha pergunta é, porque é que vossa excelência vem aqui levantar uma questão que não é da competência deste Órgão? Porquê? Qual é o seu intuito? O que é que pretende? Que é que pretende com a sua questão? O que quer dizer? Por isso é que eu digo que revela ignorância, é por isso mesmo, porque essa pergunta tem que ser colocada a quem? À Diretora da Escola, não ao Presidente da Câmara Municipal, a não ser que tenha um propósito que não explicitou. Tem algum propósito com isso? Que é que pretende? Sabendo vossa excelência que não é competência da Câmara?



Eu disse-lhe isso, ainda tem a desfaçatez de vir dizer aqui que eu não percebi a pergunta. Vai-me desculpar, mas isso é claramente o quê? Uma situação de incompetência de Órgãos. Essa questão tem que a colocar no Órgão próprio, é dentro da Escola e não aqui. E já percebemos que temos divergência de opinião, provavelmente eu não entendo. Pode ser problema meu, se calhar é. Muito obrigado. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

PONTO 1 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 12 DE FEVEREIRO DE 2025; -----

A Ata número um, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 12 de fevereiro de 2025, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia.

Seis Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere.

A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade.

PONTO 2 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da informação.

Caro Presidente da Mesa em exercício, senhora Secretária, digníssima e digníssimos Vereadores do Executivo Municipal, distintos Membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente e estrutura de apoio. Nas últimas sessões tenho evitado uma explicitação sobre o assunto em consideração, mas como a seguir são colocadas muitas questões que muitas vezes revelam uma leitura não muito atenta dos documentos, hoje vou aqui dar algumas notas que permitam esclarecer alguns aspetos e, dessa forma, provavelmente, contribuir para um esclarecimento ainda mais consistente. Na primeira parte da informação têm, como poderão ver, um conjunto muito importante de presenças em várias dimensões, com informação que procura ser a mais detalhada quanto ao local, motivo e matéria em discussão, enfim, são muitos momentos de diferentes naturezas, mas procurando sempre fazer uma representação digna, capaz e permanente do Município de Chaves e nesta via dos respetivos munícipes. Dizer também que sobre isto procuramos sempre defender, mas sempre o interesse do Município de Chaves. Depois, naquilo que tem a ver com a dimensão mais financeira que é a segunda parte da informação que foi entregue à Mesa da Assembleia Municipal, tem por razões de cumprimento de obrigação legal e designadamente da Lei 75 do artigo 25 desta mesma Lei, a obrigação de reportar informação de cariz financeiro à data de 23 de abril, portanto, a dois dias antes do Dia da Liberdade, que saudamos. Nessa perspetiva, o primeiro quadro dá informação sobre a execução, execução total, a execução na dimensão da receita corrente e da receita de capital e, por contraponto, também da despesa de capital e da despesa corrente, os valores da execução no que diz da receita, está alinhado, muito alinhado com aquilo que é a previsão orçamental. No que diz respeito à execução, situa-se sempre ligeiramente abaixo, o início do ano é sempre um período de menor execução, designadamente na dimensão de capital, ela vai tendo cada vez mais tradução à medida que o ano evolui, habitualmente os últimos três meses do ano são sempre aqueles em que há uma expressão mais intensa. Depois, queria pedir que olhassem para outro quadro que é o das dívidas a terceiros, tem a ver com o passivo nesta dimensão orçamental e, aqui, enfim, começava quase pelo fim, denota uma redução da dívida comparada com aquilo que foi a sessão de fevereiro, dia 5 de fevereiro que foi a data do reporte da informação, temos uma redução de dívida de 5,53%.

Queria dar nota que a nossa dívida de curto prazo anda nos dois milhões, duzentos e noventa e oito mil euros, que a nossa dívida à Banca, neste momento, é de nove milhões, seiscentos e quarenta e três mil euros e teremos oportunidade, depois, na Prestação de Contas de perceber de que forma está alinhada ou desalinhada relativamente àquilo que foi o início desta caminhada, destes dois mandatos para perceber qual tem sido a evolução orçamental, mas também a dimensão económica. Queria dizer que a nossa dívida a terceiros, nesta dimensão orçamental, é de quinze milhões e noventa e seis mil euros. Eu acho que toda a gente ainda se lembra da dívida que tínhamos em 2018, no início! Ou terei que a



relembrar? Enfim, nem sequer a vou relembrar, porque teremos oportunidade de o fazer a seguir, mas seguramente temos aqui menos vinte milhões de euros de dívida que foi reduzida, isto é muito importante. Depois, dizer também que tem sido feito um trabalho de fundamentação e de consistência da dívida de terceiros no ativo, ela hoje ainda carece de algum trabalho suplementar, porque continuamos a ter uma dívida de cobrança duvidosa de um valor expressivo e que, em muitos casos, provavelmente ela não será cobrada, mas compara, os dezoito ou os dezanove milhões, que aconteciam nos idos tempos de 2014, de 2015, de 2016 e de 2017. Depois, na demonstração dos resultados por natureza, a projeção que aqui é feita, é de resultado positivo, depois queria pedir a vossa atenção para um quadro importante que é o quadro da dívida total a 23 de abril de 2025. -----

E, por aqui, nós podemos comparar e bem com a dívida a 31 de dezembro de 2017, nós temos, neste momento, comparando o que é comparável, porque naturalmente é isso que devemos fazer, nós naquilo que é a dívida total, que efetivamente não é dívida, porque há uma parte, sobretudo uma parte de mais de três milhões de euros que tem a ver com dívida não orçamental. Mas, ainda assim, comparando o que nós sempre comparámos, comparamos dezoito milhões com trinta e oito milhões, são os tais vinte milhões de que eu vos falava há pouco, vinte milhões de dívida, é muita dívida em redução. Isto tem um contraponto positivo, é aquilo que é a nossa capacidade de endividamento. Como sabem, é importante que os projetos estruturantes possam ser concretizados e muitas vezes eles dependem da alavancagem com recursos próprios e outras vezes complementados por recursos externos, de terceiros, são os empréstimos, pois bem, queria dizer que estamos a preparar a contratação de um empréstimo para as piscinas cobertas e dizer que ela está ancorada nesta realidade. Hoje, o Município de Chaves tem uma capacidade absoluta de endividamento de quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta mil euros, eu repito quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta mil euros, não estou aqui a advogar a contração de empréstimo deste valor, nada disso! Muito abaixo. Também queria dizer que, como sabem, desde há alguns anos, os Municípios só podem utilizar em cada ano 20% dessa capacidade de endividamento, pois bem, de acordo com este quadro e este cálculo que aqui está, nós poderemos no ano de 2025 utilizar vinte milhões, tem a ver com acumulado não utilizado nos últimos anos, portanto, nós poderemos claramente utilizar este instrumento para poder concretizar projetos estruturantes para o nosso Concelho. Depois, dizer que nós não temos nenhum sinal de alerta, como habitualmente existia no passado, não há aqui nenhum sinal de alerta relativamente à situação económica/financeira ou orçamental, significa que nós temos umas contas consistentes, sérias, credíveis, capazes, robustas para enfrentar o futuro. Depois, também temos aqui informação sobre aquilo que são as responsabilidades contingentes e foi uma batalha minha na oposição, nós corrigimos essa omissão, essa falha de informação, que era uma falha habitualmente das informações feitas pelo PSD, à data. Depois, queria dar-vos nota do seguinte, não sei se tiveram tempo ou atenção para olharem para um quadro, o quadro das empreitadas e quando se diz que não acontecem obras, eu tenho alguma dificuldade em perceber a adesão à realidade, porque a realidade diz-me exatamente o inverso. Eu tenha aqui um quadro e neste quadro que eu tenho aqui das empreitadas que são as obras que estão em curso, foram recentemente concluídas, estão em execução ou estão em contratualização, nós temos aqui neste quadro que foi distribuído por vossas excelências, nós temos aqui o quê? Temos obras no valor de vinte e nove milhões de euros, eu repito, vinte e nove milhões de euros e se tiverem curiosidade por alguma destas obras e que são, pelas minhas contas, algumas dezenas, são cinquenta e nove para ser mais exato que estão em contratualização ou em execução, diz bem da capacidade financeira que o Município tem ganho, diz bem da evolução que nós tivemos na área financeira, porque nos permite fazer esta execução e queria partilhar aqui com vossas excelências dizendo que a Estrada de Carrazedo vai ser mesmo executada e já temos empreiteiro, ou empreiteiros! Portanto, queria sossegar esses espíritos, esses ânimos que às vezes vão para aí, gerando alguma controvérsia, dizer que a Estrada de Carrazedo, aquela que nós não devíamos fazer, mas devia ser a Administração Central a fazer, pois bem, vai ser feita e ela ainda vai arrancar em 2025 e não vai demorar muito! E, portanto, para vos dizer que fiquem descansados, tranquilos, que mais uma promessa ficará cumprida, também esta obra será executada e depois fará parte, penso que já está neste quadro em fase de relatório preliminar. E, portanto, dizer que se tiverem dúvidas sobre algumas das muitas empreitadas que estão em execução, este é um quadro importante e com base nele podem, depois, na próxima Assembleia Municipal fazerem perguntas sobre coisas relevantes. Obrigado! -----

Não se registaram intervenções. -----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 3 - 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2025. INFORMAÇÃO N. 12/DDEF/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito obrigado, senhor Presidente em exercício, cumprimento a senhora Secretária, digníssima Vereadora e Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal e todos quantos nos acompanham nesta sessão. Permitam-me vossas excelências que possa começar por um ligeiro enquadramento da motivação desta proposta. Como nós sabemos os Documentos Orçamentais, as Grandes Opções do Plano, o PPI e o Plano de Atividades Mais Relevantes, mas também o Orçamento da Receita e da Despesa começam-se a preparar em outubro/novembro. Pois bem, como sabem, é um documento duma complexidade e de uma exigência técnica muito grande e ao mesmo tempo, elaborados num contexto sempre de muita incerteza. No caso concreto do ano de 2025, a incerteza tinha a ver com o seguinte: para além das incertezas macroeconómicas e das incertezas orçamentais que são subjacentes naturalmente nestes documentos orçamentais, existia uma outra incerteza que era importante nós acomodarmos, tinha a ver com a circunstância de estarmos mesmo, mesmo na execução final e a arrecadar algumas receitas resultantes ainda de projetos financiados pelo Norte 20/20, mas sobretudo para nós podermos abrir aquilo que são projetos e ações para os anos seguintes, designadamente para 2025, mas também para os três anos seguintes, como sabem, o PPI organiza-se num horizonte temporal de quatro anos e, nessa perspetiva, é preciso identificar um conjunto muito alargado de projetos. Ainda assim, fizemos esse trabalho, um trabalho muito diligente, um trabalho feito de forma interna, colaborativa, particularmente entre o Departamento de Desenvolvimento Económico e Financeiro e o Departamento de Administração Geral, naturalmente a área que garante os Fundos Comunitários, a Divisão de Desenvolvimento Económico, mas também da Divisão de Obras Públicas, mas também a Divisão de Contratação Pública e, nesse contexto, foram identificados muitos projetos, enfim, trago só aqui para os senhores Membros desta Assembleia verem os projetos que nós identificámos financiados por Fundos Comunitários, são, se calhar, mais de cinquenta. E tivemos que, nesse caso concreto, identificá-los, designá-los e ao mesmo tempo fazer uma previsão da sua dotação orçamental e também um calendário de execução. Eu posso dizer, por exemplo, que o Município de Chaves, naquilo que tem a ver com o Norte 20/30, tem para o quadro comunitário toda uma dotação de comparticipação financeira de quarenta e três milhões de euros, mas tem, por exemplo, no Fundo Ambiental, já aprovado, seiscentos e oitenta e oito mil euros, tem, por exemplo, no PROVER provavelmente entre três a cinco milhões de euros, recordando que o PROVER foi aquele financiamento que permitiu fazer o Aquae Saludem, mas também fazer o Aquae Nature Palace. -----

Depois, também queria dizer que no âmbito do PDR, da multiplicidade de projetos que são financiados, o Município de Chaves tem garantidos trinta e seis milhões, cento e trinta e um mil euros. Existe ainda outro financiamento destinado a mitigar os efeitos das cheias no valor de 2 milhões de euros. Portanto, queria dizer a vossas excelências que o Município de Chaves, naquilo que é o próximo Quadro Comunitário que terminará em 2029, tem quase oitenta milhões de euros de financiamento. A verdade é que perante um esforço exigente, ficou de fora um dos projetos, esse projeto que não está contemplado no PPI, mas para fazer a candidatura, para poder ser submetida a candidatura, para ser apreciada, para se aferir se tem financiamento ou não, nós temos que ter o quê? A designação do projeto e temos também que ter a definição do custo do projeto e temos que ter também o calendário de execução do projeto. Eu estou a falar que nós não contemplámos no PPI um projeto, uma ação que se chama Reabilitação Regeneração do Quarteirão das Piscinas Municipais de Chaves, porque a nossa intenção não é apenas construir umas piscinas novas, e essa realidade está mesmo, mesmo à distância de um passo, é também requalificar toda aquela área, porque verdadeiramente é uma área absolutamente nobre que nós temos que requalificar, qualificar numa lógica de vivência e de usufruto por parte dos nossos cidadãos e, particularmente, dos nossos turistas. Pois bem, a motivação desta proposta é muito simples, no PPI aprovado para 2025 não consta, porque não foi identificado este projeto e agora para nós podermos fazer a submissão da candidatura a Fundos Comunitários ao 20/30 precisamos de o ter no PPI e daí esta



modificação ao PPI. Peço que vossas excelências que compreendam esta proposta e que a possam votar favoravelmente. Obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, de acordo com a votação abaixo discriminada:

Votos a favor: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocência Imaginário, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, José Francisco de Resendes Carneiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Clara Pinto Dias Lopes, Francisco António Pinho Peixeiro e Ricardo Vassal Coutinho. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, João Luís Gonçalves Rodrigues, Gilberto Gomes Alves, Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira e Jaime Esteves Abreu. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo - José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira, Lúcia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo - André Lourenço da Silveira, de Faiões - Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos - Augusto José Aires da Anunciação, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras - António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha - Alfredo José da Silva Barreira, de Oura - António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco - Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte - Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, em representação de Santa Leocádia - Amândio Veríssimo Machado, de Santa Maria Maior - Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão - Maria José Sena Barros Pereira, de São Vicente da Raia - Adma Ribeiro Ibrahim, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cella - Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações - Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões - João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha - Carlos Manuel da Cruz Chaves, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vale de Anta - Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues Fernandes, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia - Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela Seca - Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega - Liliana Pires Lage. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes oito membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Júlio Eliseu dos Anjos Alves e Fernando Miguel Borges Valpaços. -----

Pelo Grupo dos Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Sanfins - Sara Cristina Trinta Morais, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carneira, da União das Freguesias de Travancas e Roriz - Antero Luís Ginja -----

PONTO 4 - PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2024. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 11/DDEF/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----



Reitero os cumprimentos ao Senhor Presidente, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora e senhores Vereadores, aos digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente e estrutura de apoio. Antes de mais, no que diz respeito à apresentação deste documento, queria antes fazer uma apresentação sobre alguns aspetos mais particulares quer do Relatório, quer depois da Conta propriamente dita. Queria agradecer muito o trabalho diligente e competente, mas também abnegado que diferentes Unidades Orgânicas e os respetivos dirigentes das mesmas puseram aqui para que, de facto, nós pudéssemos ter aqui um documento tão bem estruturado, tão claro, tão informativo para que os Membros desta Assembleia Municipal, mas também os Membros do Executivo Municipal anteriormente tivessem a oportunidade de conhecer, crendo a multiplicidade das ações que vão sendo realizadas pelo Município, mas também a expressão nas dimensões Orçamental e Económica em que se estrutura a atividade do Município. Portanto, uma palavra muito particular às senhoras duas Diretoras de Departamento, quer da Divisão de Desenvolvimento Económico e Financeiro, mas também da Administração Geral, uma palavra particular para a respetiva Dirigente da área Financeira por aquilo que tem sido o compromisso que tem assumido aqui nesta matéria, mas também naturalmente a todas as demais Divisões que de forma profícua, abnegada e comprometida, têm procurado, sendo certo com insuficiências e com limitações, dar resposta às muitas, muitas necessidades que o Concelho, que os cidadãos que as empresas demandam e que exijam por parte dos servidores públicos, que somos todos, um trabalho sempre muito atento e comprometido e, portanto, essa menção a todos quantos puderam contribuir para a concretização e para a realização da multiplicidade de ações que aconteceram no ano em análise. Neste particular, dou aqui por reproduzido o documento de apresentação da Prestação de Contas que explicita a razão da apresentação neste modelo, mas também a forma como se estrutura, quais são os muitos documentos que a integram para que vossas excelências possam conhecer esse trabalho e que, no essencial, como sabem, pretende dar tradução a quatro ou cinco diplomas, muito em particular à Lei 73/2013, mas também à Lei 50/2012, mas, sobretudo, à forma como se organiza a Conta, que é uma instrução do Tribunal de Contas de 2019, queria pedir que olhassem de forma atenta para o Relatório. O Relatório desta Conta Individual, porque a Conta Consolidada acontecerá em momento posterior, habitualmente no mês de junho, e se olharem para esta forma como está organizada esta informação, tem aqui muito da informação que foi requerida e que foi perguntada no Período Antes da Ordem do Dia, ela está aqui. Avançando um pouco, dizer que toda a informação sobre Contratos de Avença e de Prestação de Serviços e Tarefa, se vossas excelências tiverem a oportunidade de consultar o Capítulo relativo ao Departamento de Administração Geral, particularmente à Divisão de Recursos Humanos, vão perceber o seguinte, vão perceber que está aqui a informação toda sobre Recursos Humanos, mas também está a informação financeira, a evolução do custo com os Recursos Humanos desde o princípio, mas também estão as acumulações de funções, mas também está a Medicina no Trabalho, mas também está Higiene e Segurança no Trabalho, enfim, tem aqui também toda a informação de caráter da dimensão da Informática. Eu queria aqui desmistificar algumas coisas que vêm sendo ditas, até parece que quando se dizem mentiras muitas vezes em diferentes sítios, elas tornam-se verdade. Queria dizer aos Membros da Assembleia Municipal e por essa via a todos os cidadãos que o Município de Chaves não tem incrementado o seu Mapa de Pessoal da forma como tem sido afirmada, vou explicar para que não restem dúvidas, é claro que querem comparar 2024 ou 2025 com 2017. É verdade, só que não são sérios nessa comparação, porque esquecem que nesse, entretanto aconteceu uma coisa que foi a Transferência de Competências para os Municípios. Nessa dimensão das Competências da Educação, da Saúde e da Área Social, sem esquecer aquilo que também tem a ver com a complexidade e exigência técnica crescente, designadamente na Área Financeira de Recursos Humanos, de reportes vários, sem esquecer os muitos projetos que estão em curso e que naturalmente são instanciados, operacionalizados com Recursos Humanos. -----

Mas só nos primeiros casos, Educação, Saúde e Área Social, nós estaremos a falar provavelmente de Recursos Humanos na casa dos duzentos e setenta a duzentos e oitenta, sim, eu repito os números, mais duzentos e setenta a duzentos e oitenta e, portanto, não é sério! Não é sério falar do incremento de Recursos Humanos. Se quisermos falar sério, temos que chamar à colação o tempo em que havia dois Quadros no Município de Chaves, aí sim, é que havia uma desregulação, e também dizerem que este Executivo liderado por mim que contrata os militantes, nós não perguntamos a ninguém quem é militante ou deixa de ser, tratamos toda a gente de forma igual, quem faz a escolha é o Júri, não é o Presidente



da Câmara. O Presidente da Câmara só tem duas intervenções na abertura do concurso e na homologação da lista final, não tem mais nenhuma intervenção no procedimento, também queria dizer que não é hábito nos currículos apresentarem cartões de militante, como era no passado, não é hábito! Não sei qual era a prática de quem me critica, mas sim, não é por aí. Depois falando de forma mais concisa, mais concreta, vossas excelências têm dois momentos para poderem aferir se há no ano de 2024 um incremento substancial do número de trabalhadores ou não da Câmara de Chaves, têm dois documentos fundamentais, têm este Relatório, no capítulo dedicado às admissões, aos reingressos e têm também um outro quadro com as saídas e perceberão uma coisa muito simples, primeiro, se tivessem lido com atenção este documento mais o Balanço Social, percebiam que há ali uma divergência de três postos de trabalho que são explicados por uma coisa que se chama mobilidade interna. Quando alguém está em mobilidade interna e que é, por exemplo, é Assistente Operacional e passa para Assistente Técnico enquanto ele não for consolidado na carreira de destino, ele não conta na carreira de destino. Mas voltando, há claramente aqui dois números que não são exatamente iguais e explicam-se por aqui, mas se quisermos olhar para o Balanço Social, é uma coisa curiosa, é que entraram noventa e cinco e saíram noventa e dois, pois bem, o saldo é de três, para quem diz que houve um incremento substancial de Recursos Humanos, três é de facto um valor muito importante, não é? É verdade que as mentiras não resistem à prova do algodão! E a verdade é que a mentira dita muitas vezes em vários sítios, em vários momentos por diferentes intérpretes, normalmente sob a capa do anonimato, é curioso, normalmente não dão a cara, são anónimos, são os cidadãos anónimos que por causa do RGPD não podem ser identificados, não é! -----

Pois bem, verão aqui neste relatório que aquilo que dizem, é absolutamente mentira, estou disponível para discutir isso quando quiserem e onde quiserem. Mas, queria também continuar aqui numa pequena abordagem de sobrevoo por estes documentos, muito rapidamente, estava a falar da questão da Informática e queria dar aqui uma palavra, porque me ia esquecendo do apreço e da consideração pelo trabalho abnegado e sem limites de horas e sem trabalho extraordinário do próprio Dirigente desta Área que é a Divisão de Sistemas Inteligentes, a resposta que nós conseguimos dar na situação de ataque informático foi muito exigente, foram momentos muito críticos, para além de serem muito críticos, nós termos ficado completamente inoperacionais, mas, ainda assim, com o compromisso e com a competência da Área da Informática, com todos os dirigentes e com todos os trabalhadores, nós conseguimos que a Câmara funcionasse com limitações, naturalmente em suporte papel, mas continuasse sempre a funcionar e hoje nós temos claramente, uma melhor resiliência neste domínio. É verdade que houve um investimento muito significativo, hoje posso dizer que o Ciberataque terá tido um impacto direto e indireto em termos financeiros entre os duzentos e trezentos mil euros, foi isso que nos custou o Ciberataque, é verdade que o resgate era menor, era só de duzentos mil euros. Mas enfim, nós não poderíamos, como perceberão, fazer qualquer condescendência com criminosos, queria também, e vou fazendo só aqui algumas notas, pode ajudar um pouco, o seguinte, queria falar da Contratação Pública, da página 41 à página 55, perceberão que estão identificados todos os Contratos de Bens e Serviços e dentro dos Serviços as Tarefas e as Avenças e poderão vossas excelências aqui consultar o número do processo, o objeto do contrato, quem foi contratado, qual é o valor do contrato, qual é o período de vigência do contrato e se já terminou ou não? Portanto, para mais transparência que esta, podem naturalmente ser aqui conduzidos e podem consultar, também diz se é Concurso Público, se é Consulta Preliminar ou se é Ajuste Direto, o Município de Chaves privilegia sempre os processos mais exigentes. O Município de Chaves não é o Município que utiliza ajustes diretos a toda a hora e, portanto, dizer claramente que há aqui uma intenção, primeiro de legalidade, segundo de concorrência, terceiro de transparência e, portanto, dizer que estão aqui todos. Se houver aqui alguma dúvida, digam, até os processos que terminaram por falta de proposta ou que foram anulados também estão aqui identificados para que não haja dúvidas até para se perceber a sequência da numeração e aqui não há 31A, 31B, 31C e 31D não, isto é sequencial e dizer desta forma claríssima que tudo, está tudo aqui e até ajuda, estão aqui estruturados os procedimentos que foram feitos por Concurso Público, os que foram por Consulta Prévia e os que foram por Ajuste Direto, tem informação detalhada para que não haja dúvidas sobre esta questão, porque eu sei que estão a construir um anátema, que é que nós somos opacos, que não somos transparentes. Nós somos absolutamente transparentes, façam as perguntas que quiserem, as pessoas que vão consultar diretamente os serviços, porque claramente isto é uma administração aberta, sem



nenhuma limitação, com toda a informação, contrariamente a outros do passado, mas, enfim, isso serão temas para outras discussões e para outros momentos, com certeza, mas não tememos nada, por isso é que nós fazemos um Relatório o mais detalhado possível. Depois, se quiserem ter curiosidade, por exemplo, ainda na Área da Contratação Pública, agora não nos Bens e Serviços, mas se quiserem conhecer a capacidade de financiamento externo do Município de Chaves em Programas de Fundos Europeus, tem aqui um quadro que vai desde a página 57 à página 61 e depois tem algumas densificações e algumas solicitações nas páginas subsequentes, todos projetos que foram financiados pelos diferentes Programas, desde o POSEUR, o PAC, o PAMUS, o PO NORTE, está aqui tudo para que percebam o valor do financiamento e, por exemplo, no caso concreto, temos aqui um investimento total muitíssimo interessante de vários milhões de euros, também interessam, certamente, a vossas excelências. -----

Depois, também têm a informação das Candidaturas que estamos a preparar ou estão em curso para os Fundos Comunitários do Norte 20/30, estão aqui. Na área do Urbanismo também muito da atividade que foi aqui feita se quiserem ter conhecimento e se tiverem curiosidade para perceber o que é que se faz. A nossa área de Projetos, posso aqui dizer, por exemplo, que a área de projetos fez no ano de 2024, coordenação, análise e assistência técnica a quarenta e dois projetos, elaboração, colaboração e, assistência técnica em mais quarenta e sete projetos e, portanto, têm aqui uma identificação dos projetos que se tratam, estão aqui muito identificados, temos aqui também informação sobre os trabalhos de topografia que fizemos e onde. Sobre a questão das empreitadas, dizer que se tiverem curiosidade sobre as Empreitadas, da página 96 à página 100, perceberão naturalmente e circunscrito o ano de 2024, perceberão quantas foram as empreitadas, quais foram e a sua expressão financeira, sendo certo que no caso concreto, estamos a falar de uma expressão financeira de cerca de vinte e um milhões de euros. Mas, depois, e respondendo um pouco à questão que foi suscitada por um Membro desta Assembleia Municipal, tinha a ver com as obras por Administração Direta se precisavam de projeto, centro de custos e outras coisas afins? A resposta é fácil, se consultarem da página 100 à página 106, perceberão que a natureza das intervenções que são feitas, não precisam de projeto, referir ainda que nesses Recursos Operacionais também está uma equipa, aliás, várias equipas que são as equipas que fazem os caminhos rurais. Como vossas excelências sabem, a Câmara tem no apoio às Freguesias para concretização das Competências das Freguesias, porque os caminhos agrícolas, caminhos vicinais são competências das Freguesias nos termos da Lei 75, mas, ainda assim, o Município de Chaves, e bem, tem feito no passado, faz no presente e espero que faça no futuro, tem feito um apoio importante às Freguesias e, portanto, tem à disposição das Freguesias duas motoniveladoras e agora duas retroescavadoras. Finalmente, para que cada motoniveladora possa ser acompanhada de uma retroescavadora e um camião ou dois e um cilindro e, portanto, dizer que muito do trabalho da DRO, a tal pergunta que era feita há pouco, não precisa de projeto para fazer manutenção de caminho agrícola, não é preciso projeto, pois não? E, portanto, dizer-lhes isso, mas se quiserem ter outra informação também na Área da Educação, na Área do Turismo, na Área da Cultura, têm muita informação, porque neste Relatório que foi distribuído a vossas excelências, nas primeiras 132 páginas podem ver feita uma descrição necessariamente sumária da muita atividade que é feita pelo Município de Chaves. Depois, enfim, poderia naturalmente continuar a discorrer sobre esta matéria, mas vou agora apenas falar sobre alguns aspetos da Conta de Gerência, da parte Orçamental e da parte Económica muito rapidamente, sem prejuízo de podermos voltar a ela se vossas excelências assim o entenderem e se as interpelações subsequentes e as intervenções subsequentes assim o aconselharem. -----

Dizer que, neste caso concreto, nós estamos a falar de um Orçamento que tem uma expressão financeira de acordo com aquilo que foi um Orçamento corrigido para o ano de 2024. Aquele que está em análise e estamos a falar naturalmente do Orçamento que teve setenta e cinco milhões, cento e trinta e sete mil trezentos e dezasseis euros, é um Orçamento que vem acompanhando de forma sustentada relevante aquilo que é a capacidade de fazer intervenção e de qualificar o Município de Chaves, mas também aquilo que tem a ver com o incremento não só dos Fundos Europeus, particularmente do Fundo de Equilíbrio Financeiro que tem um incremento substancial, mas também daquilo que eu dizia há pouco que tem a ver com as Transferências de Competências, as Transferências de Competências não nos trouxeram apenas pessoal, os tais duzentos e setenta ou duzentos e oitenta, também trouxeram Recursos Financeiros. Portanto, os Recursos Financeiros associados a estas três dimensões das Transferências



de Competências, eles andarão, certamente, nos 6,7 ou 6,8 milhões de euros, e que o incremento ao nível da receita é naturalmente apenas na receita corrente. Mas queria dizer-vos que deste Orçamento, trinta e nove milhões, trezentos e noventa mil euros eram de despesa corrente e trinta e cinco mil setecentos e quarenta e seis euros despesa de capital. Aquilo que naturalmente diz respeito à execução e é aquilo que nos importa, porque nós não estamos outra vez a aprovar outro Orçamento, o que nós estamos aqui a fazer é prestar contas, é perceber, é aferir de forma transparente e fundamentada se aquilo que foi o exercício orçamental aprovado em dezembro para o ano posterior, dezembro de 2023 para o exercício de 2024, qual foi o alinhamento? Qual foi o gap? Qual foi o desfazamento que aconteceu nos diferentes domínios, no Orçamento da Receita? No Orçamento da Despesa? Naquilo que tem a ver com a Despesa Corrente e Despesa de Capital e naquilo que tem a ver com o PPI e também com os Projetos de Interesse Municipal, os mais relevantes fazem parte do Plano de Atividades e, portanto, a esse nível queria dizer que há uma nota primeira que eu queria salientar, o Município de Chaves tem vindo sempre ou quase sempre a cumprir uma das determinantes orçamentais, que é a execução global da receita de acordo com a Lei 73, enfim, designada como Lei das Finanças Locais, ela deve situar-se sempre acima dos 85%. Pois bem, o resultado final do ano transato foi de 89,80%, a execução situou-se quase nos 90%, diz bem duma boa previsão e também de uma excelente execução. Claro que a estruturação naquilo que tem a ver com a natureza desta execução quer no que diz respeito à Receita, quer no que respeita à Despesa, mas particularmente na distribuição entre a Despesa de Capital e Despesa Corrente, e apesar de nós todos estarmos ainda muito agarrados a esta dicotomia Capital e Corrente, sendo certo que muita Despesa Corrente que hoje é feita na Área Social, na Área de Educação, na Área do Turismo, na Área da Promoção Local, ela é verdadeiramente Despesa de Capital, porque tem uma capacidade de gerar e de continuar aquilo que são os investimentos realizados e, portanto, é verdadeiramente também, na minha modesta opinião, apesar de não contabilisticamente, Despesa de Capital. -----

Eu estava a dizer que, verdadeiramente, nós temos na Receita Corrente, uma execução de 94,05% na Receita de Capital 74,33%, na Despesa Corrente 89,50%, na de Capital, 56,95% nas outras 100%, estamos a falar das não orçamentais. E, portanto, a Despesa Total no ano transato teve uma taxa de execução global de 74,01% e concretizou-se num valor de cinquenta e cinco milhões, seiscentos e onze mil, seiscentos e noventa e quatro euros, é, de facto, um bom resultado, dir-me-ão alguns, podia ser melhor? Pode ser sempre melhor. Depois, queria também dizer que na evolução, daquilo que tem a ver com a Receita Global, houve um incremento relativamente ao ano transato, mais de onze milhões de euros, isso, de facto, foi importante, sendo certo que isso tem muito a ver com os ativos que também denotam uma crescente sustentação daquilo que são as finanças do Município. -----

Depois, queria também dizer-vos que a evolução da Despesa de Capital, no período homólogo, foi muito mais relevante, houve um incremento de sete milhões de euros e também queria dizer-vos que a evolução da Despesa Global também tem vindo a ter um acréscimo relativamente ao período homólogo, foram mais de nove milhões de euros, não vou discorrer muito mais sobre isto apesar de ter aqui muito mais informação. -----

O que tem acontecido aqui, é que em resultado de uma política amigável para com os cidadãos e com as empresas os nossos impostos diretos não têm aumentado, têm decrescido ligeiramente, como sabem, nós temos algumas políticas amigas das empresas e amigas dos cidadãos, a primeira decisão que nós tomámos, como sabem, foi reduzir ao mínimo o IMI, isso teve impactos na Receita, fruto de tudo o que fizemos para mitigar esses impactos, eles não são expressivos, mas, ainda assim, naturalmente têm impactos. Dizer também que todas as medidas que nós tomámos, seja de apoio às famílias, seja de incentivo à reabilitação urbana na zona histórica, seja, por exemplo, no que diz respeito aos projetos de interesse municipal, isso é um incentivo, mas tem como contraponto para o Município uma perda de receita, e nalguns casos são dezenas e dezenas de milhares de euros, mas entendemos nós que isso é fundamental para a atração e o fortalecimento da nossa economia. Só para terem uma noção, em 2022 os impostos diretos representavam 7,8 milhões, em 2024 eles representam 7,7 milhões, portanto, há aqui, de facto, um decréscimo. -----

Também nas taxas, multas e penalidades há um decréscimo em 2022, foram três milhões, e em 2024 foram 1,1 milhões, nos rendimentos de propriedade tem havido aqui alguma estabilização no período homólogo, foram dois milhões e nove mil euros em 2023 e são dois milhões, cento e quarenta e cinco mil



em 2024. Depois, percebe-se e é tangível o incremento de transferências e subsídios correntes, porque em 2022 partimos de um valor de vinte milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, em 2023 foram vinte e dois milhões duzentos e vinte e oito mil euros, em 2024 foram vinte e cinco milhões, cento e trinta e cinco mil euros, de facto, há aqui um incremento importante, mas isso tem naturalmente a ver com o apoio que fazemos às Freguesias, às muitas Associações, às muitas Coletividades, e deixo aqui um desafio, nós podemos achar que é muito dinheiro, com certeza, da mesma forma que eu disse relativamente às Avenças que identifiquem uma Avença que não faça sentido, que não tenha utilidade, o que eu digo relativamente aqui às transferências é que identifiquem uma entidade, um beneficiário que não mereça ter o apoio e eu prometo que vamos analisar essa questão. -----

Depois, queria também dizer que naquilo que tem a ver mais com as Funções e com as Grandes Opções do Plano, Funções que são as Gerais, a Económica e Social, como sempre, há aqui uma competição muito grande entre a Social e a Económica, sendo certo, que, em regra, a expressão financeira mais robusta é sempre a da dimensão social, em 2024 alocámos dois milhões, trezentos e quarenta e sete mil euros às Funções Gerais, treze milhões, trezentos e vinte e um mil euros às Funções Sociais e à Função Económica seis milhões, quinhentos e sessenta e dois mil euros, são valores muito relevantes, muito interessantes que naturalmente ajudam a economia, ajudam as empresas, dão maior resiliência e maior competitividade para enfrentarmos o futuro. -----

Depois, também queria dizer que o ano de 2024, no exercício correspondente, tivemos um saldo de gerência de catorze milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil seiscentos e noventa e oito euros. Claro que este é o saldo de gerência que nos interessa de forma mais particular, porque vai permitir concretizar projetos e ações, aliás, já está a permitir, porque fizemos essa alteração em fevereiro e tem a ver com este saldo orçamental e este saldo orçamental foi de onze milhões, oitocentos e sessenta e seis mil euros, olhe, por exemplo, este saldo orçamental está-nos a permitir adjudicar a estrada de Carrazedo de Montenegro, por exemplo, isto foi muito importante, não foi poupança, foi a oportunidade de podermos alocar este saldo de gerência, também queria dar uma nota, enfim, sempre importante, que tem a ver com uma lógica que subjaz sempre à análise que nós fazemos nesta dicotomia entre Receitas Correntes e Despesas Correntes para nós apurarmos aquilo que se chama o Saldo Corrente. Pois bem, o Saldo Corrente que é a diferença entre aquilo que é a Receita Corrente e aquilo que é a Despesa Corrente, no ano de 2024 ficou em sete milhões, oitocentos e oitenta e dois mil euros, significa capital, podemos, devemos e estamos a financiar despesas de investimento com este Saldo Corrente no valor de sete milhões, oitocentos e oitenta e dois mil euros, diz bem deste equilíbrio e do cumprimento absolutamente inegável da dupla desta condição do princípio do equilíbrio ou do duplo equilíbrio, ele é aqui absolutamente evidente. Depois, numa dimensão mais económica, queria deixar aqui e partilhar com vossas excelências algumas notas, não é muito pormenorizado, mas ele será feito se assim o entenderem, deixar aqui algumas notas que traduzem bem este crescimento, esta sustentação, este fortalecimento económico/financeiro do Município. O Balanço no final de 2024 apresentava um valor de cento e noventa e seis milhões, quatrocentos e noventa e um mil trezentos e quarenta e um euros, outro aspeto importante que queria aqui referir é que o passivo, sim, o passivo nesta dimensão económica/financeira foi no final do ano de 2024 de vinte quatro milhões, trezentos e cinquenta e sete mil euros e reduz, só num ano, sete milhões, setecentos e noventa e sete mil euros. Mas se nós compararmos este passivo com 2017, provavelmente, a redução é superior a sessenta milhões, eu repito, sessenta milhões no passivo e, portanto, diz bem deste caminho sustentado, enfim, sempre crescente na recuperação das finanças do Município. -----

Depois, queria também dizer que apesar de saberem que não é aquilo que eu valorizo mais, mas, ainda assim, é um indicador que o resultado do exercício económico findo em apreciação, foi mais uma vez positivo, o resultado líquido do exercício foi de três milhões, quatrocentos e trinta dois mil quinhentos e noventa e um euros e, portanto, é mais uma vez positivo e traduz bem aquilo que tem a ver com a sustentabilidade e o equilíbrio das Contas do Município. Queria dar nota do seguinte, é uma nota muito particular, nós quando estávamos na oposição e também nos momentos dos anos iniciais do primeiro mandato, mas também ainda no segundo, demos nota sempre daquilo que nos parecia ser uma desgovernação dos mandatos do PSD e tinha a ver com os gastos em juros e outras despesas conexas. Fazíamos uma crítica muito grande, nós dizíamos que andávamos a alimentar os bancos quando podíamos financiar obras estruturantes, disse isso muitas vezes e disse, por exemplo, que no mandato



de 2013 a 2017 foram muitos milhões de euros e, portanto, esses muitos milhões de euros, provavelmente nos três mandatos estamos a falar de onze milhões de euros só de juros e outros encargos, poderiam ter dado para fazer muito investimento. Pois bem, eu queria dar nota aqui do seguinte, sabem bem que os anos 2023 e 2024, particularmente em 2024, as taxas de referência e as taxas que nós não conseguimos nunca fixar, a não ser que contratemos uma taxa fixa para o futuro, a Euribor em 2024 teve um incremento muito substancial. Pois bem, se nós compararmos aquilo que o Município de Chaves gastava em 2017, em que, lembre-se, a taxa de referência Euribor era negativa, a Euribor a 6 meses era negativa, portanto, significava isso que o spread era parcialmente comido com a taxa negativa. Pois bem, em 2017, com uma taxa de referência negativa, a Câmara de Chaves pagava mais de um milhão de euros em juros, comparemos então esse exercício com 2024! Em 2024, as taxas Euribor a 6 meses e é essa a que me estou a referir, andaram entre os 3,2% e os 3,8%. Pois bem, mesmo com uma taxa de 400% acima ou quase, a verdade é que o Município de Chaves não gastou um milhão de euros, O Município de Chaves, neste período em análise, gastou muito menos, gastou perto de quinhentos e cinquenta mil euros. E, portanto, dizer bem da diferença com taxas negativas, um milhão de euros com taxas de 3,2%, e de 3,8% um pouco acima do meio milhão, diz bem da exigência e da competência da gestão financeira, sem falsa modéstia, neste particular e, portanto, queria que ficassem com esta nota, que é uma nota muitíssimo importante, é muito importante porque, de facto, diz bem do caminho que nós trilhámos e daquilo que nós temos feito. -----

Queria dar mais duas ou três notas complementares, eu dizia há pouco que a nossa despesa com as novas Competências que foram transferidas pela Administração Central, elas situam-se em seis milhões, setecentos e cinquenta e três euros, na Educação gastámos cinco milhões, cento e setenta e cinco mil euros, só em pessoal são quatro milhões, cento e quarenta e um mil euros, só em pessoal o acréscimo da Educação, mas, por exemplo, na Ação Social são seiscentos e setenta e nove mil euros e na Saúde são novecentos e oito mil euros, portanto, para que fiquem a par de alguma informação financeira e que vos possa habilitar, por exemplo, neste caso concreto, a poderem ter uma reflexão e uma opinião mais fundamentada seja ela qual for sobre esta matéria. Mas, depois queria, enfim, não vou voltar muito à questão da dívida, já foi referida em momento anterior, mas, de qualquer das formas, dizer-vos que, de facto, nós temos tido aqui um decréscimo muitíssimo importante. Ele é mais importante quando nós, por exemplo, olhamos para isto, não é o momento, fá-lo-emos em junho, quando olharmos para ela na Conta Consolidada, porque agregamos aqui também a dívida total, dívida de outras Instituições que, no passado, era sempre esquecida, escamoteada ou negada que era, por exemplo, a dívida da Associação Promotora do Ensino Profissional de Chaves, essa dívida foi sempre escondida, mas ela hoje já faz parte das nossas contas, está lá incorporada, explicitada. Pois bem, mesmo assim, ainda temos vinte milhões de euros abaixo de 2017, portanto, fica esta nota para perceber um pouco o caminho que foi trilhado. É verdade que ainda não estou a fazer o balanço do mandato, terei a oportunidade de o fazer, mas perceberão bem o caminho que foi feito. Para finalizar, eu permito-me deixar aqui, em modo de síntese final e de forma muito telegráfica, quatro ou cinco apontamentos, por exemplo, comparando o passivo de 2017 com o de 2024 compara, oitenta e oito milhões com vinte quatro milhões, são menos sessenta e três milhões de euros de passivo, mas se compararmos a dívida total, compara trinta e oito milhões com dezasseis milhões, são menos vinte e dois milhões de dívida total, mas se só compararmos a dívida a terceiros de médio e longo prazo, compara vinte e três milhões com nove milhões, é parecido! Mas se nós compararmos empréstimos de médio e longo prazo, enfim, empréstimos bancários vulgarmente ditos, nós comparamos vinte e dois milhões com onze milhões, é só metade! De facto, o caminho tem sido importante, mas se quisermos comparar outros indicadores como eu dizia há pouco, juros e outros encargos, nós temos um milhão, quatrocentos e nove mil em 2017 com os quinhentos e sessenta e quatro mil em 2024, isto é o que se compara e depois compara, neste contexto, a Euribor a 6 meses em 2017 situava-se entre os 0,271% 0,249%, em 2024 a Euribor era de 2,675% a 3,861%, dados do Banco de Portugal e, portanto, percebem bem a informação que aqui vos trago para que possam fazer análise e, para isso, era muito importante perceber. -----

Tenho aqui outras considerações que poderei usar se necessário. Se alguém tem dúvida do agregado, do caminho trilhado, eu aconselho a fazer uma coisa, leiam um livro que se chama anuários financeiros, que tem informação anual, mas também informação por mandato para perceberem os principais indicadores de cada um dos Municípios nas diferentes dimensões e, certamente, por aí perceberão que



efetivamente esta Conta e este Relatório merecem justamente ser aprovados e ser aprovados por todos, sem politiquice, sem visão partidária. E, portanto, da mesma forma que eu lancei o repto na Câmara Municipal para que fosse aprovado por unanimidade, é verdade que não consegui, mas, ainda assim, foi votado com abstenção pelos senhores Vereadores, eu deixava igual repto a todos os Deputados desta Assembleia, particularmente aos do PSD, que pudessem votar a favor, porque nós não estamos a aprovar um novo Orçamento, um novo Plano, o que nós estamos a apreciar, nem as vossas opções, o que nós estamos a apreciar, é uma coisa muito simples, é se que aquilo que foi previsto e aquilo que foi executado, merece ser votado favoravelmente. Muito obrigado. -----
Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
Bom dia a todos os presentes, cumprimentar o senhor Presidente, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, Membros eleitos, senhores Presidentes da Junta, membros de apoio, imprensa presente, flavienses em geral. Encontramo-nos aqui a discutir mais uma Prestação de Contas, como disse o senhor Presidente da Câmara, isto não se trata de um Orçamento, mas eu sinto que, ainda há algumas perguntas e são perguntas um pouco simples, creio eu e que até podem ter resultado de termos tido um apagão na segunda-feira que não me permitiu ver todos os documentos que estão associados e são muitos e isso é bom, mas há aqui algumas perguntas que eu gostaria de ver respondidas, e até já risquei uma porque penso que a explicação inicial do senhor Presidente da Câmara responde a essa pergunta. Começando pelas Receitas de Capital e apesar da execução ter sido quase em dobro do observado em 2023, o senhor Presidente da Câmara até falou de um aumento de sete milhões de euros, que é que o que está lá plasmado passa números redondos, os sete milhões de euros para catorze milhões de euros. O orçamentado era de dezanove milhões de euros, ou seja, está a um grau de execução de cerca de 74%, sendo que estes 74% se devem à execução de apenas 53% das transferências de capital. E a pergunta então é porque é que esta taxa de execução foi mais baixa? O que é que se passou? Qual é a situação que justifica esta diminuição da taxa de execução face às outras rubricas? Olhando para a despesa é mencionada a transferência a título de compensação para a Empresa Municipal, olhando para o documento da Empresa Municipal, nós vemos que há um aumento bastante grande na receita dos parcometros, o senhor Presidente da Câmara, até já referiu isso que achava que o estacionamento não deveria estar na Empresa Municipal, creio estar correto. Mas a verdade é que, este aumento da receita e este subsídio da Câmara ou esta transferência a título de compensação que permitem que a Empresa tenha tido lucro porque poderíamos estar aqui a falar do quinto ano, se não me engano, do quinto ano consecutivo de prejuízo da Empresa Municipal. Posso certamente estar errado, mas, se houve essa necessidade de fazer essa transferência e porquê? Porque é um ano de aumento de termalistas, quer do lado do bem-estar, quer do lado dos termalistas terapêuticos, ou seja, temos aqui uma Empresa Municipal que não tem condições para dar lucro por si só, para já estamos nesse caminho? O que é que está a ser feito para que a Empresa Municipal não tenha de ser absorvida pela Câmara ou se, se, quer esse objetivo, mas creio que não. -----
Olhando para as despesas de capital, a aquisição de bens de capital foi executada em apenas 41% face ao orçamentado, a pergunta é semelhante, à parte que eu fiz das receitas de capital, porque é que temos uma taxa de execução, mais baixa face ao orçamentado? Indo agora ao Balanço temos visto ao longo dos anos e no relatório aparece 2022/2023/2024, temos visto um aumento contínuo em cerca de um milhão de euros por ano, nestes três anos das outras contas a receber. O que é que são estas contas a receber que já se cifram em oito milhões de euros? É apenas esta questão. E, por outro lado, nas outras contas a pagar, estão ligeiramente acima de nove milhões de euros, se somarmos a parcela corrente com a parcela não corrente, não encontrei a justificação nem para as outras contas a receber nem para as outras contas a pagar, pode ser apenas uma questão contabilística, mas fica aqui a pergunta. -----
Depois, o que se nota ao longo do Relatório é que realmente a Câmara Municipal tem quinze milhões de euros em caixa, tem uma margem utilizável de endividamento bastante significativa na casa, penso que dos catorze milhões de euros, mas não anotei o número e estou a dizê-lo de cabeça e, não se vê muitas mudanças, não se vê, não se vê obra. Eu tinha aqui uma questão que seria alguma falta de ambição, aquelas provocações um pouco simples de se fazer por parte da oposição, mas depois ouvi o senhor Presidente da Câmara no Ponto 2, a falar de muitas obras que se vão fazer este ano e começo a achar



que não é falta de ambição, parece um pouco eleitoralismo, ou seja, estamos em ano de eleições legislativas, porque alguém quis fazer o Governo cair, mas não vamos entrar por aí, não é aqui o ponto, mas também estamos em eleições autárquicas e, portanto, se calhar foram três anos, de alguma apatia para gastar tudo este ano? Não sei. Queria perceber se é mesmo um objetivo eleitoral ou se há uma questão aqui mais de uma gestão de gostar de anos múltiplos, de cinco ou algo assim. -----
E agora o que vou dizer penso que não é necessário colocar em ata, no entanto se quiserem colocar, podem na página 138, no paragrafo que se refere ao gráfico 3, esta parte não é nada política é apenas uma errata onde se lê “no entanto a rubrica de impostos indiretos regista uma ligeira diminuição de 0.93%”, onde está impostos indiretos deveria estar impostos diretos e outra também pequena, não é política é mais tecnicidades, o senhor Presidente da Câmara disse há pouco, que a Euribor aumentou 400%, o ponto não é esse, pode ser 400 pontos base ou 4 pontos percentuais, não é 400%. Repito não é preciso colocar em ata, podem até corrigir a declaração do senhor Presidente para aparecer pontos base ou 4 pontos percentuais, 400% tem a ver o denominador então fica uma percentagem. Era só isto, muito obrigado. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, respondeu às questões que foram colocadas pelo senhor membro desta Assembleia: -----

Bom dia, novamente, senhor Presidente em exercício, senhora Secretária, senhora e senhores Vereadores, os senhores Membros desta Assembleia Municipal, os senhores Presidentes de Junta que também o são, público aqui presente e toda a estrutura de apoio. Queria, quanto às considerações que foram feitas, eu estava à espera de uma intervenção mais técnica, mas, pelos vistos, foi política, mas é assim que tem que ser, porque este é o Órgão certo, porque é aqui que nós fazemos política e, naturalmente, aqui não vamos discutir contabilidade no sentido da sua ciência, não é o local exato para o fazer. Queria dizer, quanto à questão dos documentos, os documentos foram todos preparados pela Câmara Municipal, os documentos estão todos disponíveis, existem todos se, porventura, há algum documento que não foi possível aceder, naturalmente que poderemos supri-lo, encaminhá-lo, porque eu posso dizer-lhe que preparei a Assembleia Municipal a partir das oito e um quarto da noite de ontem, não é? Mas pronto, enfim, foram contingências de agenda e, por isso, contrariamente ao que vocês perceberam, não trouxe uma intervenção escrita, eu trago sempre uma intervenção escrita quanto à prestação de contas, desta vez não trouxe, não tive oportunidade, mas, ainda assim, procurei coligir alguma informação. Queria dizer o seguinte, quanto à questão da execução das despesas de capital, e bem notado, que teve um incremento do dobro, claramente muito alimentadas pelos ativos e eu entendo que a execução até é uma execução muito interessante se comparar com as execuções de executivos anteriores, está muito acima das execuções dessa data que andavam sempre nos 27%,/30%, mas, ainda assim, a explicação tem uma razão principal. Nós esperávamos em 2024 executar um projeto importante do PRR, estou a falar da modernização e requalificação da área de Acolhimento Empresarial, estamos a falar de um projeto para onze milhões de euros. A verdade, é que, como sabem e esta Assembleia sabe, nós tivemos uma recusa pelo Tribunal de Contas, portanto, verdadeiramente o momento de execução não pode ser em 2024, há-de ser em 2025 e 2026 e, portanto, uma das explicações, a mais substantiva, há outras, mas esta é mais importante, porque a expressão financeira era muito relevante para além das circunstâncias que decorrem daquilo que tem a ver com uma evidência que todos conhecem e que é conhecida a nível Nacional, que é hoje o mercado sobretudo na área da infraestruturação e da construção civil, a capacidade das empresas é bastante menor do que nós desejaríamos e, portanto, há em muitas das nossas obras, para não dizer em todas, atraso na sua execução, havendo atraso na execução física, conseqüentemente, há atraso na execução financeira. E daí este gap se assim o podemos chamar no que diz respeito à execução de capital, isto é, por demais evidente, não sei se respondi cabalmente à questão que colocou se não respondi, penso que no essencial é isto que importa aqui dizer. Depois temos, sobre o segundo ponto, uma visão completamente diferente, dizer que quem criou a Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, foi o Executivo do PSD em 2004, criou-a manca, sem dinheiro, porque constituiu o seu capital social apenas com imóveis, imóveis esses que verdadeiramente não podiam ser aqueles, porque nem sequer foram passíveis de realizar o capital social e nós estivemos o ano passado na situação à beirinha de ser extinta por causa dessa questão, mas, ultrapassadas as questões jurídicas e notariais que suscitaram essas questões, dizer-lhe que nós temos



vindo a trilhar um caminho de sustentabilidade da Empresa Municipal. Provavelmente, se tiver tempo e disponibilidade e se quiser conhecer todos os exercícios da Empresa Municipal, todos, sem exceção, retirando-lhe aquilo que foram os Contratos Programa do Município de Chaves que, nalguns casos, representaram não vinte mil euros como em 2024, mas duzentos e muitos mil euros, é uma conta próxima, e para um gestor vinte mil euros é próximo de duzentos mil a grandeza é próxima e, portanto, queria dizer-lhe que naturalmente esta Empresa teria dado sempre, mas sempre prejuízo. Ao contrário, pelo segundo ano, desde que eu sou Presidente da Câmara, vai ter lucro, vai ter um exercício positivo, teve no ano de 2019 se memória não me atraiça teve em 2024 e posso lhe dizer que não foi por causa da compensação ou do Contrato Programa do Município que teve lucro, porque a transferência foi de vinte mil euros e o resultado operacional é muito superior, portanto, ela teria sempre lucro. No entanto, devo dizer que entendo que é fundamental, justo e adequado que a Empresa Municipal que presta serviços sociais que seja remunerada por isso e quais são? Em vários equipamentos quando, por exemplo, as piscinas do Rebentão permitem que entrem pessoas carenciadas ou com o cartão do Euro cidadão, ou das férias desportivas, ou de um conjunto de outras atividades escolares, e os alunos não pagam, ou das famílias numerosas que têm apoio social, esse custo deve ser repercutido no Orçamento do Município e não ser suportado pela Empresa Municipal. Da mesma forma, também, sempre que a Empresa Municipal presta serviços na área do termalismo, a diferentes setores, particularmente na área social, esse serviço deve ser contabilizado, deve ser medido e deve ser objeto de compensação. Portanto, eu defendo que todos os anos a Empresa Municipal tenha que ser remunerada pelo apoio e pelos serviços que não são remunerados, que não são pagos diretamente pelos beneficiários efetivos e finais, portanto, divirjo quanto a isso. -----

E também lhe digo que as Empresas Municipais só devem existir se fizerem sentido e se tiverem um escopo e um propósito e um sentido de sustentabilidade económica/financeira, eu disse e reafirmo, entendo que a área ligada ao estacionamento não deve fazer parte da Empresa Municipal, mas quem tomou essa decisão, curiosamente, foi o Executivo do PSD, os Executivos do PS manteve-as por razões de equilíbrio, mas estamos a preparar o caminho para que isso deixe de acontecer, designadamente o quê? Designadamente incorporando mais duas áreas que certamente são áreas importantes que incrementarão as receitas, a geotermia, área do termalismo mais ligado ao bem-estar. Não é agora, enfim, e pareceu-me querer perceber há pouco que alguém dizia que nós começámos com a área de bem-estar, não, a área do bem-estar já tem muitos anos. A única coisa que tem mais, é um equipamento, porque esta Empresa Municipal há muitos anos que vinha fazendo e prestando cuidados na área do bem-estar. Aliás, eu até posso dizer que no ano 2024 o número de aquistas de bem-estar é muitíssimo superior ao do terapêutico, mas nós queremos que seja mais e, portanto, dizer que, primeiro, não é verdade que o Contrato Programa tenha sido decisivo para ter um resultado positivo, ele seria da mesma forma, ele seria igual, teria resultado positivo sempre, portanto, teria sempre um exercício positivo, não é verdade o que aqui disse! Segunda questão, se não perguntei, eu pergunto agora, os parcómetros só existiram em 2024? Já existem desde a sua constituição, e a sua constituição é de 2004/2005. Que é, curiosamente, o partido que representa, portanto, se calhar esse questionamento devia ter sido feito antes, não agora! No momento em que eu lhe digo que estamos a pensar numa solução nova, é que coloca essa questão? Não devia ser antes, já no tempo em que tinha mais capacidade de influenciar a decisão. Depois, queria dizer também o seguinte, quanto às contas a receber e às contas a pagar! Nas contas a receber eu tive oportunidade de dizer que existem sempre algumas contas ligadas, por exemplo, aos impostos diretos, o Município entende que a Autoridade Tributária é devedora de valores que são próprios, ainda de dois ou três, se calhar, mais de milhões de euros que até hoje não foram transferidos, isso tem a ver com questões ainda de contencioso fiscal que está ainda a decorrer, divergência de reembolsos e outras questões que naturalmente estão aqui em causa. Depois, também, contas a receber, muito na área da água e dos serviços conexos de saneamento e de resíduos sólidos urbanos. Em muitos casos, muito provavelmente nalguns casos não vão ser passíveis de serem recuperadas, porque estarão prescritas, mas, ainda assim, elas estão ainda inscritas. -----

Escrevi qualquer coisa que eu não consegui ler no final, mesmo no final. E mais uma questão, quanto às erratas, percebe-se que são lapsos de escrita, como é óbvio e quanto a alguma afirmação que eu faça? São feitas naturalmente de improviso, com alguma imprecisão técnica, reconheço, até na minha área de conforto, às vezes! Portanto, dizer-lhe que percebemos bem esta linguagem mais bancária e da forma



como se formam as taxas de referência, naturalmente os pontos base, mas se eu falasse assim, maior parte das pessoas, provavelmente, não perceberiam o que estávamos a falar, mas só para dizer que e a minha referência foi muito expressa, é que num contexto muito mais desfavorável, o resultado é muito melhor. Foi isso que eu quis dizer, ou seja, com taxas completamente distintas, muito mais exigente e com um encargo superior, nós conseguimos um resultado melhor, portanto, fica esta nota que me parece absolutamente essencial. Quanto à questão política, quis transparecer que nós fazemos só obras em ano eleitoral, vou-me permitir ler algumas que fizemos nos anos anteriores. Eu até me vou aproveitar e não sabia a sua pergunta, mas, trazia aqui um dossier e, portanto, dizer-lhe que vou aproveitar aqui um relatório de um Dirigente e, curiosamente, é o Dirigente das Empreitadas e fez um relatório, como sabem, os Dirigentes têm que fazer relatórios de três em três anos e neste relatório dos últimos três anos ele vai desde 2021, 2022 e 2023, vou ler algumas já para terem a noção, portanto, como diz que nós não temos feito muitas obras, é porque não mora cá! Ou não mora cá ou quando cá vem os seus interesses são outros que não visitar o Concelho no seu conjunto, porque as obras não são apenas na cidade, elas também são nas Freguesias, porque este Chaves queremos que seja um todo coeso, cada vez mais coeso e, portanto, por exemplo, vou começar em 2021 só para ter uma noção, em 2021 foram dez milhões de euros de obra! Foi coisa pouca? são aqui, se calhar, cinquenta ou setenta obras. Em 2022 foram dezasseis milhões, é coisa pouca? Em 2023 o valor é de oito milhões duzentos e noventa e três mil euros. Mas estava-lhe a dizer há pouco, tive a oportunidade de o dizer no Período de Antes da Ordem do Dia, neste momento, temos em execução e lançadas obras no valor de vinte e nove milhões de euros. Portanto, dizer que cinquenta e nove empreitadas que nós temos neste momento em execução, ou em concurso, que é pouca obra e que nós estamos à espera das eleições, eu acho que é negar a realidade. ----- Depois, dizer-lhe o seguinte, o que nós temos feito, é outra coisa muito diferente, sabe? O que nós temos feito é garantir que ano após ano nós vamos aumentar a nossa capacidade financeira e vamos ter capacidade para maior de investimento, se ler com atenção todos os exercícios, perceberá que isso aconteceu todos os anos por várias vias: Primeiro, na eficiência financeira, garantido que temos menos custos nesta despesa, porque se em sete anos nós gastássemos um milhão de euros, já tínhamos gasto sete milhões e, se calhar, em sete anos gastámos um quarto desse valor. Depois, se percebesse que nós fizemos um trabalho importante na eficiência energética, poupámos centenas de milhares de euros, percebia que a poupança é muito relevante. Se depois percebe-se também que fizemos um processo, ainda inacabado e aí sim, com muitas dificuldades de progressão na área dos sistemas, mas, ainda assim, com poupanças também de milhares de euros, perceberia que o que nós temos feito nos últimos anos, é garantir progressivamente capacidade de financiamento próprio, com recursos próprios para fazer as obras que nós precisamos, porque só assim é possível, por exemplo, que o Município de Chaves tenha feito uma Estrada para Montalegre no valor de três ponto dois milhões de euros sem nenhum financiamento externo, sem nenhum financiamento europeu e está paga! Só assim é que se percebe, por exemplo, que nós tenhamos feito o Aquae Saltem ou o Aquae Nature Palace ou Centro Multiuso no antigo Cine Teatro ou as muitas intervenções que nós fizemos na cidade. Portanto, a verdade, é que para nós podermos fazer as muitas intervenções de muitos milhões e milhões de euros de requalificação e de investimento, elas só têm sido possíveis, porquê? Porque temos feito um processo de gestão aturado, competente, porque se nós quiséssemos continuar na mesma linha de atuação antiga, o que nós tínhamos feito, era fazer despesa com empréstimos, depois chegávamos a um momento, como aconteceu com esta Câmara no passado, que eu quero recordar, teve que ir fazer o quê? Quis, para suportar a despesa corrente, vender a EHATB, ainda se recordam? Queriam vender aquilo que é a nossa jóia da coroa, pois bem, uma empresa que gera um retorno financeiro muito importante todos os anos, mesmo assim, houve em determinado momento da nossa história recente alguém que quis vendê-la, porquê? Não porque achasse que era um bom investimento, não! Porque achava que sendo ano de eleições, sim, sendo ano de eleições não conseguia fazer as obras mais urgentes. Pois bem, nessa altura, muitos Municípios quiseram comprar a posição do Município, ainda bem que esta Assembleia, sobretudo com os elementos representantes do PS, mas também, diga-se em abono da verdade, com alguns deputados do PSD que na altura entenderam e interpretaram que não era a solução. Mas isso só não aconteceu mesmo, porquê? Porque, entretanto, foi criado pelo Governo uma coisa que se chamou PAEL, Programa de Apoio à Economia Local e a Câmara foi inicialmente buscar dezanove milhões de euros, que depois foi reduzida, é verdade, porque houve uma redução nesse financiamento, mas foi assim que



foi fazendo obra, mas sempre com empréstimos bancários. Pois bem, este Executivo, por mim liderado, vai fazer o primeiro empréstimo relevante para a construção da piscina coberta, vai fazê-lo e vai fazê-lo em junho, já ficam avisados, já ficam a saber que em junho vamos trazer aqui uma proposta de empréstimo para a construção da piscina coberta. E vamos fazê-lo porquê? Porque os Governos do PSD não tiveram a competência, eu repito, a competência para fazer uma piscina coberta como todos os Concelhos aqui em volta fizeram, têm piscinas financiadas por Fundos Comunitários, em Chaves não foi possível! Não sei porquê? -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----
Muito bom dia, a todos, cumprimento o senhor Presidente, em exercício, senhora Secretária, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, público presente e estrutura de apoio à Assembleia Municipal. -----

“Chegámos ao momento por excelência em que se faz uma avaliação mais técnica do desempenho da governação municipal, em que a velha máxima “facta non verba” tem uma aplicação plena, porque que temos que nos subsumir aos factos evidenciados nos documentos de prestação de contas, no caso, referentes ao ano de 2024. -----

Em dezembro de 2023 discutimos os documentos previsionais relativos ao ano de 2024, e encontra-nos neste momento de apreciar a sua concretização, sendo, como tal, importante fazermos uma ponte entre o que foi projetado e o que se encontra concretizado. -----

- Constatamos que os relevantes investimentos realizados, a que se somam os previstos para os anos seguintes, estão a incrementar o desenvolvimento económico, social, turístico e cultural do concelho, revelando cada vez mais o papel central e mobilizador que cabe à cidade Chaves no contexto do Alto Tâmega, e de toda a região de Trás-os-Montes; -----

- Há todo um elencar de objetivos que foram conseguidos, notando-se que em relação aos documentos previsionais a sua taxa de execução ronda os 80%, o que assume particular relevâncias; -----

- O resultado líquido de cerca de 3 milhões e meio, a que se somam as conclusões de obras estruturalmente tão importantes, como são as piscinas termais abertas, Aquae per Salutem, o Centro Multiusos, Aquae Nature, o qual tem agregada a componente académica e científica por via do centro de investigação da água, e que fazem da cidade de Chaves, no contexto europeu e até mundial, um importante núcleo de investigação deste nosso recurso natural; -----

- Os sinais de enriquecimento do município estão bem patentes nestes resultados, porquanto já há financiamento com base em receita corrente, sendo um evidente sinal de saúde económica e financeira;

- Voltando à expressão inicial e usando o velho corolário latino “facta non verba” vamos aos factos e deixar as palavras de parte. Ao contrário do que algumas pitonisas por aí alardeiam, a redução da dívida não se verificou por via de um menor investimento, ou pela falta de cumprimento das promessas realizadas. ----

- Além das duas importantes obras acima referidas, e no ano em curso colocadas à disposição do público, convém olharmos para a zona empresarial de Outeiro Seco, onde se começaram a instalar empresas no ano de 2008. Consigo enunciá-las todas. E porquê? Porque eram somente 4 empresas. Mas tarde é que lá se instalaram mais duas empresas, sendo certo que em 2017, nove anos após a inauguração, não chegavam a uma dezena. Já ao que podemos atualmente ver, o espaço tem que ser ampliado e aumentado face ao número de empresas que ali se encontram a laborar e daquelas que ali se querem instalar. -----

- O próprio fluxo de visitantes da nossa cidade é evidente, contrariando todos os argumentos que tentam escamotear a verdade. -----

- As boas práticas de gestão trazem os resultados evidentes e que estão materializados na nossa cidade e concelho; -----

- Mas mais se dirá, pela preocupação evidenciada nas opções energéticas, a aposta cada vez mais ampla no geotermalismo, na água como meio promotor, confirmando que continuamos no “Rumo Certo”! -----

- Por último, e não menos importante, não ficaríamos de consciência tranquila se não sublinhássemos a qualidade e quantidade de informação que este executivo faculta aos membros desta assembleia, que permite o mais transparente escrutínio das contas e do quotidiano municipal, o que deve ser tomado como



um exemplo e uma regra de conduta universal, razão pela qual enquanto flaviense aqui lhe agradeço e, em nome de todo o grupo municipal do PS, aqui expressar o nosso apoio e voto favorável!" -----
Muito obrigado. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Senhor Presidente, senhor Secretário, senhora Secretária, Senhor Presidente, senhora Vereadora, senhores Vereadores, digníssimos membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente, estrutura de apoio e comunicação social. Queria dizer que nós estamos perante algo que eu já disse antes, estamos perante uma Prestação de Contas e a Prestação de Contas é exatamente o quê? Perceber relativamente àquilo que é o nosso referencial e os nossos referenciais são os Documentos Previsionais aprovados para o exercício que nós apreciamos na dimensão Orçamental, sobretudo, naquilo que é o Orçamento da Despesa e da Receita dentro das Grandes Opções do Plano, naturalmente o PPI e o PAM, e depois em cada uma, porque esse é um exercício complexo e como certamente terão tido oportunidade de ver a enormidade de projetos, de ações, enfim, é uma estruturação sempre muito complexa, e findo o período da sua execução, é preciso aferir do grau de execução de cada um dos projetos, cada uma das ações nas diferentes naturezas de capital e corrente. É claro que existirá sempre neste documento que é muito extenso e muito complexo, há sempre alguns aspetos negativos, claro que sim que há no que diz respeito à execução, não no que diz respeito à transparência ou à clareza, porque eu acho que ele podendo ser melhorado, eu acho que é muito bom. Mas queria dizer que, ainda assim, são mais as evidências, as razões, os fundamentos para entendermos que é uma Prestação de Contas que merece ser votada favoravelmente, porque as taxas são robustas, são positivas e merecem, se fosse uma avaliação, passar de ano, mereciam ter uma avaliação positiva e, provavelmente, já merece aqui uma avaliação de bom, nessa perspetiva é um documento bom que merece, na minha opinião, ser aprovado pelas considerações que eu disse e pelas considerações que alguns dos deputados aqui fizeram, designadamente, o Membro desta Assembleia Rui Pinheiro, do PS, claro, sem que com isto estejamos a fazer política na dimensão partidária. Se nós olharmos para isto numa avaliação puramente quantitativa e qualitativa, sem nenhuns handicaps político partidários, eu acho que a decisão é clara, e será a aprovação. Muito obrigado. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e quatro votos a favor, onze votos contra e três abstenções, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Júlio Eliseu Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, José Francisco de Resendes Carreiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Pinto Dias Lopes, Francisco António Pinho Peixeiro e Ricardo Vassal Coutinho. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor José Gomes. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo - José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira, Lúcia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo - André Lourenço da Silveira, de Faiões - Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos - Augusto José Aires da Anunciação, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras - António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha - Alfredo José da Silva Barreira, de Oura - António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco - Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte - Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Santa Maria Maior - Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão - Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia - Adma Ribeiro Ibrahim, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela - Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações - Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões - João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade



e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) – Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vila Verde da Raia – Pedro Miguel Rodrigues Fernandes, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Votos contra: -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, João Luís Gonçalves Rodrigues, Gilberto Gomes Alves, Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira e Jaime Esteves Abreu. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Abstenções: -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel e Helena Cristina Gonçalves Santos -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes oito membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Abílio do Nascimento Ramos. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira e João Luís Gonçalves Rodrigues ----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Sanfins – Sara Cristina Trinta Moraes, em representação de Santa Leocádia – Amândio Veríssimo Machado, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro e de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira. -----

Sendo treze horas e cinco minutos foi interrompida a sessão para o almoço. Os trabalhos foram, entretanto, retomados às quinze horas e quinze minutos. -----

PONTO 5 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES, NO ÂMBITO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO. PROPOSTA N.º 59/GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde, renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, ao primeiro e ao segundo Secretários da Mesa, aos senhores Vereadores aqui presentes, aos digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social e estrutura de apoio. Este Ponto da Ordem de Trabalhos está relacionado com uma proposta de alteração ao Mapa de Pessoal. Tive a oportunidade no período da manhã a propósito e à guisa de outros temas, particularmente na Prestação de Contas, dar nota daquilo que tem sido a dimensão da evolução dos recursos humanos no ano de 2024. Contabilizando os retornos ao serviço, mas também aqueles que são as saídas por diferentes razões, com expressão maior nas aposentações, mas também naquilo que é a mobilidade entre carreiras e outras figuras, há naquilo que tem a ver com o Balanço Social, uma relação de noventa e cinco entradas e noventa e duas saídas, portanto, temos um saldo de três trabalhadores no ano de 2024. -----

É verdade que não o disse de manhã, mas digo-o agora, quanto à questão de nalgumas dimensões haver alguma incapacidade de execução de alguns projetos, ela também está correlacionada com alguma necessidade de reforço das nossas competências técnicas e administrativas, e estou a falar, sobretudo, nas dimensões dos Fundos Europeus e estou a falar também nas dimensões correlacionadas com preparação das respetivas candidaturas nas dimensões dos projetos e depois naquilo que é a respetiva contratualização. -----

De facto, há aí uma carência de recursos humanos que, infelizmente, esta proposta também não vai conseguir resolver que é contratação de recursos humanos com competências na área da contratação pública, seja de bens e serviços, seja nas empreitadas. -----



Para além disso, já todos percebemos que a exigência dos tempos modernos no que diz respeito à manutenção do espaço público, vias, passeios, espaços verdes, do muito do edificado que o Município tinha e agora viu acrescentado em razão da transferência de competências e, portanto, é verdade que apesar de a dimensão dos recursos humanos na carreira de Assistentes Operacionais ser muito expressiva, mas ela é muito expressiva pela circunstância de duzentos e quarenta trabalhadores ou mais, estarem alocados à Educação. -----

Ainda assim, há necessidades crescentes e permanentes, estou a falar, por exemplo, na limpeza urbana, nos espaços de jardins com cantoneiros de limpeza e outros, portanto, a proposta que hoje nós temos aqui e que apresentámos na Câmara e que foi aprovada por unanimidade, é para que o Mapa de Pessoal seja aditado em dois Assistentes Operacionais de limpeza das instalações dos muitos edifícios que temos, o Município, nesta dimensão, os únicos serviços que tem exteriorizados é no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, todos os demais edifícios a higienização e a limpeza são feitos com recurso a trabalhadores do próprio Município, dois Assistentes Operacionais na área de Cantoneiro de Limpeza, um Assistente Operacional na área de Cantoneiro de Vias e também dois Técnicos Superiores na área de Economia e Gestão, muito relacionadas com a Divisão de Desenvolvimento Económico e Fundos Comunitários em resultado de duas saídas, uma definitiva que foi uma aposentação e outra de uma situação de afastamento por doença, previsivelmente, de longa duração. Portanto, são as razões que motivam esta proposta de aditamento ao Mapa de Pessoal, dizendo eu e para que não restem dúvidas que provavelmente teremos que vir a reforçar ainda mais os nossos recursos humanos nas dimensões que falei: Fundos Europeus; Contratação Pública; Projetos e na Área Operacional de uma forma muito expressiva, porque já percebemos que a exigência dos nossos concidadãos e a circunstância de Chaves ser um destino turístico porventura, vai exigir ainda mais e melhor limpeza urbana. Muito obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com quarenta votos a favor e dez votos contra. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um pequeno esclarecimento a propósito de Declarações de Voto, dizendo que de acordo com aquilo que se passou na última Assembleia, a Mesa aceitou as Declarações de Voto, principalmente aos senhores Presidentes de Junta que as entregaram posteriormente, referindo ainda que não basta anunciar que se vão entregar, terão que ser entregues até ao fim da Reunião da Assembleia. Disse ainda: *“Penso já constar na Ata da última reunião. Trata-se, portanto, um pequeno esclarecimento.”* -----

De seguida, o Deputado Municipal do PSD, **Nelson Montalvão**, apresentou uma declaração de voto. --- Boa tarde, renovo a todos os cumprimentos. O Grupo Municipal do PSD, relativamente a este Ponto 5 da Ordem do Dia, apresenta a seguinte Declaração de Voto: O Mapa de Pessoal deixou de ter uma função de planificação nesta Câmara e passou a ter com este Executivo uma normalidade das alterações e das suas funções, recorro que o Mapa de Pessoal, foi aprovado nesta Assembleia em 18/12/2024, na última Assembleia a 12/02/2025, já teve uma alteração, hoje dia 30/04/2025, vai ter outra alteração e pelas palavras do senhor Presidente, percebemos que na Assembleia de junho terá outra alteração. Desta forma parece haver, também, aqui algum desnorte nesta matéria em termos de gestão de Recursos Humanos por parte do atual Executivo. O Mapa de Pessoal é um instrumento de capital importância, de planeamento dos Recursos Humanos do Município e é em nosso entender censurável politicamente que apenas há alguns meses das eleições autárquicas se continue a alterar este importante instrumento de trabalho, com a entrada de mais oito novos colaboradores. Disse. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Reitero cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, à senhora e ao senhor Secretários, aos senhores Vereadores, aos senhores Membros desta Assembleia, aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia e a todos os presentes. -----

Eu posso me abster a fazer esta declaração, a verdade é que eu faço parte desta Assembleia desde há vinte anos a esta parte e vivi a alternância de poder, vi sempre a resposta do então Presidente da Câmara, estou a dizer alguma mentira? -----



Queria só fazer um esclarecimento. Primeiro, dizer claramente que não foi aqui invocada nenhuma ilegalidade, eu não conheço no Diploma de enquadramento, em lado nenhum, que diga que os Mapas de Pessoal não têm que ser alterados? Eu ainda sou do tempo, não sou assim tão velho, que antes de haver o Mapa de Pessoal que é um planeamento e uma programação no ciclo anual, havia uma coisa que se chamava Quadro de Pessoal e nos tempos desse Quadro de Pessoal, se bem se recordam, existiam sempre muitas vagas, muitas vagas, eu não sei se alguém quer e ambiciona voltar a esse tempo de haver muitas vagas que eram usadas ou não ou talvez, aí, sim, é que não havia nenhum planeamento. -----

Portanto, tive aqui a oportunidade de explicar o porquê desta necessidade de reforço, por mais planeamento e por mais programação que seja feita, e é desejável que seja feita, haverá sempre ajustamentos que têm que ser feitos e, portanto, num universo de setecentos trabalhadores que o Município já tem, e como já expliquei de manhã, cerca de trezentos são de uma forma direta ou indireta resultado da transferência de competências, há a necessidade de fazer alguns ajustamentos. E, portanto, acho muito curioso que ao mesmo tempo que se advoga e que se defende a necessidade de reforço nalgumas áreas para maior capacidade de execução e de fazer manutenção mais pronta, e se publicam e se difundem necessidades de fazer uma reparação, uma substituição, limpeza, corte de vegetação, sejam ao mesmo tempo contra a contratação de Recursos Humanos para esse efeito, é verdade que são oito, desses oito, seis são operacionais, que fique aqui dito, portanto, são operacionais, a não ser que os senhores sejam contra a contratação de operacionais para essas funções essenciais, não percebo muito bem. Portanto, mutatis, mutantis, aquilo que justifica a alteração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, e já tivemos a oportunidade de aprovar algumas antes, curiosamente, sem coerência votaram favoravelmente a alteração, neste caso da modificação que se traduz numa revisão aos Documentos Previsionais, portanto, também aqui faz todo o sentido que se faça este ajustamento. Depois, ainda não sei, sinceramente, mas o senhor membro desta Assembleia fez essa previsão, não sei se em junho vai acontecer ou não? Eu disse que no futuro, vai haver essa necessidade, agora, se será em junho ou se será em julho, não lhe sei responder a isso, se houver alguma necessidade efetiva de serviço que justifique uma resposta, com certeza que nós traremos aqui essa proposta. -----

Pois bem, eu não percebo como é que alguém defende que Governos em gestão façam o que fazem e Governos que não estão em gestão, saltam o limite? Eu não consigo perceber essa visão da política, porque os mandatos são para ser cumpridos desde o princípio ao fim. Então, nós não deixaremos de lançar a empreitada de uma obra, a contratação de um serviço pela circunstância de estarmos a seis ou sete meses das eleições? Então, nós não contrataremos nenhum Recurso Humano, porque vamos ter eleições a seguir? Pois bem, numa democracia consolidada como é a nossa, há-de haver no momento das eleições e no momento da transição muitos procedimentos em curso, de empreitadas, de bens e serviços, de uma multiplicidade de processos administrativos e também de procedimentos de recrutamento. -----

Depois, dizer que, nalguns casos, os procedimentos de recrutamento podem ser abertos e pode até acontecer que aquando das eleições sucederem, nem estejam concretizados e, portanto, esta auto limitação, auto exclusão, não é aceite, nós não a vamos sufragar e, portanto, se for necessário, se a necessidade de satisfação da nossa comunidade seja de recursos humanos, a não ser que defendam aqui a contratação de uma avença ou de uma tarefa, que tenham mudado de opinião e, portanto, eu acho que não é solução que a solução é mesmo essa e devemos caminhar para a estabilidade do emprego e para o emprego digno e é isto que tenho a dizer sobre o assunto. -----

Encerrou a discussão deste Ponto da Ordem do Dia o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, dizendo que por uma questão de igualdade de critério perguntava se alguém queria usar da palavra. Como ninguém pretendeu usar esta prerrogativa passou-se ao ponto seguinte. -----

PONTO 6 - RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE PREVENÇÃO DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS. PROPOSTA Nº 2/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----



Boa tarde, renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, aos senhores Secretários, aos senhores Vereadores, aos senhores Membros desta Assembleia, aos senhores Presidentes de Junta e também a quem nos acompanha nestes trabalhos. -----

Dizer que este é um documento que é submetido à apreciação desta Assembleia para efeitos de conhecimento, é um documento que tem a ver com um Relatório que tem que ser apresentado ao Órgão Deliberativo por parte do Presidente da Câmara e tem a ver com a questão do Plano de Prevenção de Gestão Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas. -----

É um documento muito importante que permite antever que tipo de ações, iniciativas foram concretizadas e concretizadas com sucesso durante o ano de 2024 e que querem mitigar todos os riscos associados a essas más práticas. Portanto, dizer que há um conjunto de ações densificadas por cada uma das áreas de intervenção de cada uma das Unidades Orgânicas e a verdade é que na sua grande maioria as ações previstas foram executadas, as metas alcançadas. -----

Portanto, é um documento bastante extenso, naturalmente que pode ser analisado, consultado, conhecido e só uma percentagem muito baixa de medidas é que não foram adotadas e estão explicitadas as razões pelas quais não foram implementadas e na sua grande maioria a sua impossibilidade de execução ou não deviam ter sido adotadas, porque têm a ver com outras matérias que não está aqui em discussão. Portanto, é para que tomem naturalmente conhecimento, aliás, este assunto está intimamente ligado com o próximo que é o Plano do ano seguinte e é feito tendo em análise os resultados da execução do ano anterior, porque se houver necessidade de fazer ajustamentos, correções e inovações, elas devem ser naturalmente resultantes desse Relatório e incorporadas no Plano seguinte. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 7 – RELATÓRIO CANAL DE DENÚNCIA – INTERNA / EXTERNA 2024 – MUNICÍPIO DE CHAVES; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente, renovo cumprimentos, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, público presente e demais pessoas que nos acompanham. ----

Como sabem, tem havido um esforço crescente na Administração Pública, mas também nas empresas, no sentido de que a questão do medo, de ter medo à denúncia, do condicionamento da identificação de práticas ilegais ou irregulares possa ser diminuída de forma radical. A Lei obrigou a que os Municípios tivessem e tenham dois canais de denúncia, há um canal de denúncia interno que é para os trabalhadores e há um canal de denúncia externo, pois bem, é nesses canais de denúncia que se garante a confidencialidade de todos aqueles e quantos queiram partilhar, comunicar, denunciar práticas ilegais, e elas tem que ser necessariamente analisadas, tratadas e encaminhadas, sendo o caso. -----

Está aqui o Relatório relativamente ao ano de 2024, quer na dimensão interna, quer na dimensão externa e percebemos que, curiosamente, é um instrumento pouco usado e nas situações que são aí usadas na sua grande maioria, elas são usadas de forma imprópria, ou seja, não é este o meio adequado, porque tratam matérias de outra natureza e não desta que pretendem ser incluídas nestes canais de denuncia e é também, aliás, a própria conclusão do relatório, diz exatamente isso que acabei de dizer. -----

Depois, queria também dizer que quando alguém tenta, de alguma forma, criar as condições para que alguém possa concluir que o Município de Chaves que é opaco, que é pouco transparente, enfim, acho que com todos esses instrumentos aquele que apresentámos antes e este que agora aqui apresentamos e tudo o que acontece nas redes sociais, sobretudo no anonimato, acho que, de facto, essa é uma acusação que tem que cair logo pela base, sem quaisquer sustentação, mas, enfim, nós vivemos tempos de alguma dificuldade e essa dificuldade é percebermos que as fake news e a realidade virtual, às vezes, ganham outra dimensão que a própria verdade, mas, da minha parte, estarei sempre do lado da luz e do lado da verdade. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO 8 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS. PROPOSTA N.º 58/GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Boa tarde, renovo cumprimentos, ao senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal e demais pessoas presentes. Já tinha, nas intervenções anteriores, de alguma forma, aduzido, ainda que de forma ligeira, sobre esta matéria, ela resulta necessariamente desta obrigação legal que é, em todos os anos, nós temos que ter um documento que possa identificar riscos para que se possam desenhar ações que possam eliminar todas as condições para essas más práticas, o que nós temos aqui é um plano, plano que resulta daquilo que foi a avaliação da implementação das medidas do ano de 2024, este é o Plano do ano de 2025, e, com certeza, se perceberem, há uma multiplicidade de ações que estão aí identificadas, elas são todas concretizadas não pelo Executivo, mas pelas diferentes Unidades Orgânicas numa grande diversidade de medidas, sendo certo, que há áreas particularmente mais exigentes e nas quais algumas das ações são mais particulares, contratação pública, gestão urbanística e outras têm um conjunto de ações que visam no essencial desagregação de funções, separação de tarefas e ter uma uniformidade de atuação, e isso ajuda, com certeza, a evitar más práticas. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 9 - CERCICHAVES – COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS COM INCAPACIDADE, CRL. RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024. INFORMAÇÃO /DEASS/ Nº189/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, e demais pessoas presentes os meus cumprimentos. -----

Esta é uma matéria que é da competência exclusiva da Câmara Municipal e tem a ver com um conjunto de Contratos Programa ou de Protocolos, este particularmente na área social que findo o mesmo, tem que ser objeto de avaliação e de verificação daquilo que foram os compromissos e as metas assumidas. Neste caso concreto, é um Protocolo que foi celebrado com CERCICHAVES, como sabem é uma cooperativa dedicada à deficiência a quem o Município cedeu em regime de comodato a antiga Escola do 1º ciclo de Casas dos Montes, tem desenvolvido uma série de projetos e tem a ambição de fazer uma intervenção muito mais qualificante e ter um espaço que possa recolher ainda que temporariamente um conjunto de concidadãos portadores de deficiência física e esperamos que esse seja um processo de afirmação e que, porventura, haja oportunidade neste Quadro Comunitário no Portugal 2030 para que possa ser requalificado aquele espaço e criadas novas respostas e novas valências, é essa a nossa perspectiva. No caso concreto, o Município de Chaves tem dado um apoio financeiro para um conjunto de atividades, mas também para a elaboração do respetivo projeto de arquitetura e de especialidades para que possam, e no momento em que surgir a oportunidade, terem uma candidatura com maturação suficiente que possa perspetivar uma solução de mérito e de financiamento. -----

Neste caso concreto, naturalmente, é um Relatório que me parece importante à cerca de muitas atividades de diferente dimensão, mas sempre o mesmo público. Muito obrigado. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado: -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, do PS, no uso da palavra, disse: -----

“Renovo Cumprimentos, -----

Permitam-me iniciar esta intervenção com uma palavra de profundo reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela CERCI (Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Chaves), cuja ação tem sido determinante na promoção da inclusão social, educativa e profissional das pessoas com deficiência e incapacidade no nosso concelho. -----

A excelência da atuação da CERCI, pautada por elevados padrões de rigor, humanismo e inovação, é amplamente evidenciada nas parcerias estratégicas que a instituição tem vindo a estabelecer com diversas entidades públicas e privadas. Estas parcerias constituem um contributo inestimável para o



reforço da coesão social, fomentando redes de solidariedade essenciais ao desenvolvimento de uma comunidade mais justa e inclusiva. -----

Importa, igualmente, enaltecer o apoio financeiro que o Município tem assegurado à CERCI, expressando, assim, um compromisso institucional firme com a promoção da igualdade de oportunidades e com a defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Trata-se de um investimento de elevada relevância social, cuja continuidade é fundamental para a prossecução dos objetivos comuns que partilhamos enquanto comunidade. -----

Destaco, de forma especial, aquilo que nos apresenta o relatório de atividades de 2024, evidenciando as ações desenvolvidas pela instituição, as parcerias estratégicas estabelecidas, e os apoios concedidos pelo Município, designadamente: a cedência das instalações em regime de comodato, o apoio financeiro à implementação do projeto "Capacitar, Apoiar, Satisfazer e Auxiliar" (CASA) e a colaboração na realização de sessões de hipoterapia em parceria com a GNR, que confere estabilidade e sustentabilidade às atividades da CERCI. -----

Foi igualmente reportado o ponto de situação relativo à elaboração do projeto de arquitetura e especialidades para a reabilitação e adaptação da antiga Escola EB1 n.º 5, que possibilitará reforçar a capacidade de resposta da CERCI Chaves, permitindo-lhe planear, inovar e consolidar os seus projetos a médio e longo prazo. Esta decisão revela visão estratégica e responsabilidade social por parte do Município. -----

Neste contexto, reitero o reconhecimento do Grupo Municipal do PS à CERCI, aos seus dirigentes, colaboradores, utentes e respetivas famílias, expressando votos de contínuo sucesso no cumprimento da sua nobre missão. -----

Muito obrigada." -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 10 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 67/GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde, senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal e demais pessoas presentes. -----

É com enorme satisfação que trazemos a esta Assembleia uma proposta que visa melhorar o estatuto no que diz respeito aos benefícios municipais e respetivos direitos daqueles que exercem as funções de Bombeiros Voluntários que não são mais do que voluntários ao serviço dos seus concidadãos. Sabemos que os Governos, as Autarquias, os cidadãos e as empresas manifestam sempre palavras de agradecimento e de estímulo aos nossos Bombeiros sempre que somos confrontados com uma situação, enfim, seja uma situação desagradável, seja um incêndio florestal ou urbano, seja num acidente ou qualquer outra situação em que precisamos da assistência e da colaboração dos Bombeiros. Pois bem, existia um propósito de poder melhorar de forma substancial aquilo que já existia em Regulamento Municipal no que diz respeito aos benefícios e aos direitos dos Bombeiros que estão no ativo e que integram as nossas três Corporações de Bombeiros, Salvação Pública, Flavienses e Vidago. -----

Portanto, a proposta que foi um projeto que esteve em discussão pública, diga-se em abono da verdade ele já foi feito e elaborado com o contributo relevante das respetivas Corporações dos Bombeiros, seja pelas direções seja particularmente pelos Comandos, das várias reuniões que o senhor Vereador da Proteção Civil foi fazendo com eles e naturalmente isso permitiu formular uma proposta que por um lado pudesse dar acolhimento a algumas das pretensões e ambições dos Bombeiros e por outro lado fosse acomodável para o Município de Chaves no que corresponde ao respetivo impacto financeiro. -----

A proposta que nós trazemos aqui hoje e que muito nos satisfaz, não teve nenhum contributo, nenhuma participação em sede de discussão pública e, portanto, esta proposta vem no essencial da forma que foi formulada em formato ainda de projeto. Esta proposta vai poder beneficiar os Bombeiros a título individual que integram de forma voluntária os Corpos de Bombeiros das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Chaves que preencham os seguintes requisitos: -----

- Constar do Quadro de Comando e Quadro Ativo homologados pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil; -----



- Ter mais de um ano de bons e efetivos serviços de voluntariado em quaisquer dos quadros dos Bombeiros; -----
 - Estar na situação de atividade no quadro em conformidade com a legislação em vigor ou de inatividade em consequência de acidente ocorrido ou doença contraída no exercício das suas funções; -----
 - Portanto, podem usufruir destes direitos e destes benefícios que vou enunciar: -----
 - Isenção do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento ou comunicação prévia referentes a operações urbanísticas na área do concelho de Chaves de construção, reconstrução, ampliação, conservação e beneficiação de habitação própria e permanente do beneficiário ou do cônjuge não separado de pessoas e bens e em situação de união de facto devidamente comprovadas, incluindo as respeitantes à autorização de utilização, sendo certo que a concessão desta isenção só pode ser atribuída por uma única vez; -----
 - Reembolso de 50% do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) liquidado referente a um prédio urbano localizado na área do concelho de Chaves, destinado a habitação própria e permanente do beneficiário ou do cônjuge não separado de pessoas e bens e em situação de união de facto devidamente comprovadas com um limite máximo de reembolso de cento e cinquenta euros/ano, e por um período máximo de dez anos; -----
 - Participação em 50% do valor anual da renda ao beneficiário que viva em casa arrendada situada na área do concelho de Chaves ou ao cônjuge não separado de pessoas e bens e em situação de união de facto devidamente comprovadas com um limite máximo de reembolso de trezentos euros/ano e por um período máximo de dez anos; -----
 - Aplicação do tarifário social para o serviço de abastecimento de água, saneamento e de gestão de resíduos urbanos aplicável aos consumidores domésticos, desde que o respetivo contrato esteja em nome do beneficiário ou do cônjuge não separado de pessoas e bens e em situação de união de facto devidamente comprovadas e diga respeito à sua habitação própria ou arrendada situada na área do concelho de Chaves; -----
 - Atribuição de um passe mensal gratuito por beneficiário nos transportes públicos terrestres de passageiros do concelho de Chaves em articulação com a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, equiparação a beneficiários de escalão A dos apoios sociais concedidos pela autarquia no âmbito da ação social escolar aos elementos do seu agregado familiar que frequentem a escolaridade obrigatória nas instituições públicas do concelho; -----
 - Frequência nas atividades de animação de apoio à família da educação pré-escolar e componente de apoio à família do 1.º ciclo básico pelos elementos do seu agregado familiar com o tarifário igual ao valor do primeiro escalão ou do escalão A, respetivamente; -----
 - Frequência nas férias desportivas promovidas pelo Município pelos elementos do seu agregado familiar, com idades compreendidas entre os seis e os catorze anos com o tarifário igual ao valor do escalão A; --
 - Atribuição de cinco bolsas de estudo no valor de cem euros/mês a filhos de bombeiros falecidos em serviço ou com doença contraída no desempenho de funções que frequentem o ensino superior, assentes em critérios expressos no regulamento municipal de bolsas; -----
 - Acesso gratuito à piscina municipal pelo beneficiário e pelos elementos do seu agregado familiar pelo período de uma hora diária, sem prejuízo do respeito pela lotação das pistas destinadas ao público em geral no período de 2.º a 6.º, entre as 09h00 e as 17h00 e mediante a apresentação do Cartão Municipal de Bombeiro previsto no artigo 8.º do presente regulamento; -----
 - Acesso gratuito às iniciativas de carácter cultural promovidas pelo Município, condicionado pelo número de bilhetes disponibilizados para este efeito para cada evento e levantamento do bilhete com reserva prévia obrigatória de cinco dias úteis antes da realização do mesmo e mediante a apresentação do Cartão Municipal de Bombeiro previsto no artigo 8.º do presente regulamento; -----
 - Nos equipamentos sob gestão da empresa municipal - Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EM SA, o beneficiário, mediante a apresentação do Cartão Municipal de Bombeiro previsto no artigo 8.º do presente regulamento, tem: -----
- Entrada gratuita nas piscinas de recreio e lazer da Quinta do Rebentão; isenção do pagamento de taxa de inscrição anual nas Termas de Chaves; isenção do pagamento dos tratamentos de Inaloterapia nas Termas de Chaves; atribuição de 20% de desconto não cumulativo com outras campanhas que possam estar em vigor nos demais tratamentos de termalismo terapêutico e de fisioterapia nas Termas de Chaves.



– Os Bombeiros têm ainda direito a beneficiar de um seguro de acidentes pessoais, de acordo com a legislação em vigor, é isso que proponho que vossas excelências possam aprovar. -----
Disse há pouco que isto visava alterar o Regulamento Municipal, não corresponde exatamente à verdade, não havia nenhum Regulamento Municipal, o que havia, era uma mera deliberação sem eficácia externa e, portanto, aí sim, ilegal. Portanto, o que nós queremos fazer, é uma deliberação sob a forma de Regulamento, fundamentada, com lei habilitante, aprovado pelos Órgãos competentes e publicada em Diário da República, assim, sim, para que possa ser válido e eficaz. -----
Não se registaram intervenções. -----
Por suspeita de algum conflito de interesses, dado que integram direções de Corporações de Bombeiros, na dúvida, os senhores Deputados Municipais, Anselmo José Martins, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Milena Sofia Vieira de Melo e Ricardo Vassal Coutinho não participaram na votação da proposta, tendo, antecipadamente, saído da reunião. --
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 11 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE TRANSPORTE GRATUITO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR. PROPOSTA N.º 14/GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente, renovo cumprimentos, senhora e senhores Secretários, senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente e estrutura de apoio. Esta proposta que submetemos aqui à Assembleia Municipal, nasceu de uma ideia dos senhores Vereadores do PSD que a formularam em sede de reunião de Câmara e que depois foi objeto de uma densificação e de uma formulação por parte da estrutura de apoio ao Executivo Municipal. Esta proposta vem no seguimento de alguns mecanismos de incremento à mobilidade que tinham sido adotados em momento anterior por este Executivo, designadamente a decisão que foi tomada de que o transporte escolar até ao 12º ano, feito no Concelho de Chaves, fosse totalmente gratuito. -----

Foi uma medida que vigorou durante alguns anos e que, depois, a nível nacional, foi tomada uma decisão pelo Governo que veio aprovar o passe sub18 e também o passe sub23 o que naturalmente permite hoje um incremento de mobilidade. -----

Estão também em fase de implementação medidas de incremento à mobilidade sobretudo para os Seniores e para quem seja portador de deficiência superior a 65% de incapacidade e também alguns do RSI e, nessa perspetiva, esta ideia de podermos apoiar e compartilhar nos encargos subjacentes a todos os alunos do ensino superior que estão deslocados no território nacional. -----

A solução que está aqui hoje formulada para ser objeto de apreciação e votação, ela tem a ver com esta ideia de todos os alunos do ensino superior poderem ser apoiados no que diz respeito ao seu transporte mensal em três fins-de-semana, significa com viagens de ida e volta a cada três fins-de-semana e para que isso possa acontecer, existem um conjunto de requisitos e são basicamente os seguintes: -----

- Residência do aluno e do agregado familiar no Concelho de Chaves há mais de cinco anos; -----
- Matrícula do aluno nos Estabelecimentos de Ensino Superior Público ou Privado e ter transitado de ano.

Para poder aceder a este reembolso deve efetuar um registo nos serviços de acordo com o formulário próprio, este reembolso é efetuado no mês subsequente ao da realização da respetiva despesa, tem um conjunto de documentos que devem apresentar na fase de candidatura e a fase de candidatura vale para o respetivo ano escolar. Estamos a falar de cópia do Cartão de Cidadão do aluno, atestado da Junta de Freguesia da área de residência, documento comprovativo de matrícula e de aproveitamento escolar, declarações de não dívida à Segurança Social, à Autoridade Tributária e ao Município de Chaves, as cópias das faturas das despesas que incorreram com identificação do aluno e o respetivo número de Contribuinte do beneficiário e o comprovativo do IBAN do candidato. -----

Feito esse registo inicial, o reembolso por parte dos Serviços Financeiros da Câmara será feito de forma mensal, também os alunos que frequentem Estabelecimentos de Ensino fora do Continente, designadamente nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores vão beneficiar do apoio no transporte dentro do Continente. Porque, como sabem, todos aqueles que estão nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores já beneficiam também de um apoio específico para esse efeito e naturalmente não pode ser acumulado. É isso que nós propomos, é naturalmente um incremento à mobilidade, mas é sobretudo um apoio aos



alunos que frequentam o Ensino Superior e às respetivas famílias, é naturalmente mais um encargo para o Município de Chaves. -----

Dizer em abono da verdade que há uma estimativa sobre os custos, mas a avaliação efetiva só acontecerá ao fim de alguns meses. De qualquer das formas, entendemos que esta proposta tem suficiente mérito para poder ser votada favoravelmente. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 12 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE CADERNOS DE FICHAS E DE ATIVIDADES ESCOLARES GRATUITOS. PROPOSTA N.º 15/GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretários, senhores Vereadores e digníssimos Membros desta Assembleia Municipal. Esta, também é uma proposta que visa dar tradução à política social no que diz respeito à Educação num conjunto muito alargado de apoios, esta tinha vindo a ser sinalizada desde o momento em que os livros escolares passaram a ser gratuitos, importava também, na minha perspetiva, apesar de inicialmente com algumas dúvidas, tratar diferente o que era diferente. E nós percebemos que, apesar dos livros escolares serem gratuitos até ao 12º ano e todas as famílias poderem aceder a esses manuais, a verdade, é que por experiência da vida, sabemos muito bem que em muitos casos as nossas crianças recorrem às fichas de trabalho. E se é verdade que as famílias com mais poder aquisitivo não têm nenhuma dificuldade em proporcionarem aos seus filhos estas fichas, nós percebemos, e foi um alerta da Área Social, que havia algumas famílias e algumas mães, sobretudo mães, mas também alguns pais que se dirigiam à Área Social do Município, à Ação Social, no sentido de perceber se havia algum apoio para a aquisição das fichas, estamos a falar, nalguns casos, de algumas dezenas de euros, mas isso faz a diferença para as famílias mais carenciadas. O que nós propomos aqui, é que o Município apoie a disponibilização dessas fichas para os alunos do 1º ano até ao 4º ano de escolaridade, estamos a falar do Ensino Básico e para os alunos que estejam integrados nos Escalões A e B, da Ação Social Escolar, desde que as fichas e os outros livros não constem da respetiva lista de manuais escolares adotados pela escola em cada ano letivo, naturalmente não queremos duplicar o apoio. -----

Tem algumas condições e as condições para poder ser beneficiário é estarem integrados no Escalão A e B da Ação Social Escolar e que os respetivos Agrupamentos cumpram os seguintes requisitos: -----

- Residência do aluno e do agregado familiar no Concelho de Chaves há pelo menos um ano; -----

- Matrícula do aluno no Ensino Básico em Estabelecimento Público ou Privado no Concelho; -----

- Ter transitado de ano, os alunos que não tenham transitado de ano, só podem beneficiar do apoio estipulado no presente Regulamento caso o Estabelecimento de Ensino Público ou Privado, adote cadernos de fichas e manuais diferentes daquele que o aluno beneficiou no ano letivo anterior, porque, a verdade, é que se não transitou de ano, em princípio, os cadernos serão os mesmos do ano anterior, certamente podem ser reutilizados. Na circunstância de mudança de Estabelecimento do aluno durante o ano letivo o mesmo não terá direito à atribuição de novo apoio. Portanto, é isso que nós queremos fazer, com esta proposta o que se pretende, é disponibilizar essas fichas e esses cadernos de trabalho para aqueles que têm mais dificuldades e que vivem num contexto mais difícil e, nesta medida, têm menos condições de acesso, muitas vezes, ao conhecimento. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor deputado: -----

Francisco António Pinho Peixeiro, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

“Muito bom dia, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, a senhora Secretária, o senhor Secretário, o senhor Presidente da Câmara, a senhora Vereadora, os senhores Vereadores, as senhoras e os senhores Deputados Municipais, as senhoras e senhores Presidentes de Junta, público presente, comunicação social e trabalhadores, a todos, muito bom dia. -----

A educação, quando bem cuidada, transforma. E hoje, nesta Assembleia Municipal, voltamos a demonstrar que em Chaves não há lugar para discursos vazios ou promessas por cumprir: há ação, há resultados, há visão. -----

Saudamos a apresentação e aprovação do Regulamento Municipal de Atribuição Gratuita de Cadernos de Fichas e de Atividades Escolares a todos os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico com escalão A e B.



Esta é uma medida que traduz um princípio básico da política educativa do executivo municipal: nenhuma criança pode ser penalizada por razões económicas no seu acesso à escola e ao conhecimento. ----- Estamos a falar de um apoio concreto, direto, eficaz, que alivia as famílias e, acima de tudo, garante que todos os alunos iniciam o seu ano letivo em igualdade de circunstâncias. Esta medida é, acima de tudo, uma escolha política pela justiça social e pela equidade no acesso à educação e um contributo válido para o sucesso educativo. -----

Mas este regulamento não se destaca sozinho. Ele insere-se numa política educativa municipal coesa, transversal e profundamente transformadora. -----

O Município de Chaves tem implementado, ao longo dos últimos anos, um conjunto notável de boas práticas educativas, que merecem aqui ser enaltecidas: -----

- Refeições escolares de qualidade, participadas ou gratuitas, servidas com dignidade e garantindo que nenhuma criança ou jovem é privado de um direito básico por razões económicas. -----*
- Transportes escolares assegurados aos alunos, de todo o nosso vasto território; -----*
- Atividades de enriquecimento curricular que vão muito além do obrigatório, que apesar dos constrangimentos sentidos inicialmente, são programas de excelência, que promovem a criatividade, o ensino da música, a prática desportiva, a experimentação da ciência e a cidadania. Contribuem decisivamente para o desenvolvimento integral das nossas crianças. -----*
- Programas de férias desportivas que ocupam os tempos livres, proporcionando aos alunos atividades saudáveis, educativas e de convívio durante as pausas letivas. -----*
- Um trabalho de proximidade e articulação com os agrupamentos de escolas, professores, associações de pais e técnicos, onde todos contam e onde todos contribuem, numa lógica de proximidade e de envolvimento comunitário. -----*

E é neste contexto de compromisso com a educação que destacamos, também, e com profundo orgulho, o contributo determinante do executivo municipal para a reativação do ensino superior público em Chaves. Durante anos, a cidade viu definhar a sua ligação ao ensino superior. Mas esse ciclo foi interrompido com determinação e visão estratégica. -----

- Foi criada a Escola Superior de Saúde e Bem-Estar, devolvendo à cidade uma nova centralidade académica e científica na área da investigação e do ensino superior público. -----*
- Foi ainda promovida a reestruturação da antiga, e já decadente, escola de enfermagem, transformando-a na atual Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa, dando-lhe novos recursos, nova vida e uma nova missão ao serviço da formação superior de excelência na área da saúde na nossa cidade. -----*

Estes avanços não são acidentais. São fruto de uma política local séria, estratégica, com os olhos postos no desenvolvimento económico, na fixação de jovens e na valorização do território. -----

Hoje, num tempo em que a educação é, cada vez mais, o alicerce do progresso e da coesão social, damos mais um passo. Um passo que nos orgulha. Um passo que reforça o caminho que tem vindo a ser traçado – o do investimento sério e contínuo na construção de uma escola pública de qualidade, - o caminho da inclusão acessível a todos, sem exceções nem discriminações, - o caminho da igualdade e do progresso. -----

Votamos com total convicção a favor deste regulamento e reafirmamos o total apoio ao trabalho do executivo municipal nesta área decisiva. Porque investir na educação, desde o pré-escolar ao ensino superior, é investir na alma, no presente e no futuro do concelho de Chaves. -----

E é isso que tem sido feito. -----

E é isso que queremos que tenha continuidade. -----

Muito obrigado.” -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO 13 - SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA E DAS ZONAS DE ACESSO AUTOMÓVEL CONDICIONADO DO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 17/GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----



Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, público que ainda nos acompanha, comunicação social que parece manter-se firme e também à estrutura de apoio. -----

A fundamentação mais clara desta alteração ancora-se no seguinte: -----

Lembram-se, com certeza, que foi promovida uma alteração a um Regulamento Municipal que tem a ver com a definição das zonas de estacionamento de duração limitada e das zonas de acesso automóvel condicionado ao Concelho. À data, propusemos a inclusão de quatro ou cinco vias municipais no sentido de passarem a ser de acesso condicionado, particularmente de estacionamento de duração limitada. Tive oportunidade de nessa altura dizer que a motivação não estava correlacionada com qualquer visão economicista ou com a arrecadação da receita, mas ela visava, sobretudo, criar maior rotação no estacionamento e criar mais acessibilidade aos estabelecimentos comerciais, aos restaurantes, enfim, àquilo que é a nossa dinâmica comercial. Nessa altura, foram feitas algumas alterações, à data, comprometi-me que passado cinco ou seis meses, faríamos uma avaliação daquilo que eram os resultados desta decisão, sobretudo faríamos como fizemos um inquérito presencial e direto aos diversos comerciantes que têm os seus estabelecimentos localizados nessas vias que tiveram essa alteração da natureza do estacionamento. Pois bem, o resultado desse inquérito foi bastante não conclusivo, ainda assim, e daquilo que foi o resultado de alguma avaliação empírica, havia muitos períodos em que algumas dessas vias não tinham estacionamento algum e que estavam perfeitamente sem nenhuma utilidade, pois bem, o que nós hoje trazemos aqui, é uma proposta que visa dar tradução a esse mesmo desiderato, que é garantir mais estacionamento, mas, ao mesmo tempo, garantir maior rotação nos períodos de maior exigência. -----

Portanto, esta proposta, no essencial, retira das zonas de estacionamento automóvel condicionado a Rua do Sol e ficam sujeitas a acesso automóvel condicionado as Ruas do Rio, do Sol e o Canto do Jardim, por outro lado, duas das vias com mais disponibilidade de estacionamento que são a Alameda do Trajano e a Travessa da Alameda do Trajano. A proposta que aqui está, é que em função da variação da procura, sejam fixadas bolsas de estacionamento nos termos do artigo nº4 e do 2º com pagamento de tarifário respetivo apenas nos meses de Verão desde o dia 1 de junho até 31 de agosto. O que aqui está escrito é uma coisa muito simples, é que estes espaços todos que foram objeto de uma alteração de estacionamento pago, vulgarmente dito, passam agora, três deles, a não terem qualquer pressuposto de pagamento de estacionamento e estas duas vias que são vias com maior dimensão, esse tarifário exista apenas nos meses de maior pressão rodoviária, que é desde o dia 1 de junho a 31 de agosto. É nesses meses em que se percebe perfeitamente que é importante gerir melhor o espaço público destinado ao estacionamento e que aí possa ser fixado o tarifário previsto no respetivo regulamento. É isso que este Executivo traz aqui, é essa proposta que traduz aquilo que foi o compromisso, à data, da aprovação da última versão do Regulamento. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO 14 - ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS ANEXA AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS, EM VIGOR NO MUNICÍPIO DE CHAVES – TAXA DE OCUPAÇÃO DE SOLO E DO SUB-SOLO DO DOMÍNIO PÚBLICO E PRIVADO DO MUNICÍPIO. PROPOSTA Nº 22/GAP/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, público presente, comunicação social e estrutura de apoio. -----

Esta proposta que hoje colocamos à vossa apreciação e respetiva votação, está ancorada numa visão há muito explicitada que tinha a ver com o seguinte: -----

No Município de Chaves há muitos anos, aproximadamente há vinte anos atrás, foram aprovadas taxas de ocupação do subsolo em que as empresas que quisessem utilizar o subsolo tinham que pagar um euro por metro linear todos os anos, isso gerou muito contencioso, gerou, como sabem, contencioso com a EDP, com as Águas do Norte, com todas as operadoras de telecomunicações, Vodafone, Altice, e NOS, isso fez com que naturalmente houvesse uma pendência e um contencioso muito grande. -----



Durante algum tempo discutiu-se muito a legalidade da taxa criada pelo Município, a verdade é que em resultado das muitas sentenças que foram sendo produzidas, chegou-se à conclusão que essa taxa era manifestamente ilegal, tanto mais que nos últimos processos que estão a correr, o Município de Chaves corria o risco de ser condenado por litigância de má fé. Porque, claramente, desde a entrada em vigor de um diploma que fixava taxas para esse efeito, aos Municípios apenas ficava reservado a fixação do coeficiente de taxa, e desde essa altura houve a necessidade de: primeiro, deixou-se de fazer essa liquidação anual porque era ilegal, ou seja, o pagamento era só o pagamento uma vez no momento da colocação e não todos os anos que se fazia essa renovação, isso ficou fora de aplicação, mas, para além disso, percebemos todos que a circunstância de haver uma taxa elevada no uso do subsolo, tinha feito com que Chaves ficasse atrás de muitas cidades e de muitos territórios, sobretudo na fibra. -----

E, portanto, durante muitos anos Chaves não tinha como outros concelhos mais pequenos tinham, propostas de operadores de fibra, de Internet, enfim, tudo o que tenha a ver sobretudo com dados e com a voz e isso resultava da circunstância destes operadores entenderem que em Chaves não era rentável fazer investimentos, porque, o que diziam, é que qualquer operação tem que ser rentável, sustentável, seja a dois a cinco ou a dez anos, diziam que no Concelho de Chaves isso era impossível, que as taxas eram impraticáveis, porque algumas dessas empresas teriam que pagar um milhão ou dois milhões por ano. Em resultado dessa avaliação, para além de seguirmos essa orientação dos Tribunais que traduziam essa visão dessa ilegalidade, fomos também discutindo a necessidade de rever essas mesmas taxas, porque entendemos nós que, porventura, um euro por metro linear de taxa para colocação de uma conduta seja de telecomunicações ou outra, era exagerado, por causa disso, encomendámos um estudo económico/financeiro. Esse estudo foi feito pela Diretora de Departamento da Área Financeira da Câmara Municipal de Chaves e em resultado desse estudo que faz parte do anexo I desta mesma proposta, a proposta vai no sentido que haja uma redução a essa taxa, que passe de um euro para zero sessenta. Portanto, a partir desta altura as empresas que queiram a ocupação do subsolo para este efeito ficaram obrigadas ao pagamento não de uma taxa de um euro por metro linear, mas de sessenta centimos. ----- No essencial, é isto, é com este propósito que nós podemos criar as condições para que verdadeiramente nós possamos ter um território ainda mais diligente nas dimensões das comunicações eletrónicas. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 15 – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADE DE LIMPEZA URBANA E ESPAÇOS VERDES (ULUEV) E UNIDADE DE ÁGUA, SANEAMENTO E ÁGUAS PLUVIAIS (UASAP). PROPOSTA N.º 23/GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhor e senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal e todos quantos nos acompanham nestes trabalhos. A explicitação é simples, irá ser aberto um procedimento tendente ao provimento de um Cargo de Terceiro Grau, é um cargo de dirigente logo a seguir ao Chefe de Divisão, é para dar tradução às competências associadas à Unidade de Limpeza Urbana e Espaços Verdes e à Unidade de Água, Saneamento e Águas Pluviais. Como sabem, sempre que se coloca a questão da condução deste tipo de procedimentos e da definição e da proposta de ordenação para a escolha destes dirigentes, a competência para aprovar o respetivo Júri é da Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara. O que nós fazemos e as propostas que aí estão à semelhança do que acontece em procedimentos de idêntica natureza, normalmente íntegra sempre o Júri o responsável pelos Recursos Humanos, também o responsável pela Unidade Orgânica aonde está integrado o lugar a prover, neste caso a Divisão do Ambiente e também o dos Recursos Operacionais que é uma área próxima, é isso que temos aí em proposta. Os elementos suplentes do Júri são o Chefe de Divisão de Obras Públicas e o Chefe de Divisão de Projetos e Mobilidade. -----

É essa a proposta que aí está e qualquer um desses Dirigentes está habilitado a poder exercer estas funções de Júri. -----

Não se registaram intervenções. -----



As votações da proposta em apreciação, decorreram por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 3, do artigo 55.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

Apuramento da Votação: -----

CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – UNIDADE DE LIMPEZA URBANA E ESPAÇOS VERDES (ULUEV) E UNIDADE DE ÁGUA, SANEAMENTO E ÁGUAS PLUVIAIS (UASAP) – quarenta e um votos a favor, dois votos contra e nove votos em branco. -----

PONTO 16 - ESTRUTURA DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (EAVVD-RAP) “UM NOVO COMEÇO” – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024. INFORMAÇÃO /DEASS/Nº117/2025; ----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, comunicação social, público aqui presente e estrutura de apoio. -----

É mais um documento que tem a ver com o relatório relativo a uma Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, designada por “Um Novo Começo” que foi instalada, desenvolvida e dinamizada pela Delegação de Chaves da Cruz Vermelha Portuguesa. Queria, quanto a este ponto, dizer que para além das considerações sobre este projeto, da sua pertinência, da sua abrangência territorial que tem também como âmbito territorial não apenas Chaves, mas também os outros Concelhos do Alto Tâmega e Barroso e que está instalado num espaço cedido pelo Município, tem desenvolvido uma tarefa absolutamente essencial no que diz respeito à violência, violência doméstica não apenas de género, mas também das crianças. -----

De facto, é uma resposta absolutamente essencial, sabemos bem que esta é uma matéria que gostaríamos que não existisse, a verdade, é que mesmo nas sociedades modernas ditas evoluídas e claramente mais humanistas, continuamos a ter chagas, continuamos a ter situações de famílias nas quais ainda temos situações de violência e que isso é, em muitos casos, a própria negação do respeito necessário entre as pessoas, entre os cônjuges e entre os membros das respetivas famílias. Podem ter, querendo, a possibilidade de conhecer quer onde os serviços estão instalados, quer a estrutura de Recursos Humanos que esta equipa tem, mas também as ações que tem vindo a desenvolver neste domínio muito vocacionado para a sensibilização, para a formação, para a capacitação e muito dela em ação de contexto escolar, e também tem aí muito estatística sobre aquilo que tem sido o exercício e as funções desta Unidade. -----

Tem informação sobre as várias situações, quer de género, quer das crianças, depois também da forma como é feito o respetivo encaminhamento, portanto, é uma Unidade que tem prestado relevantes serviços a esta comunidade, é financiada por Fundos Comunitários, mas que tem sido absolutamente essencial e que tem vindo, de alguma forma, a colmatar algum défice de resposta que havia neste território, porque, como sabem, a estrutura que dava resposta a todo o Distrito, sedia-se em Vila Real. -----

Queria também dar uma nota e daí, se calhar, também esta necessidade de dar esta explicitação, dar aqui uma nota de agradecimento, de congratulação à Delegação de Chaves da Cruz Vermelha Portuguesa, ao seu Presidente, à sua Direção, aos seus respetivos Órgãos Sociais, também à estrutura técnica por aquilo que têm conseguido fazer nos últimos anos, quer neste projeto que para mim é um projeto muito singular, de uma supina relevância, mas também nas outras dimensões em que eles têm vindo a assegurar, também naquilo que é a gestão de atribuição dos géneros alimentares, mas também naquilo que tem a ver com o apoio ao estudo, também nas férias desportivas têm desenvolvido um conjunto importante de ações que certamente fazem a diferença e que garantem mais e melhores respostas às nossas comunidades. Queria fazer esta saudação que é simultaneamente um agradecimento pelo trabalho, pela missão, pela entrega à comunidade que o seu Presidente, mas também toda a estrutura diretiva têm conseguido e naturalmente desejar ao novo Presidente da Delegação de Chaves que possa continuar este trabalho e, se possível, naturalmente que o intensifique, que o eleve e que possa não só acrescentar novas respostas, mas possa naturalmente qualificar as que existem. -----

Seguiu-se a intervenção da senhora deputada: -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, do **PS**, no uso da palavra disse: -----



Renovo Cumprimentos, e apesar deste Relatório ser para conhecimento, importa salientar aqui alguns aspetos. -----

“Permitam-me iniciar esta intervenção enaltecendo o trabalho da Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica “Um Novo Começo” (EAVVD-RAP), da Delegação de Chaves da Cruz Vermelha Portuguesa, cuja ação, desde a sua criação em 2020, se revela fundamental no combate à violência doméstica, não apenas no concelho de Chaves, mas em toda a região do Alto Tâmega e Barroso. ----- Conforme detalhado na Informação/Proposta n.º 117/2025 da DEAS e no respetivo Relatório de Atividades de 2024, esta Estrutura, que inclui a Resposta de Apoio Psicológico para crianças e jovens vítimas, integra a Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, sob a tutela da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e alinha-se com a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”. -----

Importa sublinhar que este trabalho especializado é, em grande parte, possível graças ao apoio contínuo do Município de Chaves, que assume de forma clara a sua responsabilidade social e política no combate a esta realidade. Este apoio não se restringe apenas à área geográfica do nosso concelho, mas estende-se a toda a região do Alto Tâmega e Barroso, oferecendo atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica nos concelhos de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, mostrando uma visão integrada e uma preocupação efetiva com a proteção das vítimas e com a construção de uma sociedade mais justa e segura. -----

O relatório de atividades que, hoje, nos é apresentado, mostra que durante o ano de 2024, a EAVVD-RAP desenvolveu ações agrupadas em sete objetivos estratégicos, destacando-se: -----

-A territorialização da sua atuação, através da criação e reforço de parcerias locais; -----

-A promoção da divulgação da sua missão junto da comunidade; -----

-A realização de ações de sensibilização e prevenção primária da violência doméstica e de género, envolvendo escolas, instituições sociais e entidades públicas; -----

-O atendimento e acompanhamento a vítimas de violência doméstica, através de uma equipa técnica multidisciplinar qualificada; -----

-A participação ativa em estudos e projetos de investigação científica; -----

-A contínua capacitação interna da sua equipa; -----

-A implementação de mecanismos de avaliação interna e externa da intervenção realizada. -----

Deste modo, a territorialização do apoio, as campanhas de sensibilização, as parcerias interinstitucionais e a formação contínua da equipa técnica demonstram o alcance e a profundidade da intervenção da EAVVD-RAP em 2024, contribuindo para uma resposta mais eficaz e próxima das vítimas. -----

E, o esforço do Município de Chaves, ao apoiar financeiramente esta Estrutura, ao disponibilizar meios e ao integrar esta política pública de combate à violência, é um exemplo claro de um Município consciente, responsável e solidário. Esta intervenção consistente permite não apenas apoiar vítimas no imediato, mas também prevenir novos casos, sensibilizar a comunidade e capacitar as gerações futuras para a construção de uma cultura de não violência e respeito pelos direitos humanos. -----

Assim, nesta Assembleia Municipal, não só reconhecemos e valorizamos o excelente trabalho desenvolvido pela Estrutura “Um Novo Começo”, sublinhando o seu contributo inestimável para a proteção, capacitação e autonomia das vítimas de violência doméstica no nosso território, como também enaltecemos o Município de Chaves pela sua visão estratégica e de responsabilidade social ao enfrentar, de forma clara e determinada, uma das maiores tragédias sociais do nosso tempo. -----

Felicitemos também toda a equipa técnica e institucional da Estrutura pela dedicação e resultados alcançados. -----

Reafirmamos, com convicção, o compromisso coletivo do PS em apoiar todas as iniciativas que visem a erradicação da violência doméstica, protegendo as vítimas e promovendo uma sociedade assente na igualdade, no respeito e na dignidade humana. -----

Termino! -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, -----

Segundo dados da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e do Relatório Anual de Segurança Interna, em 2024, registaram-se 22 homicídios em contexto de violência doméstica no nosso país. A violência doméstica continua a ser, tragicamente, o crime que mais mata em Portugal, afetando desproporcionalmente mulheres e crianças. -----



A violência doméstica continua a ser um flagelo social que atravessa silenciosamente os muros das nossas casas e das nossas comunidades. -----

Não é um problema que se restringe às estatísticas ou aos relatórios das estruturas de apoio — é uma realidade dolorosa, muitas vezes oculta, que todos nós já testemunhámos, direta ou indiretamente. Um familiar, uma vizinha, um amigo. -----

Está mais perto do que imaginamos. -----

E por isso, não podemos continuar a tratar este crime como se fosse responsabilidade exclusiva das entidades formais ou dos serviços municipais. -----

A violência doméstica é um crime público e deve ser um problema coletivo, que exige ação, vigilância e solidariedade de todos nós enquanto cidadãos. -----

É urgente quebrar o silêncio. Denunciar, apoiar as vítimas, falar sobre o tema nos espaços públicos e privados, educar para a igualdade e intervir sempre que suspeitamos de uma situação de abuso. Só assim conseguiremos combater de forma eficaz esta violência que mina a dignidade humana e perpetua ciclos de sofrimento. -----

O município pode e deve ter um papel central na prevenção e no apoio, mas a responsabilidade não é apenas institucional: ela é também moral e social. Compete a cada um de nós assumir esse compromisso com coragem e humanidade. -----

Porque proteger uma vida é uma tarefa de todos. -----

Muito obrigada.” -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 17 – APRECIAÇÃO DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS RELATIVOS AO IMI CONCEDIDOS À EMPRESA METALOME, LDA., NO ÂMBITO DO PIM “CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL PARA FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS” - INFORMAÇÃO Nº 27/DDE/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, comunicação social, público aqui presente e estrutura de apoio. -----

Esta proposta que o Executivo Municipal aprovou por unanimidade, diz respeito a um Projeto de Interesse Municipal e tem a ver com a instalação e laboração de uma unidade metalomecânica que tem por denominação METALOME, LDA, é de origem Francesa e foi das primeiras unidades a instalar-se aqui na Área de Acolhimento Empresarial numa fase inicial que ainda utiliza que era a estrutura do MARC, depois, numa fase subsequente, foi objeto da cedência de um terreno para construção de uma fábrica que neste momento se encontra em laboração e que já tem cerca de cinquenta trabalhadores muitos deles soldadores. -----

Estamos a falar de uma Unidade Industrial de Metalomecânica que tem vindo a cumprir aquilo que são as obrigações contratuais que foram subscritas no contexto do contrato de benefícios fiscais que são os apoios fiscais que o Município concede às Empresas pelas iniciativas que são qualificadas como sendo de Interesse Municipal. Podem certamente e tiveram oportunidade de perceber os fundamentos em que se escora ou estriba esta proposta e ela vai no sentido de que sejam prorrogados os benefícios fiscais, no caso concreto, os benefícios traduzidos na isenção, neste caso, na redução, penso que é de 90%, do IMI por mais cinco anos. -----

Portanto, têm também aí um parecer da Comissão Técnica de Análise de Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal e vai no sentido de que seja efetivamente concedido um benefício fiscal traduzido na redução do IMI em 90% ao imóvel onde está instalada e onde funciona esta mesma empresa metalomecânica por mais cinco anos. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 18 – APRECIAÇÃO DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS RELATIVOS AO IMI CONCEDIDOS À EMPRESA A. S. METAIS, LDA., NO ÂMBITO DO PIM “INOVAÇÃO



PRODUTIVA – EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE 08/SI/2020” - INFORMAÇÃO Nº 30/DDE/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos ao senhor Presidente, à senhora e ao senhor Secretários, à senhora e aos senhores Vereadores, Membros desta Assembleia Municipal e a todos os demais presentes. -----

É a segunda proposta e de idêntica natureza e tem subjacente um pressuposto, é que existem empresas a laborar de alguma dimensão na Área de Acolhimento Empresarial. Se falámos da METALOME que tem a ver com indústria de metalomecânica, esta, no caso concreto, é uma empresa local, está sediada e que tem a primeira laboração em Loivos e que agora também tem uma nova Unidade aqui em Chaves na Área de Acolhimento Empresarial, também é um Projeto de Interesse Municipal e sendo um Projeto de Interesse Municipal, a criação de postos de trabalho estão alinhadas com a estratégia de captação de investimento e criação de emprego que se pretende que seja instanciado no nosso Concelho. -----

A proposta que nós temos aqui também tem a ver com a dimensão de benefícios fiscais, porque é aquela que verdadeiramente tem mais impacto nos respetivos beneficiários, estamos a falar numa proposta, e neste caso, a proposta vai no sentido de que sejam prorrogados os benefícios fiscais por mais cinco anos, no caso concreto e de acordo com os critérios do respetivo regulamento, que essa redução seja de 66% desse mesmo IMI. A fundamentação está de forma mais clara e explícita no parecer que foi feito pela comissão técnica de análise de acompanhamento e fiscalização de Projetos de Interesse Municipal que, de facto, tem uma decisão unânime por parte dos cinco técnicos no sentido de que efetivamente se possa ter prorrogação de benefícios fiscais por mais cinco anos. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 19 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DA “ESCOLA PRIMARIA DE SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE”, EM VISTA À PROSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA FREGUESIA. DONATÁRIA: FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE. PROPOSTA N.º 32/GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos, ao senhor Presidente, à senhora e ao senhor Secretários, à senhora e aos senhores Vereadores, aos distintos Membros desta Assembleia Municipal e todos quantos nos acompanham. -----

Esta é uma Assembleia muito pródiga em propostas, de facto, temos tido oportunidade de aqui apresentar muitos temas e muitos assuntos, isso significa da profusa atividade municipal e do muito e laborioso trabalho que tem havido nos últimos tempos. -----

No caso concreto, estamos a falar de uma proposta que tem a ver com este caminho que temos seguido de fazer doações às respetivas Freguesias daquilo que são as antigas Escolas Primárias para que os mesmos possam aí desenvolver projetos de interesse para a respetiva comunidade, sempre marcadas por um pressuposto, é que esta proposta de doação tem sempre como condição a não alienação do respetivo imóvel, porque se essa intenção quiser ser concretizada, há aqui uma cláusula de reversão. --- Portanto, o que aqui se propõe e dando tradução a um princípio subjacente à propriedade que é muito cara ao direito romano que é a função social do solo e das edificações, o que nós queremos fazer é que os edifícios, e neste caso uma antiga Escola Primária, possa continuar a ter uma função relevante para a respetiva comunidade, ainda que, lamentavelmente, não seja na área do Ensino Básico e o que proponho aqui é que seja aprovada. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 20 - PROPOSTA DE DOAÇÃO DO IMÓVEL SITO NA “CALÇADA CARMELINA EM AGRELA”, EM VISTA À PROSECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA FREGUESIA. DONATÁRIA: FREGUESIA DE ERVEDO. PROPOSTA N.º 70/GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----



Renovo cumprimentos, ao senhor Presidente, à senhora e ao senhor Secretários, à senhora e aos senhores Vereadores, aos distintos Membros desta Assembleia Municipal, e todos quantos nos acompanham. -----

Esta proposta tem a ver com a doação de um imóvel sito na Calçada Carmelina em Agrela, esta proposta tem uma história um pouco mais longa. Como sabem, havia um imóvel na Freguesia de Ervededo, na localidade de Agrela, era um edifício que era propriedade da Junta, entretanto foi alvo de diversas penhoras em resultado de má gestão da respetiva autarquia Local, à data, e bem, um Executivo Municipal do PSD entendeu evitar a dissipação desse património e que pudesse sair da esfera das Autarquias Locais, o Município adquiriu-o, mas ficou sempre ao serviço da respetiva comunidade, neste caso concreto da Freguesia, ainda que ela seja sediada em Agrela. Tem estado em regime de comodato com a Associação Cultural e Recreativa da Agrela de Ervededo. -----

A ideia é por fim a esse comodato, ser doada à respetiva Freguesia para que continue a cumprir esta missão de estar ao serviço da comunidade e também tem no seu pressuposto a condição de que esta doação fique também sob condição resolutiva em caso de alienação. Por isso, ela ficará sempre ao serviço da comunidade, não pode é ser alienada. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 21 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA – ESCOLA PRIMÁRIA DE CAPELUDOS. PROPOSTA N.º 56/GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos, ao senhor Presidente, à senhora e ao senhor Secretários, à senhora e aos senhores Vereadores, aos distintos Membros desta Assembleia Municipal e a todos quantos nos acompanham. -----

A proposta que aqui propomos para apreciação e votação não assume a transmissão em definitivo do direito de propriedade, mas sim um comodato que permite que seja usada e seja afeta àquilo que sejam os interesses da respetiva Freguesia, em regime de comodato pelo prazo de dez anos com a renovação, se não for denunciada por nenhuma das partes, de cinco em cinco anos. Depois, poderá também merecer uma decisão posterior de alienação se essa for a vontade dos Órgãos do Município. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 22 - PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO – NA RUA DE SANTO AMARO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 11/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 133/DPM/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos, ao senhor Presidente, à senhora e ao senhor Secretários, à senhora e aos senhores Vereadores, aos distintos Membros desta Assembleia Municipal e a todos quantos nos acompanham. -----

Esta proposta explica-se de forma muito simples, tem a ver com um pedido feito por uma empresa, neste caso, por um cabeleireiro que pretende ocupar um espaço destinado a estacionamento, mas um estacionamento privativo. Portanto, é alguém que quer naquele espaço, naquela rua ter um estacionamento privativo e que é ocupação do domínio público, foi entendido pelos serviços que tinha que vir à Assembleia Municipal, daí estar aqui esta proposta para que se considere. Isto pressupõe o pagamento de taxas, é o que fica à apreciação e votação dos senhores Membros desta Assembleia Municipal. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO 23 - COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA RUA DA CARREIRA DA VILA, MADALENA, FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES, PROCESSO Nº 9/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 47/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 24 - COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA EM 533, FREGUESIA DE ANELHE, PROCESSO Nº 1049/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 52/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 25 - COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NO CAMINHO VELHO DO SEARA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – PROCESSO Nº 154/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 134/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 26 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA RUA TOMÉ DE TÁVORA E ABREU, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 223/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 194/DPM/2025. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 27 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE – NA RUA PRINCIPAL (CM 1062), CASAS DE MONFORTE, FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS – PROCESSO Nº 201/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 215/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 28 - MARCAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOA COM MOBILIDADE CONDICIONADA – NA RUA DO PARAÍSO, AREGOS, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO Nº 101/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 101/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 29 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA ESTRADA MUNICIPAL 505, NO CRUZAMENTO COM A EN 103, FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO, PROCESSO Nº 96/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 89/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 30 - COLOCAÇÃO DE GUARDA/RAIL DIREITOS CONECTADOS – NA RUA DO MIRADOURO E NA RUA PRINCIPAL NAS EIRAS, FREGUESIA DAS EIRAS SÃO JULIÃO MONTENEGRO E CELA – PROCESSO Nº 99/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 94/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----



Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 31 - PEDIDO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOA COM MOBILIDADE CONDICIONADA – NA RUA DE CASAS DOS MONTES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 172/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 186/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 32 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DO CAMPO E NO CRUZAMENTO ENTRE ACESSOS LOCAIS, FREGUESIA DE FAIÕES – PROCESSO Nº 177/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 193/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 33 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÃO DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS PESADOS – NA AVENIDA DA REPÚBLICA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 229/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 229/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 34 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DIREITA, NO CRUZAMENTO COM A RUA DA TULHA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 270/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 238/DPM/2025. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, informou existir um pedido de intervenção no período reservado ao público, ao abrigo do artigo 25 do Regimento que diz:-----

“1. Os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos, terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição junto do Presidente da Mesa, referindo nome, morada e assunto a tratar. Também podem fazê-lo por via eletrónica, logo que disponível, enviando a inscrição com a antecedência de vinte e quatro horas e referindo nome, morada e assunto a tratar. -----

2. O período de intervenção aberto ao público, referido no número um deste artigo, será distribuído pelos inscritos, (cumprindo o princípio da equidade, entre a modalidade presencial e a do registo eletrónico) não podendo, porém, exceder os cinco minutos por cidadão, nem exceder o limite global de 30 minutos.”

Disse ainda que esta segunda parte não se colocava, porque só havia um pedido de esclarecimento enviado pelo senhor Rui Manuel Mendes Augusto, tendo indicado dois assuntos que desejava abordar: -

1º - Bem-estar urbano no Castelo de Chaves; -----

2º - Estatutos do Provedor do Cidadão com Deficiência ou Incapacidade de Chaves. -----

A par disto informou que o senhor Rui Manuel Mendes Augusto enviou para o email da Assembleia documentos sobre a questão da escolha do Provedor do Cidadão com Deficiência, tendo sido respondido que esses documentos serão, eventualmente, distribuídos quando esse assunto for devidamente agendado para uma reunião.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Neste período, usou da palavra o senhor **Rui Manuel Mendes Augusto** -----



Boa tarde, a todos, cumprimento o senhor Presidente da Mesa, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, público e comunicação social. Estou aqui somente como representante como pessoa com deficiência e gostaria de colocar uma questão a toda esta Assembleia e a pergunta que eu coloco é: Existe aqui neste plenário, mais alguém com uma deficiência superior a 60%? Penso que não. ----- A questão que me traz aqui é a questão do Estatuto do Provedor, em que foi feita uma apresentação para discussão pública que tinha umas determinadas normas, que depois foram intervencionadas pelo público neste caso, só houve uma intervenção que foi a minha, em que fiz algumas alterações, fiz alguns arrumos, porque o que foi apresentado era uma manta de retalhos de vários preceitos de várias entidades com o Provedor e por sua vez houve uma publicação no Diário da República. Na realidade foi publicado, como o Artigo nº 11, a gratuidade da função. Gostaria de saber qual de vossas excelências, inclusiva a todos os presentes trabalham para o bono? Seja qual for a questão. É assim, podemos ter um Provedor que seja uma figura simbólica que, pouco ou, nada se calhar pode intervir ou, pode fazer ou, teremos alguém que trabalha assiduamente oito horas por dia. Porque é aquilo que os Provedores que o fazem e que são aqueles que existem e, que estão a fazê-lo sobre pagamento e, têm uma atividade muito grande inclusive aos sábados e aos domingos e feriados e é uma coisa que não se pode mostrar aqui com os problemas que existem aqui na deficiência, é colocar um Provedor como figura simbólica, porque até hoje também nunca houve e vejo aqui na nossa comunidade quando por exemplo quando há um espetáculo numa praça eu nunca vi uma planta forma para os deficientes modelares poderem estar a uma altura que consigam ver o palco não! Por isso é que eles não aparecem, porque não vale a pena, porque vão ficar a ver as costas dos outros, inclusiva então para acelerar tudo isto, aquilo que se passa agora com o novo equipamento das Termas em que tem tudo menos acessibilidade, não tem acessibilidade para deficientes, agora pergunto será que se esqueceram da convenção dos direitos das pessoas com deficiência? Será que se esqueceram do artigo 163/2006? Que foi feito até por um Governo Socialista? Esqueceram-se disso? Que é que vão fazer em relação a isso? Não podemos lá ir? E quanto aos números que foram apresentados hoje quatro mil pessoas, se cada uma pagar os trinta euros que estão na tabela serão quatro mil euros de caixa por dia, será que é mesmo esses quatro mil euros? Isso significa que ao fim de vinte meses o projeto estava pago, partindo do princípio que são dois milhões e quinhentos mil euros do projeto, claro desde que não tenha custos de funcionamento e custos de exploração agora é preciso ver é se esse número é realidade, porque não é aquilo que consta e logicamente que as pessoas estão a ver mal principalmente o mundo da deficiência essa situação e o que é que se vai fazer? Vai-se fechar até poder ter a acessibilidade competente? Ou o todos, todos, todos que a gente ouviu aí em discursos no dia 25 de abril, é só para todos alguns? É isso que eu gostaria de deixar aqui e que me fosse esclarecida essa situação? Porque na realidade é bem complexo tudo isso porque, nós afinal somos diferentes não há uma inclusão, inclusiva quem tenta fazer a inclusão são às vezes algumas associações que estão completamente condicionadas pelo mundo político, sabe quantas pessoas já vieram ter comigo solicitar-me apoios para uma bupa eletrónica para poderem ir para uma Faculdade? E aqui ninguém resolve isso. Muito mais havia para dizer-lhe agradeço, acho que foi o meu aniversário mais suegeneres de toda a minha vida. -----

Encerrou o período Do senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. ----- Renovo cumprimentos ao senhor Presidente, à senhora e ao senhor Secretários, à senhora Vereadora, aos senhores Vereadores, distintos e digníssimos Membros desta Assembleia Municipal que estoicamente continuam aqui a exercer a sua função muito nobre e que ajudam a poder concretizar a missão do Município de Chaves. Queria saudar o cidadão que aqui fez a manifestação da sua preocupação, eu até gostaria que houvesse mais cidadãos com deficiência ou sem deficiência, era interessante que nós pudéssemos ter no período do público, mais cidadãos que pudessem partilhar mais preocupações, trazer aqui para a discussão, para o debate e para o radar dos Órgãos do Município outras questões. Particularmente, percebo que a primeira abordagem que foi feita, eu diria que foi no interesse próprio e, portanto, significa que o Regulamento que esteve em discussão pública, é verdade que só teve um contributo, é verdade que esse contributo partiu de vossa excelência e, no essencial, pretendia que a função fosse remunerada, remunerada em retribuição equivalente a Chefe de Divisão, compreendo bem a argumentação que aqui expendeu naquilo que foi alguma análise que nós fizemos do estatuto. No País



temos soluções muito díspares, temos concelhos em que essa função é feita de forma, tem que o ser, necessariamente independente e com isenção, mas totalmente gratuita, temos outros concelhos em que há uma remuneração, eu até sou daqueles que acha que tendo remuneração, aí a isenção fica condicionada ou pelo menos de alguma forma afetada. Portanto, eu defendi e defendo aqui também, de forma pública, mas defendi em sede de Reunião de Câmara que numa primeira fase entendia eu e houve uma decisão unânime quanto a esta matéria que deveria ser uma função exercida de forma completamente desinteressada em termos de remuneração, eu até posso dizer que temos várias funções na nossa Cidade que são exercidas de forma completamente desinteressada. Lembro, por exemplo, o Presidente da Direção da Delegação de Chaves da Cruz Vermelha que é uma função não remunerada, lembro por exemplo os Presidentes das Direções das várias Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários que há muitos anos de forma estoica, comprometida e abnegada exercem essas funções de forma totalmente gratuita, todos aqueles que integram os Órgãos Sociais destas Associações Humanitárias que o fazem de forma gratuita, por exemplo, quem exerce funções nas Misericórdias, na Misericórdia de Chaves, fá-lo de forma inteiramente gratuita e com assunção de encargos muitas vezes para o exercício dessa função, foi o meu caso, mas, por exemplo, muitas IPSSs que o Concelho tem, muitos dos nossos Lares e muitas das outras Associações as funções são exercidas completamente desinteressadas e sem remuneração, foi esta a motivação que esteve subjacente à aprovação do estatuto do Provedor da Deficiência. Foi feito sobretudo numa lógica de independência e de isenção, não foi outra a motivação e, portanto, foi isso que nós quisemos fazer. -----

Depois, não posso concordar com o senhor no sentido de que o Regulamento era “*uma manta de retalhos*”, não era, tanto mais que ele foi alterado de forma substancial e como perceberá a solução e o Regulamento têm uma temática, têm um conteúdo, com certeza diferente, as soluções podem ser diferentes, como é obvio, ou seja, nós não temos a ideia de que todos pensemos da mesma forma, a formulação, a abrangência, o âmbito subjetivo, o âmbito material, enfim, e outras condições de acesso e até de benefício, podem ser distintos, isso é absolutamente legítimo e naturalmente que sobre isso nem quero impor a minha visão sobre esta matéria, elas são todas legítimas. -----

Depois queria dizer-lhe que relativamente ao Aquae Saltem está completamente enganado, porque quando alguém avalia o investimento apenas como uma conta de mercearia, como o fez aqui, que é achar que multiplicando trinta vezes quatro mil, primeiro essa conta não é certa, porque certamente tem outro problema, é que em muitos casos, não é trinta é menos, depende do serviço, depende se é o ciclo completo ou se é parte do ciclo. -----

E, portanto, logo essa conta de base tem logo um erro crasso, na minha perspetiva, mas se mais não fosse, há ainda outra equação do lado dos custos que é importante ter, quanto custa ter em funcionamento aquela piscina, designadamente em recursos humanos? Designadamente em higienização? Designadamente no controle de qualidade da água, quanto custa? Quanto custa a energia elétrica? Quanto custa amortizar o investimento, a parte não financiada por Fundos Comunitários? E, portanto, como perceberá, essa conta sobre a sustentabilidade merece uma reflexão mais profunda, mais técnica, mais cabal, mais capaz, dizer-lhe como disse de manhã, a visão e a vocação do Aquae Saltem são várias: -----

Primeiro, é diferenciação, centralidade, mas também sustentabilidade, porque nós queremos, e disse-o aqui de manhã o senhor Membro desta Assembleia Municipal, Carlos Gouveia, do PSD, que este equipamento e a Empresa Municipal seja sustentável económica e financeiramente, para isso o que é preciso fazer? É preciso ter atividades rentáveis, como é óbvio, mas, ainda assim, que possa em situações pontuais ter uma atenção particular a quem tem uma situação e uma condição particular. -----

Depois, sinceramente, não acompanho a sua análise relativamente ao que nada foi feito nas acessibilidades no Concelho de Chaves, porque quem percorre a nossa Cidade, vê perfeitamente que no espaço público foram feitas muitas intervenções que tiveram em atenção essa condição, dir-me-á não foi feito tudo, não, com certeza! Depois, dizia-lhe o seguinte, foi feito muito trabalho, dir-me-á é preciso fazer mais! Com certeza, estamos num processo perfeito? Não. Há necessidade de mais políticas e de mais ações dignas de inclusão? Com certeza, necessariamente! Agora não podemos é esquecer o muito que já foi feito, porque o caminho é feito de passos sucessivos e quando olhamos para o futuro, não podemos esquecer o passado. -----



Depois, queria também dizer outra coisa, não acompanho esta ideia de que o Equipamento Aquae Saltem não tenha as condições de acessibilidade, aliás, senão tivesse as entidades reguladoras não o tinham aprovado, designadamente a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, designadamente o Turismo, designadamente a Saúde, portanto, não é verdade o que diz, tanto mais que posso dizer que tem uma cadeira elevatória para imersão na própria piscina, não tem barreiras arquitetónicas, não tem degraus no primeiro piso. Portanto, dizer-lhe de forma clara que o que o senhor diz não é verdade, e já todos percebemos uma coisa, tem um interesse particular muito intenso nesse assunto. Muito obrigado. -----

Antes do encerramento da sessão, o Senhor Presidente da Mesa propôs que a Ata fosse aprovada em forma de minuta para os assuntos terem execução imediata. A proposta foi aprovada por unanimidade. Por último, no uso da palavra, **Altamiro da Ressurreição Claro**, Presidente da Assembleia Municipal, disse: -----

“Senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, Membros da Mesa que me acompanham, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Membros da Comunicação Social, serviços de apoio, minhas senhoras e meus senhores, agradeço a vossa presença, a estoicidade que tiveram de até esta hora estarmos aqui nesta Assembleia. Muito obrigado e até junho para a próxima reunião ordinária da Assembleia Municipal”. -----

De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que transcrevi e também assino. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Altamiro da Ressurreição Claro)

O Primeiro Secretário

(Anselmo José Martins)

O Segundo Secretário

(Isabel Maria Ruivo Seixas Martins)

A Assistente Técnica

(Maria de Fátima dos Santos Machado Silva)

